



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**NEY OLIVEIRA DA COSTA**

**POLITICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO: Um Estudo Sobre as Cotas Para o  
Ingresso de Negros no Ensino Superior Amapaense. (2004 – 2010).**

**FORTALEZA - CE**

**2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**NEY OLIVEIRA DA COSTA**

**POLITICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO: Um Estudo Sobre as Cotas Para o  
Ingresso de Negros no Ensino Superior Amapaense. (2004 – 2010).**

**Dissertação de Mestrado submetida à Universidade Estadual do Ceará, como um dos requisitos para obtenção de grau de pós-graduação no curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, sob a orientação do prof. Dr. Alexandre Baralho.**

**Linha de Pesquisa: Políticas de Educação,  
Cultura e Sociedade.**

**FORTALEZA - CE**

**2010**

**NEY OLIVEIRA DA COSTA**

**POLITICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO: Um Estudo Sobre as Cotas Para o Ingresso de Negros no Ensino Superior Amapaense. (2004 – 2010).**

Dissertação de Mestrado submetida à Universidade Estadual do Ceará, como um dos requisitos para obtenção de grau de pós-graduação no curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, sob a orientação do prof. Dr. Alexandre Baralho.

Linha de Pesquisa: Políticas de Educação, Cultura e Sociedade.

Este exemplar corresponde a redação final da Dissertação de Mestrado defendida por Ney Oliveira da Costa e submetido a banca examinadora em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMIDADORA:**

---

**Prof. Dr. Alexandre Almeida Baralho.**

---

**Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota**

---

**Prof. Dr. João Tadeu de Andrade**

**FORTALEZA - CE**

**2010**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE – CE)**

**C837p**

**COSTA, Ney Oliveira da**

**POLITICAS PÚBLICAS PARA A  
EDUCAÇÃO: Um Estudo Sobre as Cotas Para  
o Ingresso de Negros no Ensino Superior  
Amapaense. (2004 – 2010) / Ney Oliveira da  
Costa. Macapá, 2010.**

**128p.**

**Orientador: Prof. Dr. Alexandre Almeida  
Baralho.**

**Dissertação (Mestrado Profissional em  
Planejamento e Políticas Públicas) -  
Universidade Estadual do Ceará, Centro de  
Estudos Sociais Aplicados.**

**1. Políticas Públicas - Amapá. 2. Cotas  
Raciais - Desigualdades. 3. Acesso ao Ensino  
Superior – Educação. I. Universidade Estadual  
do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados.**

**CDD: 370**

**Dedico este trabalho a Deus e a todos que Ele colocou em meu caminho para que contribuíssem, no sentido de o mesmo ser realizado.**

## **AGRADECIMENTOS**

**Agradeço à Universidade Estadual do Cará (UECE), Agradecimentos especialíssimos ao meu orientador, pelas contribuições, sugestões, apoio, confiança e paciência dedicada. A minha família, pelo carinho e atenção nos momentos mais difíceis desta jornada, principalmente, agradeço a minha avó (Neuza) que “sem saber”, contribuiu indispensavelmente à feitura deste trabalho. Agradeço, também, e de forma mais que especial, a “tecnologia” mais bela, interativa e amada, à minha “interpessoal”, a minha NET, presença amada e, principalmente, incentivadora.**

**Aos professores que ministraram disciplinas no Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas e que, sem dúvida foram todos de fundamental importância para mais uma formação acadêmica e profissional, a que agora me disponho. Aos “camaradas”: João Borges, Elizeu Corrêa e o nosso Líder, Alexandre Barbalho. Juntos formamos os “quatro cavaleiros do apocalipse educacional amapaense”, crentes que depois das “tormentas” e de “abertos os selos” veríamos esses ares e brisa tucuju que agora nos apascentam.**

**E, sobretudo, a Deus, maior força motivadora e incentivadora, sem qual o acesso a todos os agradecidos acima não seria possível. A Deus, (pelo Eliézer, motivador e conselheiro) e por todos as pessoas que Deus me fez amar, meu maior e mais profundo Agradecimento.**

**Sessenta por cento dos jovens de Periferia, sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras. Nas universidades brasileiras apenas dois por cento dos alunos são negros. A cada quatro horas um jovem negro morre violentamente no Brasil. Aqui quem fala é Ney Costa, citando, “Primo Preto”. Dois sobreviventes.**

**(Racionais MC’s. Capítulo 4, versículo 3).**



## **Sumário**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>CONTEXTO HISTÓRICO: A Formação da Sociedade Brasileira</b>	<b>20</b>
<b>1.1 - Interpretações do Brasil:         A Arquitetura da Identidade Nacional Brasileira.</b>	<b>20</b>
<b>1.2 - Diversidade Cultural e Desenvolvimento Social:         O Papel do Negro na Construção da Sociedade Brasileira.</b>	<b>30</b>
<b>1.3 - Afinal, que país é este?</b>	<b>41</b>
<b>CAOPÍTULO II</b>	
<b>A CONSTRUÇÃO DE REFERÊNCIAS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL</b>	<b>52</b>
<b>2.1 - As Relações Étnico-raciais nas Ações Afirmativas e o         Conceito de Educação no Brasil.</b>	<b>52</b>
<b>2.2 - -- Racismo X Igualdade Racial e o Manifesto em Defesa da Justiça         e Constitucionalidade das Cotas Raciais</b>	<b>60</b>
<b>2.3 – A Presença Negra no Amapá.</b>	<b>72</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>MAXIMIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES: Políticas Públicas Para a Educação no Amapá.</b>	<b>88</b>
<b>3.1 - A Inserção de Negros no mercado de trabalho:         Uma reflexão sobre os Caminhos e Descaminhos dessa Questão.</b>	<b>88</b>
<b>3.2 - A Inclusão do Negro no Contexto Educacional Amapaense e Brasileiro         e as Perspectivas de Educação aos Afro-descendentes.</b>	<b>94</b>
<b>3.3- Como a UEAP recebeu a proposta de implantação da Política         de Cotas para Negros Ingressarem no Ensino Superior.</b>	<b>104</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>123</b>

## RESUMO

O Brasil sempre foi visto, pela construção historiográfica eurocêntrica, como um país de gente inferior. Neste contexto, o Negro era um elemento coisificado e socialmente invisível na sociedade que o “importou” de um contexto que, mais do que dele, humanizava-o. O Brasil Colonial estruturou-se em aparências sociais, logo, ser Negro ali, era o mesmo que não ser ninguém; e se até “os aluguéns” eram vistos como inferiores pela cultura européia dominante, não é errado crer que a inclusão social dos negros passava longe de ser, se quer vista como possível realidade. Nesse contexto de “gente inferior”, instalado nos trópicos, o Negro, no que tange a inclusão social, não poderia ter um futuro melhor que o presente. Melhorar a “raça”, no caso, significava branquear o Brasil, ou seja, desde o “projeto” social brasileiro, o Negro já era excluído da sociedade. Essa apologia ao branqueamento disseminou, por toda primeira metade do século XIX, um entendimento de que para ser socialmente um brasileiro, a pessoa tinha que ser branca, mesmo que fosse preta. Por isso, *a inquietação maior, na justificativa deste estudo é expor o que pensam nossos líderes políticos, nossos historiadores e o posicionamento de instituições que militam no movimento negro, sobre este tema; isto é, intenta-se mostrar uma realidade sobre a qual as pessoas possam opinar mais concretamente. É, também por isso que o problema, isto é a questão de partida para o que nos propomos, é buscar entender, qual é a idéia versante que se tem de Políticas de Cotas no Amapá; se existe uma consciência de possíveis malefícios ou a percebemos apenas como benefícios? Que tal política seja apresentada como “A” solução do problema de inclusão sócio-educacional do negro, é o que confrontamos. Propomos, neste sentido, uma análise sobre a atuação, que se configura neste prisma. Acreditamos num direcionamento que pautar sempre uma nova discussão, que contribuam para a inclusão daqueles que, por sua condição racial de nascimento, estão marginalizados pela exclusão educacional e econômico-social no Amapá.*

**Palavras – Chaves:** Negro. Sociedade. Brasil. Raça. Amapá.

## ABSTRACT

Brazil was always seen, by the Eurocentric historiography construction, as a country of lower people. In this context, the black person was a element *coisificado* and socially invisible in the society that “imported him” of a context that of him. Brazil Colonial structured itself in social appearances, soon, be black Person there, was to be nobody; and if “*os alguéns*” were seen lower by de dominant culture of European, it isn’t a mistake believe that the social enclosure of the black persons passed far from to be seen like possible reality. In this context of “lower people”, installed in the tropic, the black person, in what plays de social enclosure, wouldn’t have a future better that present. It improves to “race”, in case, signified to whiten Brazil, therefore, since de Brazilian social project; the black person was already excluded of the society. This apology to the bleaching disseminated, by all first half of the 19th century, a comprehension that to be sociality a Brazilian, the person had to be “white”, eve they were back. Because of this, the biggest restlessness, in this study justification is to show what our political leaders, our historians think and the position of institution that fight in the black movement, about this subject; so, the objective is to show a reality using the opinion of people more actually. It’s also because of the problem; we propose to understand the Politic of Quotas in the Amapá; If exists a conscience of possible wrongs or we perceive just as benefits? This politic is presented as “THE” solution of the problem of the black person’s social-education enclosure, this is what we confront. We propose, in this sense, an analyze about the action, that confers in this prism. We believe in direction that always guides a new argument, that contributes for the enclosure of those that, by the racial condition of birth, are marginalized by the economic-social and educational exclusion in the Amapá.

**Keywords: Black Person. Society. Brazil. Race. Amapá**

## INTRODUÇÃO

As discussões sobre políticas de cotas no Amapá, enquanto Educação Inclusiva, ainda estão em processos de formatação. A incipiência dessas explicações e entendimentos sobre o tema são lacunas que na visão social, causam uma passividade, no mínimo, inquietante aos olhos de quem vê o processo historiográfico das sociedades que se pretendem inclusivas, como algo mais que “uma visão”. *O que se percebe a respeito do tema* nas terras tucuju, são discussões mais político-partidárias que político-sociais; endereçadas, por assim sendo, inevitavelmente, aos opositores que um ou outro lado considera. Percebe-se, também, uma ação que poderíamos classificar como “mais concreta”, em relação ao tema, que diz respeito à implantação da lei de cotas na UEAP (Universidade Estadual do Amapá); Primeira instituição pública de ensino superior amapaense a vivenciar cotas raciais como via de acesso do negro ao ensino superior.

A *Justificativa* para o presente estudo reside em dois pontos principais; o primeiro diz respeito às origens nossas: Remanescente de Maruanum (um reduto quilombola amapaense) somos um dos poucos negros daquela comunidade que conseguiram, a muito custo, ter acesso a pós-graduação. Filho de um agricultor chamado Francisco Picanço da Cosa e de uma dona de casa, que assim como o marido, é exemplar no trato com as “coisas da natureza”, principalmente no que se refere a plantas medicinais, Dona Maria das Graças de Oliveira Costa; Filha de quem nos considera filho e a reconhecemos como “segunda mãe”, a centenária Dona Neuza da Costa de Oliveira. Crescemos “querendo ser branco”, mas os anos 90 foram decisivos pra esta querença, pois foi quando a comunidade não oferecia mais estudos além da 4ª série primária e o Sr. Francisco Picanço, decidiu dar, educacionalmente falando, para os três filhos mais velhos (como se diz por lá: “em idade de estudo”), a chance que ele nunca teve.

Vimos para a “cidade grande”. *Este é o segundo ponto da justificativa*. Um novo mundo se descortinou para nós e a identificação com as origens começaram a se fazer presente, “esquecemos” a bola de saco de plástico, amarrada com fio de punho de rede de nossas partidas de futebol Maruanuenses, e passamos a conviver com a bola de basquete, tendo como influência os grandes ícones norte-americanos da década de 90. O movimento estudantil, as greves, e a faculdade. “Entendemos” a negritude, esquecemos de vez de querer ser branco e aceitamos filiação ao Partido dos Trabalhadores. *Desde então (1999), temos estudado os meandros da invisibilidade social do negro no Brasil*, e com o trabalho de

conclusão de curso, tanto na graduação, mas mais especificamente na primeira pós-graduação, podemos ter a oportunidade de aprofundar tais discussões, posto que foi neste período que se começou a tratar de cotas raciais para negros no Brasil. Com a instituição do PROJETO DE LEI Nº 3627, de 18 de junho de 2004; referindo-se ao Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas de educação superior. Nossas inquietações elevaram-se a um nível impar até então. Não tanto pela questão do índio (sem desmerecimento ou renegação), visto que os estudos sempre foram direcionados ao “lado mais negro” da questão de inclusão.

Há uma clara evidência de que o índio merece iguais estudos inerentes ao reconhecimento de sua participação na formação da sociedade brasileira, mas não temos nem leitura e nem tempo para nos deter no viés destas considerações. *O foco de nossa pesquisa é o negro e a invisibilidade que ele sofre sendo motivo das pretensas ajudas por parte da classe governamental.* Ou seja, uma análise de que o Brasil ainda é um país racista e excludente. Não é nossa intenção fazer, agora, deste estudo, uma história das Políticas de Cotas, porém, temos a consciência de que se trata de uma configuração específica de questões sociais que apresentam sempre entrelinhas difíceis de serem observadas a “olho nu”.

*A inquietação maior, na justificativa deste estudo é expor o que pensam nossos líderes políticos, nossos historiadores e o posicionamento de instituições que militam no movimento negro sobre este tema, isto é, intenta-se mostrar uma realidade sobre a qual as pessoas possam opinar mais concretamente. Por isso o problema, isto é a questão de partida para o que nos propomos, de acordo com a justificativa acima é buscar entender, qual é a idéia versante que se tem de Políticas de Cotas no Amapá; se existe uma consciência de possíveis malefícios ou a percebemos apenas como benefícios? Que tal política seja apresentada como “A” solução do problema de inclusão sócio-educacional do negro, é o que confrontamos. Propomos, neste sentido, uma análise sobre a atuação, que se configura neste prisma. Acreditamos num direcionamento que pautar sempre uma nova discussão, que contribuam para a inclusão daqueles que, por sua condição racial de nascimento, estão marginalizados pela exclusão educacional e econômico-social no Amapá.*

Pesamos, metodologicamente falando, em trabalhar com entrevistas com os beneficiados pelas cotas na UEAP, mas as primeiras turmas com alunos cotistas têm menos de um ano e meio de existência (são do vestibular de 2008) e os de 2010, até meados de fevereiro, ainda não tinham começado suas atividades letivas; sem falar que *as entrevistas tronaram-se inviáveis pelo quantitativo de alunos que ingressaram na UEAP por cotas* (cinco em 2008/09 e oito em 2009/10 distribuídos entre as turmas e os cursos oferecidos pela

Instituição), diante destes dados (ver planilhas completas no final do capítulo III), qualquer resultado de uma pesquisa, por este pressuposto, teria dados que não beirassem nem o viés preliminar de dados científicos; então nos atemos a “ouvir” (análise documental) os que pensaram a política educacional no Amapá e futuramente, quem sabe comparar a idéia destes com as dos formados por cotas; daqui a quatro ou cinco anos.

A política de cotas para negros terem acesso ao ensino superior pode ter um viés claramente eleitoreiro e oportunista; por isso, esse tema perpassa pela perspectiva da história social em uma visão cultural. A maior e mais requisitada instituição de ensino superior do Amapá (UNIFAP- Universidade federal do Amapá), ainda não implantou cotas e, é acreditando que as discussões são um dos principais elementos para obtenção do conhecimento, que nos lançamos, através de análises sócio-culturais, rumo a uma égide que vise superar os mitos construídos; como os elaborados por políticos “mais sofisticados” e teóricos universitários descompromissados com a sociedade como ela é. Sabendo o básico do que se discute no país sobre as reservas de vagas para os negros nas universidades, esperamos ser deste seguimento social a iniciativa de se interar cada vez mais sobre o assunto.

Um grande problema no início deste estudo foi, sem dúvida, a carência de fontes, principalmente documentais; mostrando que a historicização social e cultural de temas complexos no Amapá e no Brasil, “nunca” foi uma preocupação dos governantes. Mesmo assim, foi feita uma considerável pesquisa bibliográfica, e quando na ausência de documentos, nossa *metodologia de pesquisa*, se ateve, também, ao uso de fontes não escritas, afinal, o valor das fontes orais proporciona presença histórica àqueles que as julgam descartáveis, pela “história de cima”, como escreveu Paul Thompson (1998). “A geração mais velha, é instintivamente apreensiva em relação ao advento de um novo método. Pois isso implica que eles não mais comandem todas as técnicas de sua profissão.” Pelo uso do método indutivo, a pesquisa foi quantificada, e qualificada com entrevistas extensivas (infelizmente não aos cotistas; motivos explicados anteriormente) a análise documental. *A tônica principal aqui é um questionamento não só sobre as cotas, mas, também sobre a legitimação (ou não) do racismo no Brasil, a pretexto de combatê-lo.*

A fim de tirarmos conclusões mais gerais, a partir da observação de um ou mais fenômenos particulares, sugerimos uma proposição mais global, que pôde ser aplicada a outros fenômenos. Como se explica isso? Usando o método indutivo, podemos organizar os instrumentos de coletas de dados documentais, entendendo o raciocínio da pesquisa a partir de uma visão inerentemente experimental (que pôde ser provada e verificada) e através dos questionários, por exemplo; tivemos hipóteses levantadas, e que, mesmo sendo só hipóteses,

foi por meio dessas que sistematizamos e alicerçamos o trabalho com a sócio-interação entre pares, ou seja, tomando como ponto de partida uma experiência na UEAP– fenômeno particular – fizemos a indução de que este poderia ser estendido a outros grupos que se comportariam da mesma forma – chegamos, portanto, a uma proposição mais geral.

Tudo isso para perceber que aceitar sem questionar, sem nos posicionar não pode ser pensamento, principalmente, dos negros amapaenses nesse momento. A política de cotas pode ser o que for: boa, ruim, aceitável, amenizadora, apenas um pano de fundo; Mas merece posicionamento do meio social a que se destina. E é ao que, nós, enquanto considerando-nos membro de um todo social miscigenado, pretendemos fazer na conclusão deste estudo. Uma reflexão: Os grupos organizados de seres que vivem em relação uns com os outros, numa dada época, com objetivos comuns de cultura e comércio, por exemplo, sempre passaram por transformações estruturais. Hoje não podia ser diferente. A sociedade mundial vive momentos de transformações em quase todos os seus seguimentos. A globalização, a formação de blocos econômicos e a revolução tecnológica são transformações, que abrangem, por muitas vezes, praticamente, tudo o que chamamos de dimensão humana. Nossas atitudes, baseada nessas transformações, parecem perder de vista aquela perspectiva que se tornou lema da Revolução Francesa, onde a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade eram marcos disseminadores de todo um ideário que, antes de ser revolucionário, foi humano.

E, a inclusão social em uma abordagem humana diz respeito à conscientização de que o homem vale mais que uma proposição política. Etimologicamente, incluir diz respeito ao relacionamento intrínseco de algo ou alguém com seu meio. Uma política de inclusão se destina, portanto, à organização do poder em uma sociedade, de forma que o exercício deste poder permita o acesso igualitário aos efeitos das transformações pelo qual a mesma passa, a todos que a compõem. Uma transformação social na área da educação, no contexto do termo, mostra a construção de uma mentalidade cheia de “boas intenções” teóricas, mas que parece pautar também uma série de questões subliminares que rumam de encontro aos patrimônios de tradições que crescem com os sentimentos. A história humana é a história de nossas vidas através do tempo, e nossa vida atual reflete nossa vida coletiva. Portanto, toda e qualquer ação que venha tolir, moldar, subjugar, administrar um contexto social, precisa ter como pressuposto básico e essencial, a reflexão sobre os efeitos que a mesma vai causar. Antes de tratar de cotas no Amapá, temos que conceber estes pressupostos.

Com o Projeto de lei nº 3.627/04, de autoria do poder executivo brasileiro, que insistiu nova disciplina sobre o sistema de cotas para o ingresso nas universidades, todas essas questões, acima mencionadas, vieram à baila no âmbito educacional. É por isso que *os*

*objetivos* aqui pretendidos foram os de pautar um estudo onde a temática não fosse pensar que as cotas raciais resolvem o problema da exclusão do negro na sociedade Brasileira. É preciso também abrir o debate para a comunidade acadêmica, para os movimentos sociais e para a sociedade. A questão das cotas étnicas não pode se limitar a um grupo de professores ou a um núcleo de estudos e pesquisas. A sociedade tem o dever de aprofundar essa discussão, informando, debatendo e esclarecendo para si mesma, os meandros desse Estatuto da Igualdade Racial. Principalmente, o público a quem tais políticas se destinam, precisa saber do que elas tratam. *É nosso objetivo, também, com este estudo, que as pessoas do Amapá saibam (e não apenas “possam”) conceituar cotas.* Temos, portanto como *objetivo geral*, ampliar o estudo sobre o acesso pelas cotas ao ensino superior e como *objetivo mais específico* procurar fazer a comunidade amapaense entender que não é só para colocar negros e pobres dentro da universidade que as políticas de cotas raciais foram criadas, bem como formular um conceito de Cotas Raciais e disponibilizá-lo para leitura e debate junto às entidades do movimento negro amapaense.

O sistema de cotas é uma experiência que já foi vivida por outros países do mundo (por isso os opositores radicalizam logo dizendo que é mais uma importação do lixo que o “mundo moderno” não quis); nos EUA, a partir das lutas pelos direitos cívicos nos anos 60 os negros conquistaram posição sócio-econômica; há uma classe média, intelectualmente, bastante notável por lá; tem até um negro que é Presidente. Mas no caso brasileiro, onde o racismo é camuflado e a identidade nacional tem um ideário branco, acabar-se-ia, parece, com as cotas, por criar-se um círculo vicioso, por que mesmo formado, *um aluno cotista que entrou no ensino superior, pode ser discriminado e/ou ter o seu teor profissional estigmatizado no mercado de trabalho.*

É basicamente o mesmo princípio aplicado aos demais estados do Brasil já cotista, mesmo os que não têm ainda uma discussão mais apurada do tema. A política de cotas, portanto, parece não compreende só a questão de cor, e existe muita demagogia a esse respeito. A questão não a cor da pele; estamos inseridos num contexto de códigos e de valores de sistemas e interesses. Em “os códigos da modernidade”, por exemplo, TORO (1997), aponta as capacidades e competências mínimas para a participação produtiva, do ser, no século XXI; quais sejam: *Domínio* da leitura e da escrita, capacidade de fazer cálculos e resolver problemas, capacidade de analisar, de sintetizar e interpretar dados, fatos e situações e a capacidade de compreender e atuar em seu contexto social; Ou seja, partindo do princípio de que a política de cotas para negros faz parte dos pressupostos da educação inclusiva, não é



a cor que vai “determinar” o quanto uma pessoa precisa ou não de cotas para se inserir, produtivamente, no seu âmbito social.

*A educação inclusiva precisa compreender seu próprio termo* como algo que não venha legitimar uma exclusão já gritante. O negro na maioria das vezes, já se sente excluído do diálogo, vê-se incapaz de ajudar seu meio, de conviver como outro e não apenas existir ao lado dele, por muitas vezes ele não percebe a vida com senso de justiça, compreende que tudo já está pronto e acabado, sendo o seu papel neste imbróglio social o da passividade, da submissão. O Manifesto em Defesa da Justiça e Constitucionalidade das Cotas que data de 13 de maio de 2008, encaminhado ao Exmo. Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, em suas páginas iniciais, no entanto traz um posicionamento meio que contrário ao teor dessas últimas linhas acima escritas. Nesse documento é nítida a ênfase a efervescência na luta pela inclusão étnica racial no ensino superior brasileiro.

O documento, inclusive mostra dados de que, nunca no Brasil, tantos estudantes negros tiveram acesso a educação. Ainda segundo o manifesto, há no país, a partir da perspectiva de cotas, “um conjunto novo de oportunidades”, que até agora eram vedadas a negros. Mas, uma política de cotas com ares de “ajudar esses coitadinhos”, em si, já é discriminatória. A formação acadêmica de um ser crítico e pensante, não concebe a idéia de que o poder público pode “ajudá-los” como se eles fossem incapazes de compreender sua individualidade frente aos diferentes grupos sociais com os quais interagem.

Há duas principais questões presentes na discussão das reservas de vagas para negros ascenderem educacionalmente. A primeira diz respeito ao fato de que o acesso diferenciado levaria a uma perda de qualidade acadêmica nos cursos de graduação de sistema público de ensino e, uma vez implantado, como foi na UEAP e a ser implantado na UNIFAP, tal sistema não geraria, efetivamente, alguma inclusão dos indivíduos a que se destina. A rejeição ao sistema de cotas tem se baseado, em grande parte, tanto na suposta perda de qualidade no ensino quanto em uma suposta ineficiência do ponto de vista da inclusão social.

A segunda questão a ser considerada, diz respeito ao que já mencionamos; *à possibilidade de que os alunos ‘cotistas’ sejam estigmatizados como alunos ‘piores’ dentro da própria universidade*, já que a presença deles nos cursos se deverá a um sistema de acesso diferente daquele aplicado aos demais alunos. Nesse sentido, *as hipóteses* que levantamos para este estudo são de que: O acesso diferenciado do negro ao ensino superior levará a uma perda de qualidade acadêmica nos cursos de graduação de sistema público de ensino. Outra, *as cotas raciais, além de legitimar o racismo, vão gerar na sociedade amapaense uma inclusão aparente*, ou seja, haverá uma ineficiência do ponto de vista da inclusão social do

negro em nossa sociedade brasileira. E, *os 'cotistas' serão estigmatizados como alunos 'piores' dentro da própria universidade*, tendo como característica principal o privilégio de uns em detrimento daqueles que o Sociólogo Demétrio Magnoli vai classificar em seu livro “Uma gota de Sangue”, como os que nasceram com a “cor errada”.

Com relação ao exposto até aqui, percebe-se uma imagem que evoca, muitas vezes, a atmosfera da dúvida de posicionamento, mesmo para aqueles que já tinham opiniões formadas sobre o propagado “reparo” pelo estrago causado aos negros ao longo de nossa história. Tais explicações são mais eficazes do que uma longa descrição. Além disso, muitas opiniões figuram sobre o tema na contemporaneidade, o que permite que a lei não se imponha como de obrigatória aceitação, ainda que “já seja lei”. Não podemos, portanto, pensar em políticas de cotas como um fenômeno urbano que refletirá um novo Amapá, distinto do que temos hoje. Aceitando, qualquer “das faces da moeda”, sem uma análise crítica, parece ser uma atitude vista mais como um favor do que uma conquista de respeito e/ou cidadania. Termo, este último, que, aliás, mais parece “uma prostituta” se o relacionarmos com as cotas, posto que todo mundo o “usa” sem o mínimo de conhecimento sobre o que ele pode nos causar. Não dá para chamar qualquer pessoa de cidadão. Infelizmente. A desigualdade educacional em nosso Brasil é refletida no nosso Estado; e tem a mesma característica: é escandalosa. Por isso, falar de Educação Inclusiva é entender que fatores como o racial, por exemplo, são apenas, em partes, responsáveis pela questão. Crescendo ou não, o país permanece desigual, logo, algo está “fora dos eixos”.

Os progressos feitos são inegáveis, mas foram lentos e não escondem o longo caminho que ainda falta percorrer. *É nesse sentido que buscamos saber como a UEAP recebeu a proposta de implantação da política de cotas para negros ingressarem no Ensino Superior*. Não pode existir, por nenhuma pessoa que faz parte da organização social amapaense, neutralidade nesse debate, ainda que seja ele tão recente em nosso Estado. E, a educação Inclusiva, através da Política de Cotas raciais deve ser cuidadosamente observada. Não se compreende nada sem um quadro mínimo do processo de luta desenvolvido sobre o que se quer compreender. Mesmo com a lei já em vigor em várias universidades e em muitos dos nossos Estados, pensamos contribuir, para que, aqui no Amapá, se pense mais sobre o tema, até porque, mesmo já implantada em outros Estados ele não foi “eternizado” e ainda é discutível na agenda estadual, principalmente quando for implantada na UNIFAP. No Judiciário, nas universidades, nas conversas mais cotidianas, ou seja, falar de Educação Inclusiva é falar da democratização do acesso ao ensino superior no Amapá, sem, no entanto, dizer que a questão das cotas é a solução.

É por isso que, no primeiro capítulo deste trabalho, a proposição é sobre *os meandros da Formação da Sociedade Brasileira*, ou seja, tratamos das interpretações que se percebem sobre a nossa identidade nacional. Essa “arquitetura sobre qual residimos” e o mundo de diversidades que ele engendra no nosso desenvolvimento enquanto sociedade, sem perder de foco os reflexos desses parâmetros na vida do ser negro/brasileiro/amapaense. O Brasil sempre foi visto, pela construção historiográfica eurocêntrica, como um país de gente inferior. Neste contexto, o Negro é um elemento “coisificado” e socialmente invisível na sociedade que o “importou” de um contexto que, mais do que dele, humanizava-o. *O Brasil estruturou-se em aparências sociais, logo, ser Negro aqui, é, às vezes, o mesmo que não ser ninguém*; e se até “os alguéns”, por vezes, são vistos como inferiores pela cultura “europeu-norte-americana” dominante, não é errado crer que a inclusão social dos negros do Brasil passa longe de ser, se quer vista como possível realidade. Ou seja, o estudo, neste primeiro capítulo, quer saber: Afinal, que País é esse?

*A democratização da educação no Brasil* é o tema central do segundo capítulo. Se somos um país excludente, como vamos alcançar as referências para tal democratização da educação? O que se entende por educação no Brasil e como esse e/ou esses entendimentos percebem um país étnico e diverso como o nosso? Bem é verdade que muitos desses entendimentos são racistas; então buscamos perceber a Democracia Racial como um mito e o Racismo como realidade. Posto que contrários e favoráveis a cotas raciais já se digladiam em manifestos e ações judiciais, parece que sem levar muito em conta o Negro no Contexto Educacional como um Ser Socialmente Brasileiro. O marco legal dessa discussão que envolve o tema central do segundo capítulo são as leis nº 10.639/03, que estabelecem que os conteúdos programáticos sobre a história da África e dos Afros descendentes, devem ser ministrados em todo o Currículo Escolar, desde a Educação Básica (níveis, etapas, modalidades) ao Ensino Superior, em especial nas áreas de Artes, Literatura e História Brasileira, resguardando a contribuição do Povo Negro nas áreas social, econômica e política à História do Brasil e a nº3.627/04, que instituição de Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas de educação superior; respectivamente.

O terceiro e último capítulo centra-se na pesquisa em si. É onde tratamos das políticas públicas em educação no Amapá, dando um enfoque especial para aquelas que se pretendem a favor de alguma “causa educacional negra”. Ou seja, as perspectivas de Educação aos Afro-descendentes no nosso estado. A Presença Negra nas Terras do Cabo Norte. Falamos da Inserção de Negros no Ensino Superior e no Mercado de Trabalho

Amapaense e é onde vai entrar as análises de uma menção (honrosa) a UNIFAP, pelo trabalho, que consideramos de inclusão, desenvolvido com negros e carentes no acesso a faculdades, sem cotas, através de cursinho pré-vestibulares; claro, procurando mostrar os Caminhos e Descaminhos que têm envolvido este processo. O final do terceiro capítulo, na verdade, é “uma deixa” para a conclusão; é nesta que mostramos nossas percepções sobre como a UEAP recebeu a proposta de implantação da política de cotas para negros ingressarem no Ensino Superior.

## CAPÍTULO I – CONTEXTO HISTÓRICO: A Formação da Sociedade Brasileira.

### 1.1 – **Interpretações do Brasil:** A Arquitetura da Identidade Nacional Brasileira.

Neste trabalho, a representação do termo “Negro”, apresenta-se centrado na definição do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), onde consideram pertinente a categoria negra, as caracterizações “pretas” e pardas.

A Inclusão do Negro, como um ser social, no Brasil, é como um tipo de discriminação cívica particularmente importante de ser discutida, mas que, não obstante, reflete um padrão muito mais abrangente de desrespeitos a direito e de agressão à cidadania. Pois tem como foco práticas discriminatórias na vida cotidiana, que seriam estimuladas pela desarticulação entre esfera pública e espaço privado, (SILVA, 2000, pg.08). A formação da sociedade brasileira está embasada, portanto, em uma miscigenação do que chamamos de raças e etnias. Isso não se discute. Mas, o reconhecimento da contribuição que Negros, Caboclos, Mulatos, Cafuzos, e até mesmo Brancos deram para, através dessa miscigenação, formar política, econômica, religiosa e socialmente nosso país, é pormenorizada e esquecida. Principalmente para as quatro primeiras etnias citadas. Na verdade elas foram as grandes construtoras dessa nação e ao mesmo tempo, como diz Alberto Costa da Silva no texto “Quem Fomos Nós no Século XX: As Grandes Interpretações do Brasil” (2000), “as grandes vítimas da História”.

Nesse contexto de “gente inferior”, instalado nos trópicos, o Negro, no que tange a inclusão social, não poderia ter um futuro melhor que o presente. Melhorar a “raça”, no caso, significava branquear o Brasil, ou seja, desde o “projeto” social brasileiro, o Negro já era excluído da sociedade. Essa apologia ao branqueamento disseminou, por toda primeira metade do século XIX, um entendimento de que para ser socialmente um brasileiro, a pessoa tinha que ser branca, mesmo que fosse preta. É nesse viés que a capoeira, por exemplo, passa ser vista como “coisa de preto”, influenciados pelo demônio. Mas a capoeira, na verdade:

É uma dança de luta, ritualizada e estilizada, que tem sua própria música e é praticada, principalmente na cidade de Salvador, estado da Bahia. É uma das expressões características da dança e das artes marciais brasileiras. Evoluiu a partir de um estilo de luta originário de Angola. Nos primeiros anos da escravidão havia lutas permanentes entre os negros e quando o senhor de escravos as descobria,

castigava ambos os bandos envolvidos. Os escravos consideravam essa atitude injusta e criavam "cortinas de fumaça" por meio da música e das canções, para esconder as verdadeiras brigas. Ao longo dos anos, essa prática foi sendo refinada até se converter em um esporte sumamente atlético, no qual dois participantes desfecham golpes entre si, usando apenas as pernas, pés, calcanhares e cabeças, sem utilizar as mãos. Os lutadores deslizam com grande rapidez pelo solo fazendo estrelas e dando espécies de cambalhotas. O conjunto musical que acompanha a capoeira inclui o berimbau, um tipo de instrumento de madeira em forma de arco, com uma corda metálica que vai de uma extremidade à outra. Na extremidade inferior do berimbau há uma cabaça pintada, que funciona como caixa de som. O músico sacode o arco e, enquanto ressoam as sementes da cabaça, toca a corda tesa, com uma moeda de cobre para produzir um tipo de som único, parecido com um gemido. (LOPES, 2008, p. 05)

Mas, os problemas da não inclusão do Negro na sociedade brasileira vão além do não entendimento da capoeira como uma manifestação cultural. São mais políticos que raciais. Ideologicamente, nosso Estado Nacional organizou-se mal e a sociedade excludente que temos hoje é uma reflexão do esforço que nela foi posto para tal fim. Qual seja: Vê-la como um constante projeto de igualdade para todos, em eternas teorias. Essa idéia de que o nosso país é uma nação branca manchada de preto transforma qualquer projeto de inclusão social para o Negro em nada mais, além disso: Apenas; Projeto. No imaginário da nação brasileira, tudo o que está relacionado à África também o é relacionado a “coisas negativas”. Isso, talvez esteja associado a essa hierarquização de “raça” e cor que vem desencadear a formação da nossa sociedade. A “nação brasileira” se origina sobre um ideário de que, naturalmente, *raça e cor, obedecem a padrões hierárquicos na identificação do ser*. Nesse padrão, simbolicamente, a cor e a raça branca seriam superiores a todas as demais; e estas, para serem vistas socialmente, teriam que se configurar a partir daquelas, reconhecendo tal soberania.

E, mesmo que em “Casa Grande e Senzala” Gilberto Freyre (1933), tenha contribuído para vermos um negro em cada um de nós, a idéia de que sem eles o Brasil não seria o que é hoje, ainda permeia *apenas* mentes privilegiadas. Se o contrário fosse verdadeiro:

O Negro perderia as feições de selvagem que lhe colaram ao rosto, os africanos, ao chegarem ao Brasil, sabiam manejar o gado, trabalhar o ferro, abrir galerias para minas, batear o ouro, irrigar o solo, adubá-lo e cuidá-lo como mandava o trópico, fazer fortificações e organizar as tropas para o combate. Todos vinham de povos com história e traziam consigo formas próprias de estar no mundo. Não faltava um sequer que lesse o Alcorão ou escrevesse em arábico, ao passo que o seu dono mal conseguia desenhar o nome. (SILVA. 2000, p. 09)

Ainda assim, ser branco, nos idos de 1500, no Brasil, significava ser belo, humano, correto. Ser negro, nem humano se era; muito menos belo e correto, outrossim,

“coisas”, objetos ou instrumentos de produção do modo de trabalho escravista que se instalara nos trópicos tupiniquins. E essa condição de “ningueidade” se arrasta, oficialmente, até o engodo conhecido como Lei Áurea. E, de lá, até aqui, já são 121 anos de luta, tentando entender o como da desconstrução de tal condição. O tempo não é muito, para uma assimilação de tamanha envergadura; *“escurecer” um ideário alvo, gravado na mentalidade de toda uma geração, com certeza não é tarefa fácil.* Mesmo, no mundo todo, o Brasil só perdendo para a Nigéria no quesito população negra, ainda não se percebe claramente, este elemento humano, como gente em nossa organização social. Ele não porta, se quer, esse ideal de cultura que é disseminado entre nós. O cultural relacionado a ele sempre foi visto como “coisa estranha”, emacumbada. *No Brasil o negro não porta a identidade do país, tão pouco seu afeto.*

Aliás, esse foi o primeiro grande golpe na identificação do negro como ser brasileiro. A idéia de não ter família, de ser “coisificado”: A ningueidade. Não ter direito ao amor e nem de ser amado é algo de muito forte para a desconstrução de uma identidade social que nem bem formada estava (ou está). O mito das democracias (racial e judicial) é fruto direto desse processo de desconstrução; por que o que gesta nossa sociedade, nesses aspectos, é a idéia de que, no Brasil existem seres mais humanos que outros; e sem querer desqualificar o Mito como uma das formas de interpretação da realidade, o Brasil sempre viveu mitologicamente isso que se chama Democracia Racial, nunca foi uma, mais o ponto positivo nessas discussões sobre a nossa formação é que, a partir desses pressupostos, foi que alguns negros passaram a querer vê-lo ser. O útero que gerou nossa sociedade era, e sempre foi “Ameríndio”, sem falar que além dos pés e mãos dos Brancos os Negros estruturaram cultural, religiosa e economicamente um país para aqueles chamarem de seu.

No livro “Raízes do Brasil”, Sérgio Buarque de Holanda propõe uma interpretação do Brasil que vise descobrir as razões da sociedade que temos. Essa “coisa” que os nossos colonizadores tinham de bastar-se a si próprio é um viés claro de que o Brasil já nasceu excludente, ou seja, a nossa sociedade não excluía por excluir, mas sim, porque não via no excluído nada passivo de ser considerado como incluso. Isto por que:

O português era aventureiro e criativo. Aceitava riscos e ignorava obstáculos. Plástico, adaptava-se sem dificuldade à geografia e aos modos de vida locais e se entendia e se misturava com os nativos, porém era “incapaz” do trabalho sistemático, lento e seguro. Queria enricar depressa e voltar o mais rápido possível para a sua terra. A sua moral era a da aventura e não a do trabalho. Por isso e porque acostumado a estruturas sociais frouxas, com a prevalência das relações pessoais e familiares sobre os interesses da grei, o português não foi capaz de formar no Brasil uma sociedade marcada pela organização, pela associação e pelo planejamento. (HOLANDA, 199, p. 14)

Então quando dizemos que vivemos mitologicamente a questão da democracia racial, estamos nos referindo a esses 121 anos, pós-abolição, onde o Brasil tem vivido uma séria de diretrizes cheias de pretensas afirmações, mais com deliberações muito implícitas. Aqui no Amapá, por exemplo, o negro é humano, mas, parece que não plenamente humano. Falamos do Amapá, mas isso é generalizado no Brasil; e para ser humano, igualmente, parece que é preciso perder as características negras que ainda temos. Essas perdas vão ganhando legitimidade através da mídia escrita, desde a época colonial, e no próprio racismo que desqualifica uma pessoa negra, só porque assim o é.

Os valores identitários do Brasil são brancos. E o negro, para conceber tais valores (afinal é um brasileiro) teve e “tem” que se embranquecer um pouco ou de todo. *Isso é assustador*. É uma idéia discriminatória e racista, mas é a idéia que vais legitimar, hoje, a maioria das Ações Afirmativas no que tange ao reparo pela degradação moral e social que os negros sofreram ao longo do tempo e que ajudaram a nos entender como seres sociais. O cunho ideológico deste contexto é uma política de dominação que se revigora de tempos em tempos, e que tem um viés branco permanente entre nós, mais não por nós, na verdade, na maioria das vezes que se tentou ajudar o negro no Brasil, isso foi o que entrou para a história: *A idéia de que se trata de um incapaz que precisa ser ajudado*. Para as relações étnico-raciais, isso, também, é assustador.

É só na década de 60/70 que “essas coisas raciais” começam a ser questionadas, cientificamente, com teóricos como Florestan Fernandes e outros ligados a educação; fomentando outro ideário, qual seja; Não o de harmonia na gestação de nossa sociedade, mas sim da idéia de que nossa identidade, na verdade, reflete uma adaptação da identidade dominante. O “fim” da escravidão, as ações do Estado brasileiro e até as próprias ações sociais de caráter negro que decorrem desses anos todos de dominação, parecem não ter sido equânime no que diz respeito à equidade social entre negros e brancos. Apesar de todos os avanços que, sem dúvidas, já são visíveis nesse sentido o fato é que não se tem uma resposta para o fator “desigualdade social”, *permanecer* até hoje. Logicamente falando, não era para a desigualdade ser racial no Brasil, Afinal:

As três raças/etnias básicas formadoras da população brasileira são o negro, o europeu e o índio, em graus muito variáveis de mestiçagem e pureza. É difícil afirmar até que ponto cada elemento étnico era ou não previamente mestiçado. A miscigenação no Brasil deu origem a três tipos fundamentais de mestiço: Caboclo = branco + índio, Mulato = negro + branco, Cafuzo = índio + negro. (LOPES, 2008, p. 04)



Ou seja. O Negro do Brasil não é um africano desterrado, mais sim um ser que adquiriu, ao longo de sua exclusão, fisionomia própria e que por muitas vezes, participou e estimulou as principais mudanças sociais desse país. Os pioneiros na formação de nossa sociedade não tinham atravessado o oceano para enriquecer. Excluídos de todo processo político administrativo, aqui estavam para o castigo, o labor. Foram frutos do expansionismo europeu, de valores de Brancos onde ser um deles, em cor e atitude, era a única forma de fazer partes de seus círculos, e porque não dizer:...circos. A inclusão social do Negro no Brasil passa, assim, pelo que Sérgio Buarque de Holanda chama, em Raízes do Brasil, de “abandono das nossas características ibéricas e pela adoção de um novo estilo de vida coletiva, o americano, no qual o público se impusesse sobre o privado e o racional sobre o afetivo”. Isto quer dizer sim a xenofobia, muito pelo contrário; Temos, em última análise, é de deixar de sermos africanos transplantados nos trópicos. Para Darcy Ribeiro (1995), “nascemos da ningueidade” (como já foi dito), sob o ponto de vista eurocêntrico. Mas foi esse “fazimento” de nossas raízes que, a partir de “uma ótica mais preta” nos tornou ímpares. Em toda a Europa as características sociais oscilam entre si sem muita distância uma das outras, ao passo que aqui no Brasil essa distância oscilativa é tão grande (por se tratar de culturas diferentes), que no mundo não se vê riqueza e diversidade sociais tão expressivas. E muito disso se deve à mestiçagem.

Buscar identificação social efetiva dos Negros na sociedade brasileira, ou seja, investir em políticas públicas que não versem pelas linhagens cotistas solucionais como sendo “A” reparação por tudo de exclusão que sofreram, por exemplo, talvez seja a resposta para a pergunta que se faz na introdução do texto de Thomas Skimore (1989), “Criadores de Mitos: Os Arquitetos da Identidade Nacional Brasileira”: Existe futuro, num mundo civilizado, para um povo miscigenado? É dentro dessa perspectiva que Alberto Costa da Silva escreve sobre a literatura, excludente, produzida em nossa social. Segundo ele:

Muitas das análises e conclusões fundadas nas ciências sociais de nosso tempo acabassem por revelarem-se, igualmente abstratas, eurocênticas e redutoras da realidade a esquemas mentais preconcebidos. Pelas páginas cheias de categorias analíticas de numerosos desses livros, só de raro em raro passavam seres humanos. Parecia estranho, por exemplo, o não se topar um único escravo ou senhor de escravo, a não ser como idéia ou como número, numa obra sobre a escravidão. Em outras, porém, estavam a espiar, meio escondidos no canto de uma construção teórica, ou a nos olhar de frente, bem no meio da página, os Caxias, os malandros e os renunciadores. (SILVA, 2000, p. 23)

Isto é, os construtores da nossa historiografia, em sua maioria, primaram por um “apêndice tropical” da Europa que Silvio Romero (1914), em “Miscigenação e Cultura”,

começa a debater em um viés autônomo e independente. Segundo ele, para que houvesse identificação social dos negros aqui no Brasil, como agentes sociais, desde a formação da sociedade até hoje, seria preciso que, frente ao racismo se fizessem presentes idéias que concebessem o brasileiro como “um ser” miscigenado. Afinal, como nos diz o referido autor: “todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias”. Mas, para Euclides da Cunha:

A mistura de raças muito diversas é, na maioria dos casos, prejudicial, a mestiçagem extremada é um retrocesso. O produto da miscigenação racial é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores. (Cunha, 1985, p. 12)

Para entendermos a nossa formação social e nos contrapor, talvez, a idéia Cunha, precisamos percebê-la como plural. A nossa educação social foi violenta e os espaços sociais nos quais perpetuam a violência a criminalidade e a ineficácia de prevenções que as coíbam, são numerosos no Brasil. O binômio, Violência/criminalidade, é reproduzido sistematicamente em nossa sociedade. Seja nas ruas, em casa ou nas escolas o sistema capitalista nos obriga a fazer da diferença um meio para a desigualdade. Há uma urgência na conscientização social de que somos violentos, por vezes criminosos mesmo, em relações étnico-raciais, sem nunca termos assassinado, fisicamente, ninguém. *Essa é uma das maiores características da exclusão social do Negro no Brasil.* A elite se preocupou, desde sempre, com o aparente. Pois: “Se a miscigenação cria instabilidade, quanto tempo demora em chegar-se a uma identidade nacional estável?” (Romero, 1902), se o Brasil nunca deixou de ser miscigenado e violento.

A sociedade brasileira carece de uma nova orientação político administrativa; no sentido de que nos assumamos como violentos e passemos a uma concepção possível de confronto a essa criminalidade, que, aliás, também não se configura, somente no roubo, no assalto, ou no estupro. Violência maior do que um jovem pobre chagar ao ensino médio e “preparar-se” para o vestibular, apenas sabendo ler e escrever, sem interpretar ou produzir, é difícil imaginar. *Sem interpretação do meio que o cerca, ele vai existir até a morte, sem nunca ter verdadeiramente vivido.* O Brasil não é homogêneo na maioria de seus aspectos nacionais, nem uma sociedade o é; mas isso não deve ser pretexto, por exemplo, para, nas ruas queimar um índio, só porque é índio; Ou legitimar cotas como a solução, reparo e inclusão na vida de pessoas. Só por que são negras? Nisso também estão presentes violência e criminalidade com exíguas prevenções.

Várias foram e/ou são as formas de exclusão, mais a escravidão foi e/ou é a pior delas. Na construção de tudo que somos o Branco foi sempre ajudado, se não pelo Negro, sim pelo Mestiço. No entanto esse fato “não entrou para história”; e parece que, em uma quase “paródia democrática” como a nossa, não é conveniente nem sequer tocar nele. Em uma Democracia Representativa, todos os seres dela integrantes deveriam ser representados, e para o serem o pressuposto deveria ser de inclusão/identificação social, mas, por exemplo:

Até agora, estão ausente das prateleiras de bibliotecas e das salas de aula, livros paradidáticos que levantam questões sobre o negro brasileiro sem reduzi-lo a objeto. Se antes a temática não representava um mercado potencial para as editoras, a nova legislação já dá mostras de “avanços concretos”. Em vigor desde janeiro de 2003, a lei federal 10.639 torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as escolas de ensino fundamental e médio, públicas e particulares. A lei vem provar que o Brasil não é uma democracia racial, pois levou 115 anos para introduzir no ensino o estudo da matriz cultural africana. *E ela não caiu do céu, mas é resultado da luta do movimento social negro.* A nova lei tem “tudo de positivo”. Porém, é preciso que ela seja efetivamente implementada e que seja definido exatamente o conteúdo a ser ministrado. A África é um continente de 56 países e ilhas. A lei não disse que África e Brasil ensinarem. Mas se não fosse a lei, ninguém se mobilizaria. (MUNAGA E GOMES, 2008, p. 43)

Pensando assim, Oliveira Viana escreveu sobre “O Branqueamento do Brasil”: (Um primeiro passo essencial para a ação coletiva). Ele pensava que os portugueses que vieram à América “representavam a porção mais eugênica” porque, “por uma lei de antropologia social, só emigram os caracteres fortes, ricos de coragem, imaginação e vontade” (VIANNA, 1952). Vianna não percebia que, no Brasil, a influência africana havia evoluído de maneira singularmente benéfica. Nossa realidade, violenta e criminosa é complexa; E o conhecimento dessa complexidade reflete-se na educação. Por exemplo, “se o racismo produz problemas de crueldade nos membros de uma sociedade, e se ele está em toda sociedade, todas as pessoas, independentemente da cor da pele, são passíveis, a priori, de sofrer suas mazelas”. A violência, bem como seus complicadores (situação econômica) e seus facilitadores (elite corrupta), enraizaram-se em nosso país. A temática colonizadora sempre foi violenta e criminosa e desde 1500 não se teve, no Brasil, um interesse político no que tange a desconstruir tal herança. Passando pelos construtores de nossa historiografia até chegar à própria mente de nossa história, é comum observar mais uma “(dês) identidade” que uma Identidade Nacional.

A formação Social do Brasil excluiu muitos dos que fizeram parte do processo dessa construção. Deve ser por isso que Paulo Prado em “Um Brasil Melancólico” remete-nos a pensar nossa sociedade excludente formada sobre vícios europeus. Desde a época colonial o

Negro vem desaparecendo, aos poucos, para assumir essa falsa aparência, que por vezes o inclui em um contexto “intelectual”. A aparência ariana é uma tentativa, inicialmente falha, de aproximação aos problemas e às contradições presentes na luta cotidiana pela expansão e pela consolidação dos chamados direitos sociais fundamentais, dentre os quais a inclusão prima. Ou seja, *desde nossa formação social instauro-se o racismo no País, a pretexto de combatê-lo*. Visto que:

A participação do negro, em todas as dimensões da "sociedade branca" foi marcada pela submissão dos valores negros aos brancos, dominantes. Historicamente os negros sempre estiveram subordinados na estrutura social e econômica, tanto no período escravocrata quanto nos que se seguiram. Se durante o período escravocrata os negros estiveram submetidos a todo tipo de suplícios e humilhações, representando o papel que Darcy Ribeiro (1996) chamou de fonte de energia para a construção da sociedade e cultura brasileiras (“o carvão da sociedade brasileira”) isto não fez com que perdessem seus traços culturais; pelo contrário, foram capazes de impregnar deles a cultura da nova nação, como mostram não apenas vários autores, mas a própria vivência na cultura brasileira. Mesmo estando submetidos ao poder político e econômico, sua cultura permanece vigorosa, estabelecendo lugar inegável na cultura nacional. No entanto, apesar disto, continuam a ser discriminados e a enfrentar situações que os colocam em condição de inferioridade diante dos “não - negros” até os dias de hoje. Ao invés de serem valorizados por terem contribuído de modo determinante para a construção da nação e de sua cultura, são discriminados e “aceitam” isto, muitas vezes, por não conseguirem impor-se ou por não acreditarem na necessidade (ou na eficácia) da resistência formal. (FERNANDES, 1972, p. 32)

Diante do que já foi comentada até este ponto, não é de se estranhar que nossos educandos, por exemplo, tenham problemas em se auto-afirmar como sendo negros. Há algo, parece, que nos pressiona a nos ver no outro ou como o outro, deixando-nos de sermos nós mesmos; Perde-se, portanto de vista a implicação direta que se faz necessária para a construção de uma identidade: ela se constrói quando nos percebemos que não somos o outro, somos o “eu”. E isso não é individualismo. A homogeneização de culturas em uma sociedade multicultural, como a nossa, é de uma complexidade tal que o pressuposto da igualdade é: excluem-se as diferenças. Não somos iguais no sentido de não haver diferenças, nunca fomos. Somos iguais na humanidade, mas na identidade, somos (e devemos ser) diversos. No entanto, tais diferenças, como já foram mencionadas, não podem ser pressupostos para subalternizações.

A abolição da escravidão no Brasil..., colocou os negros numa situação *sui generis*. Apesar de livres, estavam também sem teto, sem emprego, sem alimentação, sem direitos, desprovidos muitas vezes até mesmo das roupas que lhes davam os seus antigos senhores nas fazendas onde até então viviam. Saídos da condição de escravos, foram colocados numa situação de miséria que se somou à sua diferença racial, configurando-se um estigma baseado num forte tripé: diferentes fisicamente, diferentes socialmente e diferentes culturalmente. E assim entraram para a história oficial: como escravos ou ex-escravos. Muitas vezes como negros e poucas vezes

como brasileiros. Com base no triplo estigma, foram discriminados em todos os setores da vida do país; situação que de forma bastante lenta vem sendo transformada durante o correr do século XX. (AMARAL, 2006, p. 35)

A nossa sociedade não se estruturou para aceitar diferenças; e às vezes, nem para aceitar a realidade. Por exemplo: A guerra Civil entre as instituições policiais e traficantes de drogas nos grandes centros do país é evidência de que o sistema governamental está falido. E, se como proposta para a solução do caos que nossa sociedade vive, continuemos divulgando a nossa passividade característica e os nossos parlamentares garantindo a construção de mais presídios e mais hospitais, não é errado entender que não se vislumbram prevenções que honrem o conceito, ora, prostituído dessa palavra que somos em meio a um imenso dicionário chamado Cidadania. Ou seja, dizer que o Brasil sempre foi, e é, um país pacífico, tem muito de contraditório.

É de não aceitar algumas realidade que decorre toda essa profusão de “unidades”, padrões a serem seguidas e lógicas a serem reproduzidas, desde um livro didático, até uma Lei de Cotas Raciais, por exemplo. O negro subalterno nas novelas, bandido nos telejornais e incapaz na sociedade, só ver ares de desmistificação dessa realidade, quando se pensar o problema de identidade no Brasil, além do viés econômico; Há aí uma questão social latente, que precisa ser desenvolvida e discutida no sentido de que não há um padrão social a ser seguido, ou seja, o negro não precisa ser branco para ser alguma coisa.

A “racialização” está em curso no País com as cotas, e no nosso Estado a UEAP pode ter o primeiro passo nessa direção. Sob nenhum aspecto, pode haver inclusão ou reconhecimento efetivo de qualquer que seja categoria excluída. *Comprometendo assim não só o projeto jurídico que se propõe em 1989, bem como a idéia de nação que se tem construído ao longo de todos esses anos.* Para a professora Yvonne Maggie - da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), essas idéias de exclusão como solução para os problemas sociais do Brasil, continuam em voga até hoje. Sobre as cotas para negros ingressarem no ensino superior, por exemplo, ela pensa tratar-se de “Uma grave irresponsabilidade, que pode dividir o Brasil”. Propostas construídas a partir de diagnósticos errados e com meios equivocados.

É preciso haver uma rejeição as “coisas cotistas” da maneira em que elas estão postas. Rejeitar cotas não é racismo; afinal a questão aqui não é raça, mas sim os brasileiros que se pensam como brasileiros e não como negros ou brancos. É nesse sentido também que devemos perceber no racismo a negação de tudo que compõe a formação da sociedade brasileira, ou mais corretamente, a negação de que somos uma diversidade étnico-racial. Onde

o “fora do padrão” branco, magro e do cabelo liso, inicia sua vida social, um degrau abaixo da “escada-brasilis”, em relação ao que é assim. Ainda não se entendeu que somos uma sociedade e que, inevitavelmente, há “facções” dentro dela. O homem. Por exemplo.

Dentro dessa facção social, há aqueles que são altos, magros, gordos, bonitos feios, brancos, negros, índios etc. Novamente. Não somos homogêneos. Nesse contexto, não somos homem, mais sim homens. Há uma pluralidade racial no Brasil; e qualquer discurso que homogeneíza isso tem um caráter ideológico branco e racista, onde o negro não pode perceber a lógica do pertencimento social, a ele mesmo e as suas origens; ficando preso à outra lógica, a de sustentação do Estado Moderno Brasileiro, aquele que institucionaliza a pretensa igualdade entre seus membros. É por isso que quando se professa o lema da Revolução Francesa em solo brasileiro, o “todos são iguais”, não se refere ao negro, mas ao branco rico e proprietário.

O Brasil, conseguiu ao longo de sua história produzir um quadro de extrema desigualdade psicológica entre os grupos étnico-raciais negros e brancos. Até bem pouco tempo, o Estado brasileiro não incorporava as categorias racismo e discriminação racial para explicar o fato de os negros responderem pelos mais baixos índices de desenvolvimento humano, e os brancos pelos mais elevados. Apesar dessa tentativa de silenciamento, a resistência negra tem se mantido e se fortalecido, a ponto de atualmente não ser mais possível, num debate lúcido, a defesa da imagem da sociedade brasileira como um exemplo de Democracia de acordo com o teor do termo.

Por meio de pressão e atuação incessantes, o movimento negro organizado denunciou as condições de vida da população negra brasileira, evidenciando, entre outras coisas, que o acesso e a permanência dessas pessoas no sistema educacional é permeado por uma série de entraves. (ROMÃO, 2005, p. 15)

Em outro exemplo, a não muito tempo, as mulheres nem votar podiam. Isto é, a igualdade social tem sido mais um discurso para o processo de dominação do macho proprietário e branco sobre os seus diferentes. Para tentar uma desconstrução desse universalismo, talvez seja preciso “(dês) hierarquizar” nossa sociedade enquanto vista como harmoniosa, sem nem perceber que se trata da junção de várias etnias. As pluralidades do Brasil precisa ser vista como uma oportunidade de ler o mundo “bonzinho” que nos rodeia. Vivemos mergulhados em um caos de desarmonias. A “passividade” dos “Brasis” só cabe em visões conservadoras, românticas que visam acomodação sem descoberta de pertencimento racial aos integrantes sociais do Brasil. Assim sendo, como lá no Brasil colônia, temos, a

pretexto de inclusão, continuado sendo um país da exclusão, só que agora de forma Institucionalizada. A política de cotas, esteve na trilha da preparação da III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata que teve lugar em Durban, na África do Sul, em 2001, esta política e aquelas decretadas pelo governo federal, não foram objeto de um amplo debate público, aqui na Amapá.

Ou seja, apenas nos repassaram uma normativa pré-estabelecida que além de não incluir efetivamente os Negros, estigmatiza-os como dependentes e incapazes de alcançar níveis tão altos (rumo ao ensino de fato e de verdade) quanto pode um Branco. São mais de 500 anos de exclusão e o que se tem feito a esse respeito não tem passado de um contexto de pilares oportunistas que propõe paliativos sem ações gerenciais que mudem substancialmente a fisionomia do complexo de inclusão social que nos é vigente. Este debate começa agora, fracamente, aqui no Amapá, depois de fatos como o racismo já ter sido consumado. Bom, se nos serve de consolo, essa é uma realidade nacional, não é exclusividade tucuju. Mas, sem uma conscientização de pertencimento, seremos sempre agentes de uma reprodução, nunca uma afirmação. A geografia do corpo expressa a diversidade étnica do povo brasileiro. Há mais de séculos que ciganos são ciganos, milhares de anos que os Judeus são Judeus. Uma etnia tem que ser forte e durar; essa identidade é para quem assume, e nos moldes da miscigenação que vivemos, o negro tem que ser quem assim se identificar, conscientemente.

## **1.2 - Diversidade Cultural e Desenvolvimento Social: O Papel do Negro na Construção da Sociedade Brasileira.**

Por cultura, podem-se entender todas as ações por meio das quais os povos expressam suas formas específicas de identidade, isto é: do conjunto de caracteres próprios e exclusivos com os quais se podem diferenciar pessoas, animais, plantas e objetos inanimados uns dos outros, quer diante do conjunto das diversidades, quer ante seus semelhantes. Ao longo do tempo essas expressões vão adquirindo formas e olhares diferentes, sem, no entanto, perder sua essência. Por ser um processo e este se caracterizar como eminentemente dinâmico, a cultura pode ser transmitida de geração em geração, num criar e recriar cotidiano do presente por um indivíduo ou por cada sociedade imbricada na socialização do reconhecimento e valorização do outro; no que se refere a entender, os conceitos de cultura são múltiplos e até contraditórios. O Funck foi considerado cultura brasileira, recentemente, mais daí dizer que os brasileiros comungam dessa idéia é outra história. A cultura, certo é, abrange

todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo e nisto reside a sua diversidade.

Seja no plano concreto, ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até idéias e crenças e de modo independente da questão biológica, a cultura tem sua história própria que se desenvolve de forma particular e não pode ser julgada a partir da história de outras culturas. Atualmente, não há consenso sobre o que é cultura. Apesar disso, há concordância com relação a alguns pontos. Um deles é de que diferenças genéticas não determinam comportamentos culturais, ou seja, toda divisão de trabalho com base no sexo ou na raça, por exemplo, é cultural e não determinada pela natureza. A mesma premissa serve na afirmação de que o meio geográfico, também não determina comportamentos culturais. Assim, quaisquer tipos de discriminações sociais feitas com base no sexo ou raça, como aqueles discursos proferidos em nossa sociedade que afirmam que determinados trabalhos não podem ser feitos por mulheres, ou que algumas atividades consideradas inferiores são, exclusivamente, “coisa de negro”, não possuem base biológica. Mas são discursos criados para justificar a posição dominante de determinados grupos sócias. (SILVA, 2005, p.20)

Como já vimos, somos uma sociedade hierarquicamente deficitária no que se refere ao entendimento de diversidade. O consenso, praticamente inexistente nas lutas pela igualdade no que se refere aos próprios negros. É, sem dúvida, muito forte ainda a idéia colonizadora da inferiorização; e como abastêmios, a reproduzimos pacificamente. Até por que, a resistência não vai se dar por decreto, como pensa a professora Carmentilla (2008), por exemplo. Para ela, em função da nossa formação social, há necessidade de um direcionamento para que essas coisas [inclusão social] se tornem mais efetivas. Como não se processou ainda uma mudança na mentalidade, de um modo geral, do povo brasileiro, principalmente no exercício pleno da cidadania, a professora pensa que é necessário um normatizar-se de acesso do negro ao ensino superior, através de uma legislação, e que se garanta a inclusão dos grupos que foram historicamente excluídos; e a justificativa que ela defende para seu posicionamento é aquela que Sérgio Buarque de Holanda, também defende no livro “Raízes do Brasil”, dizendo que há uma herança cultural na sociedade brasileira, que não é muito bem aceita quando falada, mas é uma herança de fato, a respeito de que *nós não nos disciplinamos, senão por meio do autoritarismo*. Para os dois, portanto, as leis, em sociedades excludentes, devem assegurar a ascensão dos grupos que foram excluídos, como meios de minimizar o embaraço social dessa exclusão. Mas, ainda assim insistimos, uma “canetada” como a lei de cotas não resolve.

Entender que nossa sociedade, etnicamente interpretou-se mau, é o primeiro indicativo para as discussões sobre os males sofridos e é aí que se configuram as lutas de resistência àquela abstinência: não em uma lei. Esta não seria um fim, mas um meio de deixar



que o outro “se” seja; mesmo com o ódio racial, e a nossa identidade se reproduzindo através da ideologia da exclusão e da supervalorização branca não há como negar que os negros foram e continuam sendo, o alicerce construtor desse país. *AS BASES, ECONÔMICAS, SOCIAIS E CULTURAIS DE NOSSO PAÍS TÊM “SANGUE NEGRO”*. No sistema de Plantation, o Brasil do açúcar não teria sido a base econômica da nação brasileira sem a mão-de-obra dos negros e dos índios.

Os negros, trazidos para o Brasil como escravos, do século XVI até 1850, destinados à lavoura canavieira, à mineração e à lavoura cafeeira, pertenciam a dois grandes grupos: os sudaneses e os bantos. Os primeiros, geralmente altos e de cultura mais elaborada, foram, sobretudo para a Bahia. Os bantos, originários de Angola e Moçambique, predominaram na zona da mata nordestina, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Surgiu assim o terceiro grupo importante que participaria da formação da população brasileira: o negro africano. *É impossível precisar o número de escravos trazidos durante o período do tráfico negreiro, do século XVI ao XIX, mas admite-se que foram de cinco a seis milhões*. O negro africano contribuiu para o desenvolvimento populacional e econômico do Brasil e tornou-se, pela mestiçagem, parte inseparável de seu povo. Os africanos espalharam-se por todo o território brasileiro, em engenhos de açúcar, fazendas de criação, arraiais de mineração, sítios extrativos, plantações de algodão, fazendas de café e áreas urbanas. Sua presença projetou-se em toda a formação humana e cultural do Brasil com técnicas de trabalho, música e danças, práticas religiosas, alimentação e vestimentas. (LOPES, 2008, p. 06)

Nos transportes de cargas ou de produtos, negros e índios foram “peças” fundamentais para o desenvolvimento de nossa sociedade. Aqui no Amapá, como no restante do país, às negras, (aos negros também só que em bem menor escala), desenvolve-se uma perspectiva de de prazer que, também, vai influenciar toda essa libido característica e observada hoje em dia em nosso “cotidiano sexual”. A questão não é difícil de ser entendida se observarmos o contexto das relações sexuais entre o Senhor “branco” e a Senhora dele, na época de nossa formação social; O aspecto pálido das damas, tudo “aquilo” de roupa em um país tropical e a rígida observância da igreja quanto a “pureza” de uma relação, relegavam tais damas ao caráter de meras reprodutoras. A monotonia só era quebrada quando uma negra era “convidada” a adentrar os aposentos do Senhor, ou com ele se encontrar na mata, atrás da moenda, no armazém... Enfim, onde ele assim o desejasse. Um objeto belo, que podia dar prazer e ser descartado. Uma coisa que lhe pertencia. Algo que apesar de subordinado e explorado não podia reclamar. Gilberto Freyre comenta que:

As relações sexuais dos europeus com as mulheres índias e negras se estenderão por vários anos, numa espécie de sadismo do Europeu, tais relações eram com extrema violência e raramente a mulher confraternizava com o prazer dessa relação. O furor femeeiro do português se terá exercido sobre vítimas nem sempre confraternizastes no gozo; ainda que se saiba de casos de pura confraternização do sadismo do conquistador branco com o masoquismo da mulher indígena ou da negra. Resultado

da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo parece-nos o fato, ligado naturalmente a circunstâncias econômicas da nossa formação patriarcal, da mulher ser, tantas vezes no Brasil, vítima inerte do domínio ou do abuso do homem; criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido. Esse sadismo do homem Europeu, em transformar a mulher negra e índia em seu objeto sexual contribuiu para essa grande miscigenação que temos hoje. A isso se pode chamar de hibridismo. Os filhos das famílias escravocratas recebiam influências externas de perversões de vários tipos, moldando assim a cabeça da criança e do adolescente, fazendo com que no futuro se manifeste nele uma personalidade, autoritária do dominador sobre dominado. (FREYRE, 1834, p. 176)

Por isso que não é tão assustador hoje, por exemplo, o “macho dominador” dar sete tiros na ex-esposa, a TV mostrar tudo “sem cortes e sem censura” e dois dias depois o caso ser esquecido, socialmente falando. É um ideal banco (basta observar a história) e violento de vida. Nada contra os brancos, mas tudo contra o “branqueamento dos pretos”. É inegável que o branco tem um tipo de beleza, mas no Brasil foi construído um ideal de beleza/pessoa que é loiro e branco. Em um país onde 52% da população assumimos que somos preto ou pardos, (para usar o jargão do IBGE), *“o efeito mais devastador é na população jovem, formadores da opinião do amanhã”*. Muito deles só pensam em “se branquear”. Mas quanto a isso, não convém atribuir-lhes muita culpa. Nós fomos educados para não nos aceitarmos e nem reconhecemos o que nossos ancestrais sofreram para construir no país que temos. Seria cômico se não fosse trágico, mas foi ventilada, aqui no Amapá, entre um grupo de estudantes que escrevia declarações de amor nas pedras e portas da Fortaleza de São José de Macapá (nosso único patrimônio histórico tombado), com corretivo escolar, a possibilidade de demolir o forte e construir um mega Shopping Center, com vidraças enormes e de frente para o maior rio do mundo, o nosso Amazonas... O grupo simplesmente de-li-rou de euforia; “massa cara”, “D+”, “Só Filé”... Não é bom e nem fraterno, mas é o que temos, e, por vezes, o que somos. Mudar isso pressupõe primeiro entendermos do que se trata: Ser negro no Brasil hoje.

Negra bonita é só para carnaval (nua); preto é só para futebol. E quando um deles chega à presidência da república do mais poderoso país do mundo, somos levados a crê que já somos socialmente bem vistos e quistos no planeta que outrora nos excluiu. Que um negro ocupe tal cargo é sim motivo de muito orgulho; mas que isso não vire modismo. A percepção da desigualdade do negro pelo negro ainda é utopia. A sociedade frente às desigualdades raciais tem uma realidade: O Racismo... *“O 14 de Maio ainda não acabou. Dia 14 de maio é o dia mais longo para os negros porque ele está inteiro. Dia 14 de maio é hoje. Tem 121 anos”*. Sob este ponto de vista, fica a impressão de que a história dos negros no Brasil foi

escrita a lápis. Um rascunho que pode ser apagado e reescrito a qualquer momento, dependendo da visão do historiador. Talvez, tenha sido este zelo ou descuido historiográfico que tenha apagado da mente social brasileira as suas próprias origens e a sua sobrevivência. Os escravos negros fizeram não só a economia do Brasil. Eles fizeram o Brasil. (SILVA, 2005, pg.06)

Mas quando era Ministro da Cultura, Gilberto Gil, amenizava as coisas assim:

Duas perguntas diretas abrem cogitação sobre as identidades e a diversidade cultural brasileira. A primeira foi feita por Renato Russo, em música cantada pelo conjunto Legião Urbana: - Que país é esse? A segunda é a clássica exortação de Cazuza: - Brasil mostra a tua cara! A resposta imediata à primeira pergunta é: - O Brasil é um grande país, composto de vários países que falam a mesma língua e são apaixonados pela mesma seleção de futebol. A segunda resposta é, naturalmente: - O Brasil tem a cara de todos os povos que o compuseram. Relembrando o antropólogo Darcy Ribeiro, que criou uma tipologia cultural para os países americanos, o Brasil estaria incluído no grupo dos “povos novos”, diferentes daqueles incluídos nos grupos dos tradicionais, como os países andinos, com uma multicentenária cultura incaica que os identifica, e dos incluídos no grupo dos países de culturas européias transplantadas, como a Argentina. Nós outros, povo novo, seríamos o resultado de uma amálgama original de várias matrizes culturais africanas, européias, indígenas e asiáticas. Hoje, o nosso olhar sobre o “povo novo” brasileiro não visualiza um produto acabado, definitivo, resultado mestiço de um processo de diversidade cultural. O povo brasileiro é um povo novo porque vive um processo permanente de preservação e criação cultural, nos marcos da diversidade. Somos um país novo exatamente porque somos mutantes, um país do futuro, como sempre tem proclamado. Quando o futuro chegar, aí sim, seremos um país velho e tradicional. (MOREIRA, 2000, p. 11).

*A versão romântica do “país das maravilhas” embarça as linhas que tecem nossa identidade.* A visão de mundo que hoje enobrece a capoeira (como vimos na primeira citação formal nesse texto), por exemplo, o faz para ter lucro e não para valorização de cultura. Empresariaram o carnaval. Aqui no Amapá, “estilizaram” o Marabaixo (canto e dança de origem afro-descendente, cantada de improviso e acompanhada com instrumentos artesanais feitos de madeira e couro), nas rodas marabaixescas, hoje já se houve o som da guitarra, do Violão, das batidas eletrônicas e as letras das músicas ganharam outros ritmos e misturaram-se como os do hip-hop, do forró e, como diz o ex- governador Comandante Barcellos: “por ai afora”. A pergunta que não quer calar é: E a essência cultural? Milhões são gastos “em prol da divulgação da cultura negra” enquanto tem negro morrendo de fome. A inquietação aqui não é se voltar contra tudo isso, por se revoltar; não, talvez até essas coisas assinalem para uma identificação social, mas a questão é que não se trata apenas disso. Como base estrutural do Brasil, os negros merecem o caráter de permanecerem idênticos a si próprios e não modificados.

Desde a feijoada até os mais intelectuais versos de “navio negreiro”, a contribuição do negro para a formação da sociedade brasileira se faz presente. E é esse sistema de representações que nos permitem a construção do “eu”, isto é, se nos tornamos semelhantes a nos mesmos e não ao outro, passamos da identidade pessoal para a identidade cultural; Esses legados de preservação os negros herdaram dos nossos antepassados. Afinal, foram eles que preservaram artes, músicas e dança inerentes ao que somos hoje. Essa contribuição é a representação do indivíduo enquanto cidadão. Para entender de forma um pouco mais satisfatória a contribuição que os negros deram para nossa formação social, é aconselhável refletir sobre um dos escritos de Roberto DaMatta, aqui citados por Vanderlei Kalina Silva, pois:

Ele usa a noção de identidade social para discutir a construção de uma identidade nacional brasileira. Em sua obra “o que faz o Brasil Brasil”, DaMatta se preocupa em responder como se constrói um identidade social e, mais especificamente, como um povo [miscigenado] se transforma no Brasil. Para ele a construção da identidade social é feita de afirmativas e negativas, a partir do posicionamento do indivíduo diante das condições do cotidiano. De acordo com DaMatta, uma pessoa cria sua identidade ao se posicionar diante das instituições, ao responder às situações sociais mais importantes da sociedade: como um indivíduo entende o casamento, a igreja, a moralidade, a arte, as leis etc., é o que define sua identidade social. (SILVA, 2005, p. 45)

Ainda no raciocínio de SILVA, (2005) Não se pode negar, porém, que há uma controvérsia na referida obra de DaMatta; Quando ele atribui um caráter único a identidade brasileira. Para ele a definição identitatorial do brasileiro é qualitativa; a partir do futebol, do carnaval, do sincretismo, da sexualidade etc. Mas isso é um pensamento simplista demais para uma complexidade tão grande como o Brasil. É como que se o referido Antropólogo estivesse dando um “jeitinho brasileiro”, para não aprofundar a discursarão quanto as diferenças regionais, étnicas e sociais existentes no Brasil considerando apenas o estereótipo criado sobre ele. O reconhecimento das contribuições do negro para nossa construção social, não é uma luta para troná-los melhores ou mais importantes que as demais etnias brasileiras. Não, muito pelo contrário; o que se busca é equidade de condições de vida com todos os demais. O Brasil nasceu do encontro de diferentes grupos étnico-raciais e conhecer a história desses segmentos equivale a conhecer o Brasil.

O negro é o único segmento que não veio para o nosso contexto pela própria vontade, foi trazido à força, o que constitui uma grande diferença entre os demais brasileiros. MUNAGA E GOMES, (2008) dizem que sua história é menos conhecida que a de outros segmentos étnicos o que justificaria a leis federais 10.639/03, 3.627/04 e as estaduais do

Amapá 1.198/08, 9.610/08 e a 1.258/08 promulgadas para tornar obrigatório o que deveria ser conscientemente aceito. Talvez soe violento dizer que a resistência é uma contribuição dos negros para nossa formação, mas é assim mesmo; isso de lutar contra a opressão, inclusive construindo sociedades alternativas, é viés da contribuição negra, principalmente, os 121 anos em busca de uma consciência que seja não setorial, mas sim social. Como foi com Palmares por exemplo.

Está muito difundido no imaginário do brasileiro que o escravo aceitou passivamente sua condição, estando ‘acostumado’ a trabalhos forçados. Desmistificar a idéia de que, a partir da lei Áurea, oportunidades foram oferecidas aos negros em pé de igualdade com outros grupos raciais, é preciso. (Idem)

A cultura brasileira é, também, africana; bem como inúmeros aspectos da nossa vida cotidiana; a diversidade, presente na religiosidade do brasileiro, por exemplo. E apesar de a religião negra ser rotulada como “coisa do diabo”, o que se tem de religião por aqui, foi oriundo das manifestações religiosas presentes nos cantos e encantos dos primeiros negros afro-brasileiros. *No catolicismo, por exemplo, há santos para “todo gosto”, e todos são socialmente aceitos pela maioria dos brasileiros* (partindo da premissa de sermos um país, oficialmente católico); Agora se for falar de uma aceitação dos santos/orixás do candomblé diante da religiosidade do Brasil, aí a história é outra. Advogamos os princípios do evangelho segundo Jesus Cristo, mas isso não pode ser motivo para usarmos linhas e linhas deste texto afirmando que, por exemplo, as divindades do povo Ioruba, “não prestam”, as nossas sim. Agindo assim, parece que o etnocentrismo, então, não é mais tão dos outros, ele é nosso também. Desde o período colonial, há uma preocupação constante e negativa da Igreja (principalmente a Católica) para com outras religiões, em alguns casos essa preocupação foi tão grande que se chegou a demonizar o candomblé classificando as formas de manifestações dessa vertente religiosa como “magia negra”. No show da Xuxa a “Bruxa Keka” faz magia, é branca e... Pode. Por este princípio é racismo discriminar a magia negra.

Por terras brasileiras, é só a partir de trabalhos como os dos Antropólogos Pierre Verger e Roger Bastide, na década de 1950 que a contribuição dos negros para a construção da sociedade brasileira, no que tange a religião, tem novos ares. Eles escrevem que:

O estudo das religiões... Abre novas perspectivas de análise. Atualmente, a cultura e a religiosidade afro-brasileiras são temas reconhecidos e estudados pela história, Antropologia e Sociologia, mas o preconceito ainda não acabou. Ainda é possível vermos, inclusive educadores que discriminam alunos adeptos ao candomblé... O respeito ao outro começa perto de nós e que a cidadania só pode ser atingida por todos quando as minorias, sejam étnicas, sejam religiosas, forem respeitadas em sua própria identidade... A legislação educacional brasileira tem avançado colocando a

história da África nos currículos escolares. Mas não basta a legislação, é preciso que os profissionais de ensino tenham consciência de que para formar cidadãos, devem-se derrubar preconceitos arraigados no cotidiano. (BASTIDE, 2001, p. 21)

No cotidiano também são muitas influências, por exemplo, talvez se desconheça que o uso de ervas para fazer remédios caseiros, as por aqui chamadas “pussangas”, não são um costume, totalmente, indígena; também tiveram origens dos costumes vindos da África. Os negros para cá trazidos, conheciam “as técnicas dos chás”, bem como o “benzimento” e as rezas, a “parteiragem” (que “saudades” da mãe Luzia). Uma raiz com propriedades cicatrizantes, ou estimulantes, eles também conheciam. O “Saber do Povo” ou, se preferimos o termo originário *folk-lore* (Folclore, brasileiro), tem enorme contribuição negra. As cerimônias, as crenças, as superstições e as manifestações deste saber através do ato de pensar, sentir e agir, preservadas pela tradição, são exemplos do folclore e da contribuição negra para a gestação do povo brasileiro enquanto cultural. Aqui no Amapá a representação mais evidente desta contribuição, dentro da modalidade folclórico-cultural, ainda é o Marabaixo que:

Nos gestos corporais, nas músicas, nos toques das caixas, a dança... Conta a história que não foi escrita nos livros e não é ensinada nas escolas, mas que faz parte de tudo o que vivemos e somos. É um retrato de uma parte das nossas vidas que não foi colocado nos álbuns de família, é a saída encontrada onde não havia porta. É um saber que passa pela vida, pelas experiências do dia-a-dia, pelo sofrimento e pela alegria de quem aprendeu através do prazer. (ENNES, 2001, p. 07)

Em livro escrito e denominado “Marabaixo, Dança Afro-descendente: Significando a Identidade Étnica do Negro Amapaense”, Piedade Lino Videira, inclusive, propõe, no quarto capítulo, um “fazimento” da Educação, com viés inclusivo, por meio da dança do Marabaixo. Para ela, na verdade isso é uma proposta pedagógica que tem por objetivo primeiro, oportunizar aos educadores e educandos. O que ela chama de “outra lógica de produção de conhecimento”. Ainda segundo Videira (2009), a autora através da dança do Marabaixo é possível uma fuga dessa educação linear que mais repassa conteúdos pré-estabelecidos do que transmite meios do educando buscar apreendê-los. A dança do Marabaixo seria então uma forma identitatorial do ser humano, negro e amapaense ser e existir como sujeito de sua história e social.

E a exemplo do Marabaixo amapaense, o samba carioca:

Gênero musical binário, que representa a própria identidade musical brasileira. De nítida influência africana, nasceu nas casas de baianas que emigraram para o Rio de Janeiro no princípio do século. O primeiro samba gravado foi Pelo telefone, de

autoria de Donga e Mauro de Almeida, em 1917. Inicialmente vinculado ao carnaval, com o passar do tempo o samba ganhou espaço próprio. A consolidação de seu estilo verifica-se no final dos anos 20, quando desponta a geração do Estácio, fundadora da primeira escola de samba. Grande tronco da MPB, o samba gerou derivados, como o samba-canção, o samba-de-breque, o samba-enredo e, inclusive, a bossa nova. (LOPES, 2008, p. 03)

O problema tem sido o cunho capitalista, o “empresariado cultural e a “tal da “estilização”. Mas, com relação ao imaginário, ele também, se constrói, também, a partir da matriz africana representada pelos negros aqui residentes quando da nossa estruturação social. Isto tem origens longínquas, desde o último quartel do século XX, o mundo ocidental viu-se, em suas produções historiográficas invadido pela palavra “imaginário”. Isto é, foi com a Nova História francesa, mas especificamente na terceira geração dos *Annales*, e o que decorreu dela (a História das Mentalidades) que o estudo do imaginário se espalhou pelo mundo ocidental, derrubando a idéia de que o “eu concreto” era mais importante do que o “eu invisível”; o negro enquanto colaborador desse processo, não foi percebido. Se formos conceituar o termo em questão, não podemos “(dês) imaginar” a idéia de que ele representa um conjunto de imagens alojadas no inconsciente de uma dada sociedade. Portanto é algo coletivo. Sucintamente, não é errado afirmar que se trata de um alojamento de imagens, memórias e imaginação; que aqui no Amapá têm vários caracteres da cultura negra.

Alias a, característica principal do “imaginário negro-amapaense” é a abrangência que ele tem sobre todas as representações de nossa sociedade. Seja a Idéia de morte, futuro, corpo, alma... Enfim, segundo DURANT (2001) é um Museu mental, no qual estão todas as nossas imagens passadas, presentes e as que serão produzidas por nossa sociedade. Sendo parte do mundo real, do cotidiano, não é algo independente. Na verdade, diz respeito, diretamente as formas de viver e de pensar de uma sociedade. Então, se as nossas imagens que constituem o imaginário não são iconográficas, como as fotos e os filmes, por exemplo, mas sim figuras da memória, ou seja, imagens mentais que representam coisas que são do nosso cotidiano, por que será que o Saci, o curupira e “o negro da pedra do guindaste”, não substituem a “chapeuzinho vermelho” nos contos infantis brasileiro-amapaenses? Isso não seria descodificar uma aparência do real em realidade; nossa realidade? Em um país como o Brasil e em um estado como o Amapá, diversos e concepções de manifestações culturais, essas imagens são construídas a partir da forma como as pessoas concebem a idéia do outro. Isto é, “o preto” não passa a ser um entendimento do cotidiano ao nosso redor, ou mais corretamente, passa a ser uma noção imaginária de inferioridade, da representação imoral, não-sociável de um povo que, como tais, não se identificam.

O Brasil sempre procurou sustentar a imagem de um país cordial, caracterizado pela presença de um povo pacífico, sem preconceito de raça e religião. Durante anos alimentamos a idéia de que vivíamos uma verdadeira democracia racial, apesar das visíveis desigualdades e limites de oportunidades oferecidas aos negros, mulatos, índios, e ciganos. Sempre interessou ao homem branco a preservação do mito de que o Brasil é um paraíso racial, como forma de absorver as tensões sociais e mascarar os mecanismos de exploração e de subordinação do *outro*, do *diferente*. Ligue a televisão no horário nobre e assista à novela das oito. Preste atenção aos comerciais. Folheie uma revista. Ao sair de casa, observe com atenção os outdoors fixados ao longo das grandes avenidas. Quantos personagens das novelas ou anúncios não são brancos? Qual o papel que, na maioria das vezes os negros ou mulatos assumem? Ou ainda; quem consome aquele iogurte tão saudável ou aquela nova margarina que dá água na boca? Quem é que fuma aquele cigarro que transforma todos os homens em seres corajosos, ricos, elegantes e vencedores? E aquela mulher sensual, independente, livre, que sempre usa modernos absorventes – é uma negra? Ou ainda, será que a jovem irresistível que usa aquele xampu ou jeans da moda é negra, mulata ou índia? Você já viu alguma propaganda do carro do ano na qual o elegante proprietário ou comprador é um negro? (CARNEIRO, 1998, p. 12)

Ou seja, a imagem e o Imaginário, relativos ao “ser de bem”, não é outro senão o branco. Muitas coisas da nossa formação social poderiam ser entendidas por meio de uma releitura da contribuição que nos deixou “o imaginário negro”, os elementos de nossa cultura vêm, representar e explicar os elementos da sociedade em que estamos inseridos. Os estereótipos e as singularidades de cada indivíduo são construídos, ou desconstruídos, muitas vezes, pela falta de conhecimento. Mas, toda interpretação que daí decorrer, dependerá da forma como lemos essa imagem. Afinal, as representações das imagens evoluem ao longo do tempo. A imagem do negro amapaense, portanto, deveria acompanhar essas mudanças. Isto quer dizer que o imaginário percebe e concebe as mudanças sociais e políticas de um todo social organizado, para, logicamente, mudar também as representações, que, não são fixas nem imóveis. Assim como o imaginário, também mudamos de acordo com os períodos de nosso cotidiano. Segundo SILVA (2005) o imaginário produz e reproduz figuras de memória e de imaginação, e cada imagem é um traço da mentalidade coletiva de sua época.

É por isso que se faz necessário, toda uma reconstrução das imagens “branqueadas europeizadas” que se confundem com aquelas mais nossas (do índio, do negro, do caboclo e do açai); por mais que se tente ser “original”, não se pode fugir do imaginário. Pois, por muitas vezes, as maiores e melhores informações que se tem do nosso passado são as imagens de quem ele nos dá; para Georges Dudy, citado por Hughes-Warrington (2002) o mundo imaginário é tão importante para a vivência cotidiana quanto o mundo visível. O mundo imaginário de sonhos, angústias, inquietações, se projeta no mundo ‘real’, na sociedade. E as imagens culturais do Amapá, nesse sentido, têm se relacionado com as estruturas sociais da nossa “realidade”. Porque não é fácil entender que “o nosso filhinho”, por exemplo, precisa



(dês) imaginar um Papai Noel, branco, um coelho (que bota ovo) branco, um Jesus branco e uma “branca” que mais do que branca ainda é “das *neves*”. O imaginário que temos não é independente do contexto a que se refere. Portanto, nossas imagens de construção social, também são racistas.

No Brasil há um racismo camuflado, disfarçado de democracia racial. Tal mentalidade, se pensarmos bem, é tão perigosa quanto aquela que é assumida, declarada. O racismo camuflado é traiçoeiro: Não se sabe exatamente de onde vem. Tanto pode se manifestar nos regimes autoritários quanto nas democracias. Se fizermos um balanço de algumas passagens de nossa história, verificaremos que, por tradição, o brasileiro tem uma mentalidade racista. Esse aspecto está oculto na chamada história oficial, em que certos assuntos são evitados, para não ferir a memória de algumas instituições e personalidades. Dessa forma persistem os mitos, que alimentam falsas realidades. Muitos necessitam deles para conseguir enfrentar o cotidiano, a fome, a miséria, o caos político. Mas alguns desses mitos agem negativamente, favorecendo determinados grupos sociais. Em prejuízo de outros. O Brasil da democracia racial, ou do brasileiro homem cordial não existe. (IDEM, 1998, p. 14)

Para entendermos toda essa construção, temos que conceber todo um sistema social que vislumbre as formas de comunicação, hoje esquecidas; pois tal percepção, perpassa, em seu estudo, por interações e observações. Concordamos, novamente com Durant, que nesse sentido diz que:

O pensamento clássico também contribuiu para a queda do valor da imagem no ocidente, pois Sócrates, Platão e Aristóteles, por exemplo, acreditavam que a única forma de acesso á verdade era por meio do raciocínio promovido pela experiência dos fatos, e as imagens, consideradas figuras, da imaginação, não se encaixam nessa definição (DURANT, 2001, p. 02)

Aqui no Amapá, foi com o advento da “modernidade” que essa desconstrução da vida regional foi desvalorizada. Os contos, a oralidade e a poesia caíram em descrédito perante esse novo “pensamento juvenil”. Dessa forma tornou-se dominante por aqui a imaginação sem imagens. A experiência “racional”, como que, supera a experiência sensitiva. Não se percebe que somos, também, fruto dessa modernidade e por privilegiarmos as representações do real (“importadas-enlatadas”), houve uma diminuição da capacidade imaginativa, impondo uma ditadura da mídia propagandistas sem sentido, onde o negro é, além de invisível, não sentido. Mas, por aqui, também se estuda a nova história; e foi a partir desses estudos que passamos a conceber críticas a esse pensamento sem a “nossa cara” Tucuju, ou seja, sem uma coisa mais nossa.

E alguns historiadores amapaenses (como Fernando Rodrigues dos Santos, Paulo Marcelo Cambraia e Sidney Lobato) percebendo isso, remeteram a imagem para a realidade concreta, pois, quando se deixa de “contar uma história”, um entendimento complexo de normas, valores, linguagens e costumes nos deixam; como diz Cornélio Castoriadis, citado por Silva (2005), “toda sociedade cria seu próprio mundo, definindo o que é real e o que não é. A sociedade, nesse sentido, é apenas um sistema de interpretação do mundo, criado pela mesma”. É preciso com esse estudo sobre cotas, interpretar o mundo que elas envolvem, sem o viés da benesse, mais como o resultado de muitas lutas.

Essa importância dada ao ser negro do Brasil é censurada por várias vertentes sociais e existem afirmações de que o próprio negro deixa de lado a realidade objetiva dele; pois a super-reprodução, desse discurso é feita em detrimento da realidade do negro; e leva a crença de que ser “mais escuro”, por exemplo, é apenas uma experiência pessoal e, por isso não pode nunca representar o real, ou a verdade social e humana de um contexto. É lastimável não se perceber que, como nos diz Roger Chartier citado por Silva Kalina (2005); não existe distinção entre objetividade das estruturas e as subjetividades das representações.

Por que e como os mitos se sustentam? Talvez porque não convenha à *maioria branca* mudar uma situação de fato e apontar os verdadeiros interesses mantidos por trás da constante marginalização do negro, mulato ou indígena. Talvez não interesse a certas instituições oficiais trazer a público documentos que venham manchar a imagem de seus homens, muitos dos quais ministros, políticos, militares ou intelectuais, apresentados até hoje, como grandes heróis nacionais. (CARNEIRO, 1998, p. 04)

Este debate é um campo fértil para reflexões, isto é, pode ser um campo de estudos das imagens sociais em um constante crescimento interligado a duas histórias: a das Mentalidades e a Cultural. Sem dúvidas é uma questão com grandes possibilidades didáticas no sentido de se compreender a história do negro brasileiro. Por isso, usá-lo para trabalhar a construção de identidade, aproxima as pessoas do cotidiano e torna o nosso contexto mais próximo de nós, e menos desigual. O sentido de uma sociedade está em seu sistema de representações.

### 1.3 – **Afinal:** Que país é este?

As matrizes populacionais formadoras da sociedade brasileira já foram detalhadas; portanto, a resposta da pergunta acima não é, uma explicação que repense o que já foi dito sobre a formação do povo brasileiro. O que se pretende aqui é uma tentativa de explicação

para o seguinte paradigma: *Porque, diante de tantas possibilidades o Brasil, ainda é um país de injustificáveis, desigualdades?* Isto é, trataremos de um entendimento das condições sócias de nosso país, bem como, os motivos que fazem com que o desemprego e a sub-proletarização do negro seja algo gritante no “catorze de maio que ainda não acabou”. Desde a colonização o Brasil ainda não perdeu a característica de ser agrário e subdesenvolvido. Os números estão sendo favoráveis ao crescimento do nosso país em várias áreas, por todo ano de 2009 e agora em 2010; Mas a teoria ainda não se encontrou com a prática e a maioria dos brasileiros sonha com melhores condições de vida. Vivemos então em uma desigualdade social, onde poucos têm muito e muitos não têm nada. Se somos agrários, a fonte de nossa subsistência está na terra, mas essa terra para produzir precisa de braços. E esses braços não vão ser dos que têm, logo além de desigual nosso país também é exploratório.

Desde o Brasil colonial os trabalhos braçais, pesados e degradantes eram executados em sua maioria por mão-de-obra escrava. Este fato fortaleceu ainda mais uma idéia que já se fazia perceptível, neste momento histórico, para a maior parte da nobreza vinda de Portugal, os trabalhos manuais e atividades braçais eram considerados indignos para os homens livres e brancos. As exigências econômicas e sociais colocavam a maioria dos negros numa posição claramente inferiorizada e marginalizada. Ninguém queria fazer os mesmos ofícios que os negros. Essa pressão contribuía ainda para o fato de que parte dos homens brancos e livres, porém pobres, permanecessem imersos no desemprego. Situação esta que se agravaria depois da abolição da escravatura. (LOPES, 2008, p. 13)

Em, “O Negro no Mundo dos Brancos”, o Professor Florestan Fernandes (2007) denuncia o fato de o Brasil ser um país da “supremacia branca”, onde há uma “acomodação racial vigente” e que esse país parece ter um papel de obstrução do negro ao seu lugar como protagonista da nossa história. Ambições e frustrações atingem todos os brasileiros, independentemente da cor, mas as relações etnocêntricas, segundo o professor, têm perjuração maior sobre o negro. Essa idéia de que o negro não tem problemas; “a idéia de que, por conta da índole do povo brasileiro, não existem distinções raciais”, já dissemos e repetimos, é falácia; A convicção de que houve igualdade no acesso à riqueza, ao poder e ao prestígio; é a idéia de que o “preto” está satisfeito, pois não existiu e nem existem problemas de injustiça social, relacionado a eles no Brasil. O autor, na obra citada, tende a um desmonte destes mitos nacionais e clama para que principalmente a população negra tome papel ativo na construção de seus destinos “ou que não se identifiquem com o ‘branqueamento psicossocial e moral’ do nosso país... Esse é o país, esse é o Brasil.

A Antropóloga Ana Lúcia Valente (1994), escreveu um livro que tem por título, “Como Ser Negro no Brasil Hoje”; a abordagem que ela faz parece ser bem vinda na

definição de “que país é esse?” e no entendimento da necessidade, ou não das cotas. Não porque a odisséia negra explique todas as mazelas do nosso Brasil. Não é isso; mas sim porque se trata de uma abordagem coerente com o país que se formou e o descaso para com aqueles que participaram da referida formação. Diante disso, é correto refletir sobre a resposta de que o Brasil é, ao contrário do que citou o nosso ex-ministro Gilberto Gil, um país onde pessoas, ainda passam de “mercadoria para cidadão de segunda classe” e se diz que muito já foi feito por ele. O Brasil é um país de tendência geral capitalista onde, por conta disso, também, o conflito de classes e o conflito racial tomam proporções de normalidade e banaliza-se o teor do significado de Democracia com o mito de que ela é plena a todas as raças/etnias da nação. Somos um país onde os conceitos sociais, como por exemplo, igualdade, justiça, paz, renda e cidadania, são bastante ambíguos. Podemos ser o país da “ordem e do progresso”, apesar do comodismo, mas as contradições sociais que nos afloram, cotidianamente, denotam contra o fato de isso ser positivo. Um exemplo:

A questão, não está na corrupção em si. Mas na própria definição da corrupção nos episódios recentes, na mobilização popular que ela desencadeou e na crise institucional que produziu. No fim, ela é reveladora da força, mas, também, das fragilidades atuais de um Estado cuja constituição resulta da contraditória combinação de interesses e concepções tradicionais e modernas. Um Estado, enfim, relativamente impermeável às pressões dos movimentos sociais, das manifestações modernas da opinião pública, mas não impermeável às fragilidades da tradição quando subsumida na lógica do moderno. Não é, predominantemente ou exclusivamente, na força dos movimentos sociais que está o centro dinâmico das mudanças políticas no Brasil (afinal, as massas, nas ruas, em 1984, não conseguiram eleições diretas para a presidência da República), mas nas contradições e debilidades que a modernização introduziu na dominação oligárquica. Aí, sim, na ação sobre essas fragilidades é que os movimentos sociais têm conseguido propor e, até, introduzir suas demandas na agenda política do Estado brasileiro. (MARTINS, 1994, p. 04)

A nossa história, como ficou claro na citação última, não obedeceu e nem obedece a uma ordem que nos leve ao progresso. O exemplo é da corrupção, mas pode se estender aí, um viés da inclusão também, no sentido de que, enquanto sendo uma “ação e reflexão humana”, precisa entender o negro enquanto tal; e a base para se repensar a história do negro no Brasil é o conhecimento de nossa história. Como diz a professora Maria Lúcia Valente, na já citada obra a ela pertencente: “a análise de um determinado processo implica o conhecimento de outros processos a ele, intrinsecamente, relacionados”. É por isso que para respondermos a questão/tópico/último deste texto, é urgente a compreensão da estratégia de povoamento e a colonização do Brasil; de maneira que, se entenda o Brasil como resultado de um jogo de interesses majoritário-metropolitanos, ou seja, nosso país é uma nação que

empobreceu suas origens destruindo e “aculturando” as fontes indígenas e negras que melhor nos definiriam enquanto um povo unido na humanidade, mas diverso na racialidade.

É muito comum em nosso país e no nosso Estado querer-se criar cotas, nesse caso, especificamente, tal política é vista como se o negro fosse inferior ao branco e ao índio. A pele não difere a capacidade da massa encefálica. No entanto, há uma discriminação hipócrita, porque muitos negros já estão mostrando suas capacidade de liderança e a inteligência; O que se quer com cotas para negros? Desde o princípio discordamos, pois a questão não a cor da pele, é o nível social. não é justo que a filha da Deputada Jurema Batista, por exemplo, entre para a universidade pelo sistema de cotas, simplesmente porque é negra, pois sua mãe tem um bom salário, uma vida confortável e já quebrou o ranço da miséria; Não é justo o negro pobre que vive na favela, ter que concorrer com ela ou com os filhos do Pelé. Esperamos que este país venha a aperfeiçoar o ensino público de tal forma que daqui a alguns anos não se necessite mais de cotas. (FONSECA, 2003 p. 01)

O Brasil é o país que, de acordo com “a história vista de cima”, tem a exclusão como necessária. Assim como a violência e a dominação. Nosso país seguiu a risca a políticas expansionistas de seus colonizadores. E a dominação foi coerente com a nossa formação social o resultado foi que os menos favorecidos serviram de mercadorias ou peças de produção no mundo assalariado de hoje. Novamente, é urgente uma reflexão nacional que pautar uma ruptura entre a história do Brasil e a história que foi contada sobre o Brasil. A resistência negra da ótica dos colonizados, os significados do fim da escravidão do ponto de vista dos negros, dentre outros, são pontos da nossa história que precisam de uma releitura, senão, no final do século XX e Início do XXI, o “Brasil branco” parece definir o futuro do Brasil negro:

Desacreditado e descartado com trabalhador livre nas atividades econômicas que se iniciaram na época da abolição e mesmo naquelas que antes se haviam desenvolvido exclusivamente com o seu trabalho, o negro se viu forçado a desenvolver trabalhos de pouco ou nenhum prestígio social. Fato que contribuiu para reforçar sua imagem negativa. Mas, ante o perverso quadro social que se instalou, os negros procuraram organizar-se para que seus direitos fossem respeitados. Foi neste contexto que os negros, a partir de 13 de maio de 1888, passaram de escravos a “homens livres”. Passaram a viver uma nova situação: o desemprego, o subemprego e a marginalidade. Das senzalas, a maioria deles foi morar em lugares onde as condições de vida eram subumanas. Problemas que caracterizaram o tráfico e a vida na lavoura do Brasil Colônia, como o alto índice de mortalidade (principalmente dos recém-nascidos) e a subnutrição, persistiram. E ainda persistem mais de cem anos depois. (VALENTE, 1994, p. 46)

Procuram, neste país que é nosso, colocar o Negro como sujeito histórico e social, atribuindo à sua identidade uma nova e positiva perspectiva (as cotas), mas “só” perspectivas colocam-no numa frente de batalha contra eles mesmos. Deve ser por isso que aqui, no interior do Amapá, “a maioria dos negros não querem ser pretos”; e o fato de observar que os

brancos têm mais oportunidades que eles, é uma carga social muito grande, mesmo sendo “explicado” pelo ideal de branquitude do país, em seus “primórdios sociais”. É lamentável, mais *a maioria dos negros do Brasil, hoje, é forçado a procurar “embranquecimento” visando aceitação e “posição” social.* Afinal ser preto e ter orgulho disso, não paga água, luz ou aluguel. A incorporação de valores europeus, por parte dos negros acaba legitimando a falsa teoria de que no Brasil o negro “já tem” posição social, é “o negro não querendo ser negro e não conseguindo ser branco”, não se resolve enquanto pessoa; e mesmo que passe por “chapinhas”, por “síndrome Michel Jacksoniana”, precisa se reconhecer como Negro. “ser sem querer ser” X “querer ser sem poder ou conseguir ser”; isso não parece vida.

Considerando a intensidade do processo de miscigenação podemos dizer que “esse país” é paternalista até nas questões raciais, aliás, o comportamento que norteia o mito da democracia racial no Brasil, é o “paternalismo”. A cordialidade com o Negro “coitadinho” começa no nascimento; quem nunca ouviu a frase: “ele só é preto, mas...”, ou ainda, “ela é preta mais é cheirosa”; como se a cor da pele fosse um impedimento para o negro ser humano. Somos um país onde nossos habitantes vivem em permanente tensão. E se é assim, vemos os negros estigmatizados... Por exemplo, com 1,80m e sendo negro, é comum, quando na presença de alguma atividade braçal, ouvirmos alguém dizer: “chama aquele ‘negão’ pra carregar a geladeira”... Como se o preto tivesse nascido modificado geneticamente para “só” ser bom no uso da força física. Ser Negro, ainda, significa ter uma característica desabonadora, infelizmente. “É como se os outros exigissem dos negros uma compensação pelo ‘pecado’ de assim o serem”. E é essa exigência que acaba por criar uma necessidade de comprovação que, hoje em dia, pode ser traduzida em uma palavra: Cotas. (Valente, 1994)

O Brasil é um país de encontro de culturas e civilizações, portanto, conhecer a si mesmo em um contexto como esse envolve, como já foi dito, também, o reconhecimento do outro. E é esse reconhecimento do outro que nos possibilita uma consciente condição de pertencimento a realidade que nos é pertinente e nos qualifica como brasileiros e brasileiras.

Oracy Nogueira, no artigo intitulado "Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor" (de 1942), observou a existência de preconceito contra negros e mulatos e, também, que este preconceito não se ligava à origem racial dos indivíduos, como nos Estados Unidos (onde é considerada negra toda pessoa que tenha ascendência negra), mas à cor aparente dos indivíduos. A este preconceito brasileiro Oracy Nogueira deu o nome de “preconceito de marca”, uma vez que se manifestava de acordo com as marcas raciais. Quando estas marcas não eram visíveis, ou eram “ocultáveis”, o indivíduo não sofria discriminação ou a sofria em menor grau, conforme seu distanciamento em relação à cor de pele negra. Ao preconceito de marca Nogueira contrapôs o “preconceito de origem”, (tipo de preconceito norte-americano) associado à raça da qual os indivíduos são originários e de acordo com a qual são discriminados, ainda que não aparentem as marcas

raciais. É o caso dos Estados Unidos onde mesmo pessoas brancas, loiras e de olhos azuis, são consideradas negras se em sua ascendência houver negros até há cerca de 5 gerações. Oracy observou ainda que, no Brasil, havia um preconceito de classe que atingia de modo indireto os negros, já que estes pertenciam majoritariamente às classes pobres. Ampliando a análise de Oracy Nogueira, Virgínia Bicudo, cinco anos depois, no artigo "Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo" diz que negros e mulatos, por internalizarem os valores culturais brancos, compartilhavam esse preconceito. À medida que ascendiam socialmente, negros e mulatos tenderiam a uma maior identificação com os valores brancos, o que tornava difícil a organização política de grupos negros, já que estes privilegiavam as relações com os brancos em detrimento das relações com os negros. Negros mais pobres se identificavam mais, segundo Virgínia, com negros e com pobres. (NOGUEIRA, 1954 e BICUDO, 1947, p. 35)

Bicudo (1947) diz que *à medida que o indivíduo "branqueia" na pele e na personalidade, encontra maior aceitação social no Brasil*. "O que importa é a aparência". Há um preconceito racial, no sentido de uma atitude de antagonismo de toda a população, atingindo a todos os indivíduos descendentes da raça dominada, mesmo que remotamente. Entre nós, é suficiente que os traços raciais sejam atenuados e que o indivíduo apresente valores da classe dominante, para ser integrado entre os brancos. O mulato é discriminado à medida que lembre sua origem africana, principalmente pela cor. Esta observação apóia a hipótese de Oracy Nogueira, de existir entre nós um preconceito de cor distinto do preconceito de raça e de classe. A abordagem das relações raciais tendeu a uma interpretação marxista, enfatizando a estrutura de classes e a integração do segmento negro na sociedade.

Florestan Fernandes, o principal organizador desta abordagem, procurou mostrar (na obra citada) que a mobilidade social se articula com as relações raciais no Brasil moderno. Para ele, essa articulação se dava em termos da persistência do passado escravista, que atribuía aos negros um papel submisso diante da sociedade capitalista. Mananga (2001) pensa que a correção das desigualdades sociais seria uma política universalista, baseada na escola pública, o que tornaria todos os cidadãos brasileiros capazes de competir. Mas, será que adianta dizer que basta melhorar o nível das escolas públicas. Se o governo conseguisse fazer isso seria ótimo. Mas a partir do momento que os [ricos] mandarem seus filhos para a escola pública, haverá outras formas de excluir o negro. Amaral (2006) é enfática: "O problema racial foi visto então, fundamentalmente, como uma questão de classe (mas não apenas) que encontraria solução numa sociedade onde estas fossem abolidas.

Ainda segundo Amaral, atualizando estes dados e oferecendo uma análise crítica, Carlos Hasenbalg nos mostra que:

Preconceito e discriminação racial se mantêm intactos após a abolição, adquirindo novas funções e significados dentro da nova estrutura social; e as práticas racistas do grupo racial dominante, longe de serem meras sobrevivências do passado, estão

funcionalmente relacionadas aos benefícios simbólicos e materiais que brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro e mulato. A raça, como atributo, socialmente elaborado, continua a operar como um dos critérios mais importantes no recrutamento às posições da hierarquia social. (HASENBALG, 1988, p. 34)

Fica evidente, portanto, segundo o autor, a dificuldade de se entender a discriminação sem pensar sua relação com o plano simbólico onde ela se expressa e se legitima. Dando-se conta desta dimensão potencialmente manipulativa do patrimônio cultural, o segmento negro “dominado” precisa desconstruir a opressão e construir estratégias de resistência através dos símbolos de sua identidade cultural como, entre outros, as religiões afro-brasileiras, as escolas de samba, a capoeira etc. Perreira (1984). Diz que ao estudarmos as formas de resistência dos grupos negros, observamos a associação das suas manifestações culturais "sobreviventes" como "intimamente associadas às dimensões do lazer [do exótico] e da magia [do segredo], contrapondo-se ao sério e ao racional da vida brasileira; esta associação é prenhe de resquícios evolucionistas, pois atrela a cultura negra a práticas tidas como "sobrevivências culturais negras" como, por exemplo, a música, as religiões de origem africana, a alimentação e etc. Esses elementos culturais, coibidos, discriminados ou assimilados pela cultura brasileira, representam um grande desafio à integração do negro na sociedade brasileira, pois, para a maioria dos grupos militantes negros, esses elementos devem ser "preservados" como sinais de distinção da cultura negra e, ao mesmo tempo, alçados ao nível de ação política.

O nosso País é, para todos os ainda não identificados em identidades, um questionar da própria identidade. Mesmo que sejamos o maior país da América do Sul, e considerados uma emergente potência econômica que “empresta dinheiro para o FMI”, ainda estamos longe de atenuar nossos contrastes sociais. Somos um país rico, mas essa riqueza não é equânime aos brasileiros; essa disparidade atinge as áreas rurais e urbanas. A pobreza, nos dois setores, contrasta como a concentração de riquezas. *Seja na religião, seja na música, ou no comportamento, somos um país da diversidade e não consideramos os aspectos dessas realidades.* Somos um país que socialmente pouco conhece a si mesmo; e isso é problemático no sentido de que a história e a cultura de um povo que não se conhece, fica como sem contribuição para os seus subseqüentes. Temos apenas a visão de alguns, que se consideram superiores. O contrário disso talvez se expresse na adoção compulsória de ações afirmativas pelo Estado brasileiro como reparação dos danos atuais sofridos pela população negra. A Declaração de Durban faz importante afirmação nesse sentido, ao reconhecer na escravidão uma das principais fontes das manifestações de racismo e de discriminação:



Reconhecemos que a escravidão e o tráfico de escravos, em particular o tráfico transatlântico foram tragédias atroz na história da humanidade, não só pela barbárie, como também por sua magnitude, seu caráter organizado especialmente, sua negação da essência das...Vítimas; reconhecemos que a escravidão e o tráfico de escravos, especialmente o tráfico transatlântico de escravos constituem e sempre deveriam ter constituído, um crime de lesa humanidade e são uma das principais fontes e manifestações de racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância, e que os africanos e os afro descendentes, e as pessoas de origem asiática e os povos indígenas foram vítimas desses atos e continuam sendo de suas conseqüências; reconhecemos que o colonialismo levou ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e às formas conexas de intolerância, e que os africanos e os afro descendentes, as pessoas de origem asiática e os povos indígenas foram vítimas do colonialismo e continuam sendo de suas conseqüências. Reconhecemos os sofrimentos causados pelo colonialismo e afirmamos que onde e quando quer ocorreram, devem ser condenados e há que impedir-se que ocorram de novo. Lamentamos também que os efeitos e a persistência dessas estruturas e práticas sejam consideradas entre os fatores que contribuem para as desigualdades sociais e econômicas duradouras em muitas partes do mundo de hoje; realçamos que a pobreza, o subdesenvolvimento, a marginalização, a exclusão social e as desigualdades econômicas estão estritamente vinculadas com o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as práticas conexas de intolerância contribuem para a persistência de atitudes e práticas racistas, que por sua vez geram mais pobreza e desigualdade. (SANTOS, 2005, p. 04)

Quando o vocalista e compositor da banda Legião Urbana, Renato Manfredini Júnior, mais conhecido pelo seu nome artístico, “Renato Russo”, escreveu em uma de suas composições, (que por acaso, tem o mesmo nome da indagação que se faz aqui que país é esse?); que o Brasil não tem escolhido local para ser o que e é lá às vezes, uma ameaça a identidade cultural. Para Renato, seja “nas favelas, no senado, ha sujeira pra todo lado; ‘ninguém’ respeita a constituição, mas todos acreditam no futuro [próspero] da nação”; Nesse contexto, bem é verdade, os negros passivos ou “esbranquiçados” demais pela cultura europeia dominante, também se incluem. Muitos acham que cotas resolvem que basta o negro *ser*, para *ser* negro; a visão do outro, complacente, “é assim mesmo”; olha “os Ronaldos!”, olha a “glô-beleza!”, pense num acarajé! E o açai? “Tudo é negro”, tudo basta, tudo nos contempla... Mas, se os povos forjam visões de mundo peculiares a si mesmos, temos um problema aí; e o ao contrário do dom que se possa pensar, *ser sem agir, não basta*. É preciso lutar, pois, para fazer o que o Ronaldo faz e o que a “glô”- beleza eterniza, não é preciso diploma universitário e:

Se formos mais fundo nessa análise vamos ver que essas atividades em que tais negros se destacam, são lúdicas, isto é, são destinadas a dar prazer; são formas de divertimento, de entretenimento. Estão fora das atividades consideradas ‘de responsabilidade’ ou que exigem melhor preparo, digamos... Intelectual – o que certamente não é verdade. Assim mesmo, o destaque de negros no esporte e na música, por exemplo, vem acompanhado de preconceito, discriminação e de outros tantos estereótipos conhecidos: ‘ele tem fôlego de negro, todo negro tem mais

resistência física, você viu a potência da voz daquele cantor? Deve ser negro; todo negro é bom de bola. Até hoje ninguém provou que a resistência física, o fato de ser bom sambista, a potência da voz, o ‘sangue quente’, o fato de ser bom de bola, sejam características exclusivas dos negros... O negro, quando percebe que por esses caminhos, pode obter sucesso na vida, acaba manipulando essa idéia a seu favor. (VALENTE, 1994, p. 53)

Quando as diferenças são incompreendidas em termos de ameaças à identidades culturais, temos a prova de que o nosso país está longe de se livrar dos resquícios do etnocentrismo, isto é, somos um país belíssimo em muitos aspectos, mas atrelados infelizmente, a valores e modelos de uma cultura que não nos é essência. Nós Julgamos e atribuímos valores as demais culturas a partir do nosso ponto de vista, o “ar cultural do Brasil é branco e isso é preocupante em um país cuja maioria da população se considera negra. (SILVA, 2005). O nosso país vê na idéia de um ser, ser negro, algo não de superficial no quesito humanidade. Não relativizamos saberes. Matamo-nos física e culturalmente uns aos outros e esse outro não precisa ser levado em consideração. A xenofobia nos é inerente e o nacionalismo nos bate a porta sempre que tratamos do outro. Parece que nos inexistente a cidadania. No Amapá, por exemplo:

Quando se fala em políticas de ação afirmativa, ou como é mais decorrente no atual momento, política de cotas, fala se, antes de tudo, no pagamento de uma dívida histórica. As preocupações cretinas que são colocadas por boas almas caridosas brancas, não têm relevância. As cotas iniciem-se por onde for não devem ser vistas como uma benesse, mas, sim, como uma conquista. Países como os Estados Unidos, China, União Soviética, Índia, entre outros, aplicaram ou ainda aplicam políticas de cotas por entenderem que esta é a melhor forma de inclusão de setores universais da população... [O problema será quando, em vez das pessoas] buscarem suas origens para assumi-las, o fizerem por oportunismo... se for feito no sentido de resgatar sua herança [histórica] ancestral, será uma grande vitória e teremos dado passos longos em recuperação da auto-estima daqueles que se declaram brancos, mulatos, menino escuro, etc. (GALBERTO, 2003 p. 03)

Essa interpretação do Brasil, descrita acima, é vislumbrada em nosso Estado é uma construção discursiva que embasa a desigualdade e camufla a nossa verdadeira identidade, e o professor Florestan Fernandes (2007) costumava dizer que não há como resumir essa história feita de termos e cores. Para ele, o que se pode sim é afirmar que *já fomos* bons selvagens, bem como um espelho modelo para os naturalistas, ou ainda um laboratório para pensar na degeneração que adviria do cruzamento de raças. E se hoje *somos* uma “democracia racial”, há de se reler nossa idéia de Brasil. Na América do norte, desde 1754, com Benjamin Franklin, um sentimento de identidade política para as treze colônias inglesas da América se fez presente. Mas, na época esse pensamento ecoou sem adesão para

com as elites políticas daquele contexto e muito menos para com a Inglaterra. Porém, por parte dos integrantes de “O Grande Despertar”, essa adesão teve outro norte. Este era um grupo protestante que “andariavam” pelas colônias americanas em busca de concretizar seus princípios de Fé.

No caso Norte-Americano e a identificação religiosa não veio, os termos do Protestantismo, através da ação daqueles pregadores, significaram os primeiros passos para a unificação política, ou seja, foram tais idéias, no âmbito de um processo histórico mais vasto concretizado pelo progresso dos indicadores de emancipação social que norteou, dentre outras coisas, a estabilização da ordem constitucional. Sob a influência de idéias liberais emanadas de pensadores como: John Locke, Rousseau e Montesquieu e propagadas por Lafayette, que esboçaram entre os colonos americanos o direito à vida, à liberdade e à propriedade, e outros que consubstanciaram os escritos de James Madison, quando escreveu, junto com Alexander Hamilton e John Jay, “O Federalista”. Fruto da reunião de uma série de ensaios publicados na imprensa de Nova York em 1788. A identidade política daquela região mudou consideravelmente, pois a espiritualidade cristã comporta diversas dimensões e quando se trata da dimensão histórica a perspectiva da teologia protestante dos Estados Unidos em formação compreende uma coragem de ser livre;... Bom, podemos pensar, mas lá não é aqui; o processo de colonização foi outro, assim como o tempo e o povo. Tudo isso procede, mas enquanto gente, nós que pensamos assim, deveríamos também pensar que o que os motivou a ser um povo, na essência do termo, foi a identidade cultural, eles foram e são o que são porque se identificam com o que lhes pertence.

Durante muito tempo coube à escola "ensinar" que a integração racial no Brasil ocorreu de maneira pacífica e "espontânea". Um encontro de três raças: o índio guerreiro, o negro capoeirista e o europeu intelectual. Não era assim que nos apresentavam a questão? Pois bem, de acordo com essa visão, o novo país e, por consequência, também sua gente, forjaram-se a partir de uma incorporação "amistosa" e múltipla de culturas e valores. Sobretudo através dos livros escolares, aprendemos que características físicas, hábitos, palavras, especialidades culinárias, músicas e danças de brancos, negros e índios fundiram-se, dando origem ao povo brasileiro. Já há alguns anos, pesquisadores/as, educadores/as, historiadores e militantes dos Movimentos Negros, vêm se empenhando em resgatar "a outra história", aquela não-oficial e pouco contada [sobre a ótica dos vencidos como mencionamos anteriormente] que busca reconstituir, de fato, as origens da terra brasilis. E, um dos principais capítulos desse "recontar a história" é aquele que foi escrito, justamente, através da participação dos homens e das mulheres negras. Trata-se de uma reconstrução, sem dúvida complexa, e que vem sendo realizada, em conjunto, por especialistas de diferentes áreas. Certo que, [e já dissemos isso], avanços podem ser verificados! Entretanto, ainda insuficientes, diante da magnitude da questão; seja enquanto resgate da identidade dos afro-descendentes, seja no que se relaciona à história do Brasil. (BARBOSA, 2005, p. 56)

Ainda tendo como exemplo a identidade cultural norte-americana, as restrições econômicas e a perseguição religiosa promovidas na Europa, sobretudo por Inglaterra e Espanha, promoveram um verdadeiro Êxodo para o “novo mundo”. Os escoceses e os irlandeses chegaram as Américas, ao início do século XVIII, e em sua maioria, em decorrência das mesmas questões promovidas por Inglaterra e Espanha. A vontade de ser livre, destes que somavam quase cem mil (em 1750), aglutinou-se com a dos que antes chegaram ao que tange à antipatia pelo governo Inglês, e anseio as possíveis mudanças que significassem ruptura com este passado. E é justamente essa antipatia a raiz do antagonismo estabelecido entre metrópole e colônia, bem como o primórdio das idéias de emancipação. Foi assim no norte e no sul das Américas. Ou seja, um povo que busca liberdade começa a vislumbrar as chances de uma liberdade bem mais politicamente abrangente. O pensamento, formador da nossa mentalidade e dos emigrantes que se instalaram por aqui, trabalha pela reconstituição de um alicerce perdido, seja no social ou no cultural; buscando uma coesão pessoal com a preocupação de atender os anseios da maior liberdade.

A idéia deste primeiro capítulo, não foi “tripudiar sobre um agonizante” em identidade, mas sim despertar um olhar mais atencioso para o que vai ser analisado a seguir: a construção de referências para a democratização da educação no Brasil; sem entender a nossa possibilidade de “aculturados”, (e sabendo que esta não tem mão única) isso não se configuraria como entendimento. É neste sentido que se esclarece o nosso amor pela pátria, visto não ser sem esse amor que o objetivo primeiro deste trabalho (ampliar o estudo sobre o acesso pelas cotas ao Ensino Superior, no sentido de que não é só para colocar negros e pobres dentro da universidade que tal política foi criada. E uma discussão sobre o fato de que é preciso dar-nos condições para permanecer, com sucesso, nessa discussão, e sair com sucesso. Democratizar a universidade pública, no Brasil, não pode se restringir ao estudo sobre os aspectos sócio-econômicos de nossa sociedade se pretenderia alcançado.

A política de cotas não compreende só a questão de cor, mas existe muita demagogia a esse respeito. Novamente: A educação inclusiva precisa compreender seu próprio termo como algo que não venha legitimar uma exclusão já gritante. O negro na maioria das vezes, já se sente excluído do diálogo, vê-se incapaz de ajudar seu meio, de conviver como outro e não apenas existir ao lado dele, por muitas vezes não percebendo a vida como um senso de justiça. Como no pensamento positivista, este ser compreende que tudo já está pronto e acabado, sendo o seu papel neste imbróglia social o da passividade e da submissão. Uma política de cotas com ares de “ajudar esses coitadinhos”, em si, já é discriminatória. Que país é esse? É o nosso. Esse, infelizmente, ainda é o Brasil.



## **CAPÍTULO II – A CONSTRUÇÃO DE REFERÊNCIAS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

### **2.1 - As Relações Étnico-Raciais nas Ações Afirmativas e o Conceito de Educação no Amapá.**

Dentro de seus níveis e modalidades a educação brasileira tem hoje uma nova configuração; Principalmente no que se refere à Arte, Literatura e a História. A preconização das leis 10.639/03, 1.198/04, 3.627/08 e 9.610/08, fazem referências uma às outras, quando se trata do ensino combativo ao racismo e a discriminação, bem como a atenuação da ausência de estudos inerentes a História da África e de seus descendentes, em toda a agenda educacional brasileira: Quanto a primeira lei aqui citada:

Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B: torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. “Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’. Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República. (Lei Nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003)

Foi na consubstanciação de tal legislação que o Conselho Nacional de Educação (CNE) elaborou o parecer nº 03, que teve como relatora, em 10 de março de 2004 a Conselheira Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Este documento, a bem de maiores esclarecimentos, é um referencial para todas as diretrizes curriculares que abordam o tema a que a legislação citada se atém. Logo de sua introdução o parecer demonstra seu objetivo primeiro:

Visa regulamentar a alteração trazida à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica; Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de

acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. (GONÇALVES SILVA, 2003, p. 09)

Em detrimento disso, e para que tal parecer seja regularizado precisou-se da resolução nº 01, do Governo Federal, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Brasileira. É nesse aspecto que entendemos que o Ministério da Educação tem esboçado, de forma plausível, o desenvolvimento das temáticas étnico-raciais no Brasil. E é nesse aspecto, também, que devem ser entendidas as aspas nos termos constantes nas primeiras linhas introdutórias deste trabalho: (A “historicização” social de “temas relevantes” no Amapá e no Brasil, “nunca foi” uma preocupação da classe governante); Avanços e retrocessos estão acontecendo, principalmente no âmbito político partidário; mas não se pode, conscientemente, negar que há no Brasil, agora, uma prerrogativa discursiva no que tange as questões raciais. Aqui no Amapá os primeiros passos estão sendo dados. Por exemplo, foi criada uma Secretaria Extraordinária de Políticas Para os Afrodescendentes (SEAFRO); com o objetivo principal de ajuda na estruturação e realização de estratégias combatentes ao racismo e motivadoras de consciência social. Foi também criado um Núcleo de Educação Étnico-racial (NEER), na tentativa de reeducar a sociedade quanto ao tronco comum (segundo os estudos do código genético humano/Projeto Genoma) a que pertencemos.

Nas justificativas do poder federal brasileiro para tantas leis, (mas especificamente para a 3.627/08) seria a de que um dos maiores entraves para a consolidação do princípio da igualdade além do acesso destes segmentos é o da permanência. É necessário a criação de mecanismos que possibilitem a permanência dos estudantes nas instituições que adotarão estes programas. Parcela significativa dos estudantes egressos de escolas públicas, afrodescendentes e indígenas não conseguem concluir seus cursos por enfrentarem obstáculos de ordem econômica, social e cultural que inviabilizam a natureza e a finalidade da lei proposta. A igualdade de oportunidades deve ser conjugada com a igualdade de condições para que a lei possua efetividade. (Retomaremos essa discussão no capítulo III).

Todos estes dispositivos legais, bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir. (GONÇALVES SILVA, 2003, p. 14)

Afinal, não há “raças humanas”, mas sim seres humanos que se diferem dentro das mais variadas concepções de humanidade. É por isso que uma das finalidades do NEER

vão desde a formação de professores, até as relações interinstitucionais que promovam à igualdade as oportunidades, incluindo aí o acesso ao ensino superior por parte dos negros. As políticas estruturantes desta proposta educacional abrangem também, a distribuição de material didático rediscutidos; onde o negro não é mais visto com objeto produtor. A idéia é que os disseminadores dessa proposta sejam todos os profissionais da educação e não somente o professor. Isto é: a Educação precisa ser entendida segundo os pressupostos defendidos por Carlos Rodrigues Brandão (1995). Para ele, em primeiro lugar, é preciso que se fale não em Educação, mas sim em Educações. Ou seja, para que se trate o que o termo significa (aqui no Amapá ou no Brasil), é preciso antes entendê-lo apreendendo as diversidades que tal conceito envolve; “em casa, na rua, na igreja, ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos nossas vidas com a educação”; é isso que faz dela múltipla em concepção seja no aprender ou no ensinar.

Para saber, para fazer para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a Educação. Com uma ou com várias: Educações? Educações. E já que pelo menos por isso sempre achamos que temos alguma coisa a dizer sobre a Educação que nos invade a vida, por que não começar a pensar sobre ela com o que uns índios uma vez escreveram [em resposta a uma solicitação dos colonizadores americanos que queriam educar jovens índios nas escolas brancas]... Nós estamos convencidos, portanto, que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo o coração. Mas aqueles que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções das coisas, e sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa idéia de educação não a mesma que a nossa. Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltaram para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportar o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros. Ficamos extremamente agradecidos pela vossa oferta e, embora não possamos aceitá-la, para mostrar a nossa gratidão oferecemos aos nobres senhores de Virgínia que nos enviem alguns dos seus jovens, que lhes ensinaremos tudo o que sabemos e faremos, deles, homens. (BRANDÃO, 1995, p. 03)

Então, se os pioneiros da América já concebiam a educação como múltipla a séculos atrás, por que nós, os seus sucessores, temos a pretensão de igualar todos os negros, por exemplo, como beneficiários de uma Ação Afirmativa que termina em uma palavra: “Cotas”. O reparo de mais de 500 anos de descaso sócio-cultural não pode ser resolvido somente com ações coercitivas. Isto é, que se tenha um amparo legal para as injustiças sociais que a população negra do Brasil tem sofrido é salutar. Mas isso não tem resolvido os problemas. O Projeto de Lei 3.627/2004, como já mencionamos na introdução deste texto, institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas,



em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior. Quanto a isso o Congresso Nacional, em 28 de abril de 2004 decretou:

Art. 1º As instituições públicas federais de educação superior reservarão, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 2º Em cada instituição de educação superior, as vagas de que trata o art. 1º serão preenchidas por uma proporção mínima de autodeclarados negros e indígenas igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do caput, as remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do sistema de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 3º Igualdade Racial da Presidência da República serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do sistema de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio - FUNAI. As instituições de que trata o art. 1º terão o prazo de duzentos e quarenta dias para se adaptarem ao disposto nesta Lei.

Art. 4º As instituições de que trata o art. 1º terão o prazo de duzentos e quarenta dias para se adaptarem ao disposto nesta Lei.

Art. 5º O Poder Executivo promoverá, no prazo de dez anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do sistema especial para o acesso de estudantes negros, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, nas instituições de educação superior.

Muitos famosos, (ou não), já foram *obrigados* a pagar penas alternativas por discriminação a negros depois desta lei; mas, há de se questionar se essa pena serviu para atenuar ou para aumentar o descaso, e até mesmo o ódio dos brancos sobre os negros deste país? Quando a professora Carmentilla (2008) diz que há necessidade de um direcionamento para que essas coisas se tornem mais efetivas, por que não se processou ainda uma mudança na mentalidade, de um modo geral, do povo brasileiro, principalmente no exercício pleno da cidadania, e por isso é necessário que se normatize, através de uma legislação, e que se

garanta a inclusão dos grupos que foram historicamente excluídos; É preciso que entendamos os meandros dessa história, a opinião da professora tem, sem dúvida, sentido, mas ainda é muito incomum a nós brasileiros entendermos a harmonia que pode emanar das duas palavras principais na fala de Carmentilla: Cidadania e Autoritarismo.

É como se a Educação só existisse se houvesse escolas. O autoritarismo pode nos obrigar, mas não pode nos mudar a essência; somos um povo racista que precisa entender para diferenciar o conceito de raça e etnia, para só então falarmos em cidadania. A lei Estadual nº 1.196 de 14 de março de 2008, publicada no Diário Oficial do Estado nº 4210, de 14/03/08, de autoria do Deputado Estadual Camilo Capiberibe, institui no Estado do Amapá, a obrigatoriedade de ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da Educação Básica. Temos mais de 400 escolas estaduais aqui no Amapá e nem um terço disso, até hoje, (2010), sequer começou a discutir a temática que a lei engendra.

É o NEER, criado em 2008 e composto por quatro membros, com a colaboração de seus pares, que tem a tarefa de percorrer essas escolas, distribuir material de suporte e fomentar a concepção e a implementação da lei citada no parágrafo anterior, bem como da lei 10.639/03 e das demais mencionadas no início deste capítulo. Isso não é culpa de “ninguém”, mas acaba sendo nossa, no sentido de que já se passaram quase dois anos desde a criação do Núcleo; e a maioria dos nossos educandos, ainda vê os assuntos relacionados à África como assunto espinhoso demais para se tocar. A contemplação da diversidade racial nas escolas através do NEER tem, apesar dos pesares, garantido a todos que se fizerem interessados, uma biblioteca virtual intitulada: “Negritude Amapá”; e é essa biblioteca, junto com as ações da Secretaria de Educação através dos membros do Núcleo que tem concretizado toda uma conscientização sócio-educacional/negra dentro dos meios de implantação consciente da legislação aqui em foco. Por que não vemos isso como o que propõe esse trabalho? É dessa educação que falamos ao afirmar que cotas só serão bem vindas quando discutidas e entendidas.

Em detrimento da Lei, o Ministério da Educação/MEC, empreende esforços para a concepção das ações da temática étnico-raciais, apresentando desta forma avanços e retrocessos políticos no âmbito da educação. Através do PROGRAMA DIVERSIDADE, há instituição, da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade – SECAD/04, da Diretoria de Diversidade e Cidadania, da Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional: O MEC, a partir da SECAD, passa a desenvolver várias dimensões de uma política pedagógica da diversidade, que culmina com o estabelecimento de parcerias com os sistemas de ensino por meio de apoio técnico, recursos humanos e financeiros, para a solidificação das alterações decorrentes da Lei nº. 10.639/03. Políticas estruturantes

da política educacional, como: Formação de Professores, Formação de Gestores, Elaboração e distribuição de material didático e paradidático, Currículo Escolar e o Projeto Pedagógico. (PALHETA, 2009, p. 09)

Parece que as leis resolvem os problemas relativos aos descasos sofridos pelos negros enquanto seres e enquanto brasileiros. Mas, por que então, ainda há tanta subalternidade inerente a eles? Por que ainda somos mais teóricos que práticos. E ainda, por que os avanços tão notáveis que já tivemos são insuficientes para fazer com que os brancos concebam a idéia de um negro como alguém, ainda que diferente mais, alguém? Isso tudo nem de longe e nem de perto tem resposta fácil. Na maioria das vezes até os próprios negros assim não se sentem. Discute-se muito Castro Alves, Cruz e Souza; Mas é o próprio IBGE quem ainda acha um meio termo para reforçar nossa identidade mal formada, atribuindo a nomenclatura “pardo (a)” a quem não se considera nem preto e nem branco. Contudo:

E, para implementação desta legislação, está em tramitação no Conselho Estadual de Educação / CEE a minuta de Resolução que, “Estabelece Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira Africana e Indígena no Currículo da Educação Básica e Superior no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Amapá. A Secretaria de Estado da Educação / SEED, implementou ações voltadas às comunidades afro-descendentes rurais e urbanas, para o biênio 2008 a 2009, representando desta forma avanços no campo educacional, tais como: Levantamento Bibliográfico sobre a História da África e História do Negro no Brasil, Documento Orientador sobre as Relações Étnico-Raciais para as Escolas Estaduais (Planejamento Pedagógico), I Fórum de Debates Étnico-racial: Do luto à luta / Escola Estadual Aracy de Mont’Alverne; Construção Colaborativa de Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira. Conferência Nacional de Educação Básica – CONEB, Curso de Capacitação de Professores e Técnicos voltados as Relações Étnico-Raciais na Educação, Seminário Negritude Amapá; Cultura e o imaginário negro amapaense em sala de aula, Encontro Nacional para implantação da Lei 10.639/03, Participação colaborativa no “X ENEJA”. Encontro Nacional de Educadores da EJA. (diretrizes educacionais que contemple a Diversidade Afro-brasileira). (PALHETA, 2009, p.17)

A Educação Amapaense vem conquistando méritos, considerando-se as dimensões de acesso, e, qualidade e equidade. Contudo, pode-se, verificar que as conquistas ainda são restritas e que as dimensões de qualidade e equidade constituem os maiores desafios a serem enfrentados, pela Secretaria de Estado da Educação, tendo como política a promoção da Igualdade Racial, que permita, segundo Palheta (2009), estimular o acesso a permanência e a melhoria do desempenho de crianças, adolescentes, quilombolas e demais grupos discriminados em todos os níveis da Educação Infantil ao Ensino Superior, considerando as

modalidades de Educação de jovens e Adultos e a Tecnológica, promovendo políticas públicas para reduzir a evasão escolar e a defasagem idade-série dos alunos pertencentes aos grupos étnico-raciais discriminados. Infelizmente, os níveis e as modalidades de ensino, principalmente das escolas do interior, não incorporaram ainda os conteúdos previstos nas diretrizes curriculares nacionais. A formação continuada “não continua” e os negros ainda são a maioria dos nossos analfabetos políticos, o ensino superior é um paradigma para os negros e as cotas raciais e universitárias ainda não foram discutidas com eles.

Para Foster (2009), há três eixos principais na análise e interpretação das legislações “pró-negro” aqui em nosso contexto: “existem contradições entre teoria e prática; Indagações sobre o papel do professor em sala de aula no ensino de história da África e dos Afro-descendentes. Muito se tem comentado sobre a teoria mais a formação de professores que viabilizaria a prática dessa legislação, em vez de democratizar, acaba segregando mais ainda o ensino dessa temática. Como estar escrito no parecer 03, “da professora Petronilha”:

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afro-descendente, no sentido de políticas de valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, *propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial; descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos; para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos igualmente tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos.*

No raciocínio de Gonçalves Silva (2003), é necessário sublinhar que tais políticas têm também como meta o direito dos negros, assim como de todos os cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino de diferentes áreas dos conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são

indispensáveis para uma educação de qualidade para todos, assim como o são o reconhecimento e a valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos.

A proposição deste capítulo do nosso estudo é um olhar crítico sobre “As Relações Étnico-raciais nas Ações Afirmativas e o Conceito de Educação no Brasil”. Por isso, *propor a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos no Brasil* é nosso maior objetivo. Isto porque “só” leis não bastam; lembremo-nos das pessoas que pagam pena por discriminação racial, como já foi dito, interiormente elas se tornam mais racista, apesar de caminharem lado a lado com os negros, dia vinte de novembro, todos os anos, na caminhada “Zumbi dos Palmares”. É a consciência social que vai nos educar rumo a outra postura; quem sabe mais real, se entendermos a realidade como o entendimento do que acontece ao nosso redor. É preciso que nos reeduquemos enquanto sociedade diversificada. O paradigma da igualdade, enquanto todos um em cultura, postura e comportamento racial, urge em reformulação. Novamente, a única coisa que nos torna um é a humanidade; Somos seres humanos. E tudo que diz respeito ao entendimento do negro como tal, *tem como meta o direito dos negros “SE” reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprio, manifestar com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos*. Por isso, também, antes de sairmos por ai dizendo que cotas resolvem tudo precisamos fomentar políticas que dêem:

Tratamento aos conteúdos programáticos baseado na historiografia tradicional e racista: omissões, estereótipos, distorções sobre as imagens do africano e seus descendentes. Falta preparo do professor para trabalhar conteúdos sobre história não o vendo como reprodutor e sem reflexão crítica. É necessária uma dualidade entre pesquisa e prática pedagógica. Entende-se que a metodologia de ensino não se resume a determinadas técnicas, recursos didáticos e teorias de aprendizagem, mas sim está articulada a concepções relativas à sociedade, ao homem e ao processo de conhecimento. É preciso atenção na abordagem dos temas, cuidado na construção dos argumentos, no grau de conhecimento sobre o assunto a ser abordado, na resistência às situações cotidianas em que o racismo se manifesta. Trabalhar coletivamente, buscar pares na escola que queiram enfrentar o desafio de revisitar e reaprender a história, a cultura, a literatura brasileira sob a perspectiva da população negra como sujeito. (FOSTER, 2009, p. 02)

Agora, essa “reeducação”, não pode se configurar sem outra quebra de paradigma; a de que o negro tem que ser “ajudado” e essa ajuda se materializar em aceitar tudo o que o outro nos que dar por que *ele acha* que é bom e que vai nos ajudar. Os negros não precisam desse tipo de ajuda, eles precisam que os ajudem a ser o que são, reconhecendo que a

diferença não é uma deficiência. Acesso à terra, infra-estrutura e qualidade de vida, Inclusão produtiva e desenvolvimento local, Direitos de Cidadania; isso seria ajuda. Para Oliveira (2008); Há toda uma demanda por reparações por parte do Estado, a partir de pressões da sociedade civil, no sentido de tomar medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos, educacionais sofridos sob o regime escravista, por exemplo; bem como das políticas explícitas de Branqueamento da população. Propostas e estratégias estão sendo concebidas, a partir do avanço da escola brasileira no que se refere às possibilidades de acesso da criança e jovens Negros à instituição escolar. No entanto, no que se tange à permanência e ao sucesso para todos os (as) estudantes, existe um grande desafio a ser vencido.

## 2.2 – Racismo X Igualdade Racial e o Manifesto em Defesa da Justiça e Constitucionalidade das Cotas Raciais.

Os compromissos sociais na resignificação da Educação brasileira “não entendem” as Ações Afirmativas como justas, nem como Políticas Públicas para setores populacionais, historicamente, discriminados. Tem parecido uma coisa “só de nome”, entendidas somente pelos seus elaboradores. Os dados de informações que chegam ao povo, não possibilitam desconfigurar o equívoco de se tratar de “uma ajuda para os pretos”, por parte, eleitoreira das instituições governamentais. O que o movimento negro tem feito para que esse debate fosse instituído no Amapá, por exemplo, transformou-se em uma benesse dos dominantes para com os dominados. Partindo deste pressuposto, não nos parece salutar uma luta pela valorização da reserva de vagas para negros ingressarem no ensino superior; Essas ações deveriam ser um chamamento à reflexão sobre a exclusão do negro dos setores que decidem o futuro do país;

Feita tal reflexão, a promoção da igualdade racial seria consequência lógica. Pode parecer uma linguagem “utopicamente romântica” e ingênua, mas, na órbita destes conjuntos específicos de Políticas Públicas, se as coisas rumarem nessa mesma direção que estão rumando, não vai ser absurdo pensar que os brancos, os judeus, os ciganos..., enfim, também venha a exigir cotas para afirmação social. Isto porque, se a igualdade racial for promovida pelo “autoritarismo” de uma lei (e não pela reeducação cidadã de um contexto social), quando os negros se afirmarem os demais grupos vão querer seguir o exemplo, por se sentirem inferiorizados pelos e temos como consequência disso um “autoritarismo legal” e um costume desleal: “só nos disciplinamos quando coagidos a tal”.

A poucos dias da celebração do Dia da Abolição da Escravatura, os projetos de lei que criam cotas raciais nas universidades federais e o Estatuto da Igualdade Racial voltam a ser atacados por intelectuais. Dessa vez em forma de livro. *Divisões Perigosas: Políticas Raciais no Brasil Contemporâneo*, recém-lançado pela Editora Record, reúne artigos, assinados por historiadores, antropólogos, geneticistas, educadores - todos abertamente contrários aos dois projetos que tramitam no Congresso sob os auspícios da ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial. A tônica principal dos artigos é que os projetos propostos instauram legalmente o racismo no Brasil, a pretexto de combatê-lo. Entre os 34 autores estão o geneticista Sérgio Pena, o economista Carlos Lessa, a antropóloga Eunice Durham, o poeta Ferreira Gullar, o historiador José Murilo de Carvalho, o sociólogo Simon Schwartzman e o jornalista Luiz Nassif. O prefácio é do cientista político Bolívar Lamounier. Os organizadores da coletânea foram a socióloga Bila Sorj, a antropóloga Yvonne Maggie - ambas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - e o militante José Carlos Miranda, do Movimento Negro Socialista. Em junho passado, eles viajaram até Brasília para entregar aos presidentes do Senado e da Câmara uma carta pública, com críticas à Lei de Cotas e ao Estatuto. Com a assinatura de 114 personalidades, o documento ampliou o debate sobre os dois projetos de lei, até então pouco conhecidos, ou, como define Yvonne, 'discutido apenas nas franjas do poder'. (ARRUDA, 2007, p. 04)

O estatuto da igualdade racial não iguala; todo e qualquer brasileiro, por exemplo, pode escolher, no ato da inscrição para o vestibular, fazê-lo usando a lei das cotas para negros, mesmo sendo loiro e de olhos azuis; basta ter nascido no Brasil depois de 1500 e se declarar, com razão, negro. E a questão da representatividade fica comprometida, também, aí. Insistimos, enquanto os nossos educandos não tiverem uma modalidade de ensino que ressignifique esses parâmetros sociais que envolvem etnia, credo e cultura, continuaremos tendo um país de miscigenados, sem, no entanto que estes se entendam como brancos, índios, negros e etc. Vamos continuar tendo universitárias negras fazendo “chapinha” pra parecer branca e universitários brancos usando rastafáris loiros só pra dizer que não são racistas. Sem falar nas especificidades de cada Estado:

Não me parece ter sido uma mera causalidade o primeiro sistema autônomo de reserva de vagas para afrodescendentes nas universidades brasileiras ter surgido na Bahia, na maior universidade do Estado, e ter tramitado pelas instâncias decisórias internas com relativa facilidade. A UEB (Universidade Estadual da Bahia), está localizada em um estado brasileiro cuja população negra (pretos e pardos) ultrapassam o índice de 75% da população total. (AFROUEB, 2008, p. 02)

Será que o mesmo aconteceria no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catarina. Tudo isso precisa ser reavaliado aqui se a UNIFAP pautar pelo cumprimento da lei de cotas raciais como elas tem se apresentado e a UEAP não patrocinar uma discussão que ressignifique cotas pra os alunos que entraram em 2008/09 e os mais que virão. O plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial da SEPIR, através do decreto nº 435, de oito de novembro de 2005, diz que:

Fica instituído um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com a finalidade de sistematizar as propostas de Políticas Públicas de Promoção a Igualdade Étnico-Racial no Brasil para propor a adoção de procedimentos regulares de monitoramento e avaliação da implementação das ações previstas no plano. O GTI terá prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de sua instalação, para conclusão de seus trabalhos, prorrogáveis por igual período, mediante Justificativa apresentada pelos seus coordenadores. (BRASIL, 2006, p. 06)

O plano é de 2006 e já estamos em 2010 e, se ocorreram os tais procedimentos que o decreto determina, aqui no Amapá eles não foram plenamente sentidos. Essas estratégias de combate ao racismo e para a promoção da igualdade racial parecem díspares da materialização de uma História de reivindicação do movimento negro em âmbito nacional (apesar de tudo o que já foi feito). Também parece ter havido uma equivocada demonstração de “tratamento-pós-cotas” que a temática racial passaria a receber dos órgãos governamentais. Como foi sugerido nos escritos da introdução deste trabalho, depois das cotas, as questões raciais passaram a ser vistas como uma casa que começou a ser feita pelo telhado. Aqui, nas terras do cabo norte, ainda é cedo para prognóstico, visto que a UEAP, lida com cotas a pouco mais de um ano e a UNIFAP, ainda não se pronunciou sobre o caso. Mas, não chega a ser um agouro o pensamento de que as estruturas de nossa vida social, bem como a produção e a apropriação de bens ou o acesso às esferas do poder, vão ser permeadas pelas desigualdades étnico-raciais se o estatuto da igualdade racial for concebido como solução educacional na UNIFAP. A base de tal pensamento está no fato de que:

A igualdade social só é possível com um povo consciente, sábio e organizado... Atualmente, o momento histórico que vivemos nos remete a muitas reflexões... O Brasil tem sido um país que prega a democracia racial, constantemente, mas sabemos que tal democracia é falsa por que a sociedade dominante é perversa e o nosso modelo social é injusto. Os direitos civis, e os políticos não asseguram a democracia se não houver direito social. (BRANDÃO, 2007, p. 06)

Como já fizemos questão de esclarecer: “não torcemos pelo fracasso das cotas raciais, aliás, muitas instituições já as tem, de fato, como “o” grande avanço rumo ao reparo causado pelo descaso que negros e índios sofreram ao longo da existência do Brasil; Mas, o sistema de cotas soa como estigmatização, e reafirmação de uma inferioridade que não existiria com uma possível reeducação social do Brasil. A idéia é que, aqueles que são “modificados geneticamente para carregar peso ou jogar melhor futebol”, precisam de uma “mãozinha” governamental para se perceberem no meio dos “humanos” e quem sabe se tronar um deles.



O contrário disso ainda é muito insipiente aqui no Amapá, mais um dos trabalhos do NEER, a exemplo dos anteriormente citados está de acordo com os pressupostos da Fundação Palmares quando também prega marcos regulatórios que assegurem o exercício da cidadania para aqueles remanescentes do povo africano. A saber e em consonância com as idéias de Maurício Jorge Reis (2009): O decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, art. 2, diz que: Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

A Constituição Federal de 1988, por meio dos artigos 215, 216 e o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, asseguram: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos e a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho; e a portaria interna nº 98, de 26 de novembro de 2007, tratam dos procedimentos para emissão da Certidão de auto-definição. Por isso, e, talvez para não sermos prolixos, não estamos afirmando que os governos (Amapá/ Brasil), são descompromissados com a causa racial brasileira; Não é isso. A Educação, mesmo sendo diversa, no âmbito estadual ou federal, tem se voltado para a consolidação de uma nação soberana, democrática, inclusiva e capaz de gerar uma emancipação negra na sociedade. Mas:

Faz-se necessário a formação de professores que compreendam e correspondam as expectativas dos alunos que ouvem falar que vão aprender História da África e dos Afrodescendentes, trabalhar as questões da diversidade cultural e étnica nas práticas escolares... O Povo brasileiro não quer saber apenas de carnaval e futebol. Ele quer educação, emprego, saúde, segurança e moradia. (BRANDÃO, 2007, p. 12).

Nesse sentido, O Governo do Amapá, através da SEED, e esta, através do NEER, estruturou, para o ano de 2010, o CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM “ENSINO DE HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA”. Acreditando como Brandão, o referido núcleo entende que o Estado brasileiro, por meio da assinatura de Tratados Internacionais, tem manifestado maior comprometimento com os grupos étnicos no sentido de eliminar a discriminação racial. O Gerente do núcleo Luciano Rodrigo (2009), quando da estruturação do projeto para a criação referido curso de especialização, junto com sua equipe elaboradora é enfático em afirmar que o Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Convenção da ONU sobre a eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1969), do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, da III Convenção da Organização do Trabalho

(OIT) sobre a discriminação no emprego e na profissão (1969) e, da Carta da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação racial, a Xenofobia, Formas Conexas e Intolerâncias Correlatas ocorrida em Durban, África do Sul (2001). No entanto, as desigualdades continuam acentuadas na cultura e no cotidiano discriminatório.

As reflexões de Luciano, também são no sentido de que no plano educacional, a escola acaba refletindo as tramas sociais existentes no espaço macro da sociedade reforçando o racismo. Essa constatação pode ser aferida pela menor quantidade e qualidade da oferta de ensino destinada à população negra, contrariamente à cultura de prevalência das conquistas das pessoas de origem étnica europeia. A escola é um espaço sócio-cultural por excelência, onde deve ser possível o encontro de diferentes presenças.

É um espaço que deverá ser marcado por símbolos, rituais, crenças, culturas e valores diversos, bem como é também o espaço onde se deve dar a contextura humana, caminho profícuo à formação de uma concepção de humanidade que leve em conta o pluralismo, o respeito às diferenças e a integração da diversidade cultural. Só mais uma vez: Com a aprovação do Parecer nº 03/2004, de 10 de março de 2004, o Conselho Nacional de Educação regulamenta a alteração à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional provocada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, das redes oficiais e particulares de todo país. Essa lei é sem dúvida resultado das reivindicações dos movimentos sociais negros, junto ao Estado Brasileiro, por uma educação anti-racista. E ao estabelecer tal obrigatoriedade, a lei nº 10.639/03 buscou o cumprimento dos preceitos legais como o artigo 3º e 5º da Constituição Federal. Isso é o real, mas o ideal era que não fosse preciso uma lei que nos obrigasse a tal.

É complexo entender o “obrigatório” como “legal”; É nesse sentido que o curso de Especialização em Ensino de História e da Cultura Afro-brasileira e Africana torna-se essencial para a formação de profissionais aptos a atuar dentro dessa nova conjuntura social, econômica e política, sem as barreiras estabelecidas por séculos de preconceitos, estereótipos cotistas e a discriminação que fecundaram o terreno para a dominação de um grupo racial sobre outro.

Para a equipe do NEER (Luciano Rodrigo, Benedita Silva, João Paulo e Miguel Soares) capacitar profissionais para a desconstrução do imaginário social negativo em relação à população negra, é um propósito que o movimento negro busca e parece ter alcançado, preliminarmente, com a promoção do curso de especialização a ser promovido pela SEED. Para tanto, deve-se abordar os aspectos históricos da construção social em torno das

diferenças étnico-raciais e suas influências na atualidade; Propiciar ações que suscitem discutir a diversidade étnico-racial existente nas famílias dos alunos e trabalhar as diferenças de estética, enfatizando que as mesmas não são sinônimos de desigualdade ou inferioridade; Criar situações de aprendizagem que possibilitem reflexão e discussão sobre a diversidade e questões étnico-raciais presentes no país, ensinando criticamente sobre os diferentes grupos que compõem a sociedade; Possibilitar que os profissionais desenvolvam competências para atuar nas diferentes áreas do conhecimento, compreendendo que a educação tem papel preponderante na formação da diversidade étnica dos cidadãos, sem perder de vista o caráter universal do saber e da dimensão nacional de sua identidade. Assim, garantindo o direito à memória e ao conhecimento da História Afro-brasileira; Oferecendo subsídios teórico-práticos para o ensino da nossa Cultura Afro-brasileira no contexto escolar; É, também, o objetivo de todas as políticas do NEER: possibilitar acesso a saberes para a organização curricular, elaboração de material didático e para as práticas educativas que envolvam os conteúdos de História e da Cultura Afro-brasileira e Africana.

O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM “ENSINO DE HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA”, utilizar-se-á de métodos historiográficos que permitiram desenvolver análises de documentos antigos, cartográficos, iconográficos, jornais, buscando através de oficinas temáticas ampliar a relação entre teoria e prática da pesquisa e do ensino da história e, sem dúvidas pode ser considerado uma proposta desse trabalho no que se refere ao refazer da educação resignificada e no fazer o público alvo conceituar para si o que são cotas raciais. Mas, no âmbito das implicações inerentes a democratização do ensino é viável esclarecer que o projeto aqui em questão é de 2008, ano de criação do núcleo de educação étnico-racial, já estamos em 2010, a licitação para oficializar a empresa que cuidará dos tramites referentes ao desenrolar do processo já saiu, o curso era para está em sua primeira semana e os professores ávidos para ainda em 2010, praticarem o que apreenderiam ao ensino da história de matriz africana; mas..., “nada” ainda saiu do papel.

Estamos em uma luta desdobrada aqui no Amapá pela construção relevante de nossa identidade cultural; mas são poucos os órgãos e instituições que a concebem como o conjunto de todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu valor, são considerados de interesse plausível para a conservação da memória de um povo. O decreto 3.551 de 04 de agosto de 2000 instituiu em nosso país o Registro dos Bens culturais de Natureza Imaterial e criou o *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*, com o objetivo de ampliar o raio de proteção, preservação e valorização dos bens simbólicos de nosso povo.

É impressionante, mas ainda não está claro para a maioria dos gestores amapaenses que a Educação é o nosso maior bem inerente ao patrimônio imaterial; e que se entendermos cotas como “solução” para a exclusão estaremos despercebendo que, às vezes, as legislações podem ser desconsideradas se o que está em jogo é a vida (um ser deseducado não vive, existe, mas não vive). O curso não saiu do papel e nossas lutas parecem o legal enfrentando a ilegalidade.

Em se falando de legalidade/ilegalidade. Antônio Carlos Costa Santos. Advogado, Analista Legislativo e Assessor Jurídico da Advocacia do Senado Federal. Especialista em Análise e Controle da Constitucionalidade escreveu um artigo intitulado *“COTAS PARA NEGROS NA UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE EM CONFRONTO COM O PRINCÍPIO DA IGUALDADE RECEPCIONADO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988”*; No referido texto o autor faz, como o próprio título já sugere, uma análise da constitucionalidade das cotas raciais. Para ele:

A necessidade de justiça distributiva e mobilidade social do negro brasileiro estão demasiadamente atrasadas em pelo menos 118 anos, se contados desde a abolição da escravidão, e enquanto não houver a concretização dessa justiça distributiva com relação a essa parcela expressiva da população, enquanto a universidade e o mercado de trabalho, especialmente aquele que exige formação universitária para o exercício de profissões de maior prestígio social, permanecer sem representar a verdadeira face multirracial da população brasileira, enquanto a base de nossa pirâmide social for esmagadoramente preta/parda e do meio para o topo for predominantemente branca, justifica-se a adoção das cotas raciais na academia, bem como de outras medidas de ação afirmativa, sem qualquer afronta ao princípio constitucional da igualdade. (COSTA SANTOS, 2006. p.17)

Por esse ponto de vista nem é preciso discussão, as cotas são perfeitamente constitucionais. Agora, pelo ponto de vista que percebe a nossa constituição como sendo, em sua maior parte textual, apenas, teoricamente viável, a possível constitucionalidade das cotas, na verdade fere nossa constituição. Isto porque, a Constituição Federal, no seu Artigo 19, estabelece que: “É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si”.

O Artigo 208 dispõe que: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. Apresentadas como maneira de reduzir as desigualdades sociais, as cotas raciais parecem não contribuir para isso, pelo contrário, elas ocultam uma realidade trágica e desviam as atenções dos desafios imensos e das urgências, sociais e educacionais, com os quais se defronta a nação. E, contudo, mesmo no universo menor dos jovens que têm a oportunidade de almejar o ensino superior de qualidade, as cotas

raciais não promovem a igualdade, apenas acentuam desigualdades prévias ou produzem novas desigualdades.

A título de exemplo: As cotas raciais exclusivas, como aplicadas, entre outras, na Universidade de Brasília (UnB), proporcionam a um candidato definido como “negro” a oportunidade de ingresso por menor número de pontos que um candidato definido como “branco”, mesmo se o primeiro provém de família de alta renda e cursou colégios particulares de excelência e o segundo provém de família de baixa renda e cursou escolas públicas arruinadas. No fim, o sistema concedeu um privilégio para candidatos de classe média, arbitrariamente classificados como “negros”. (Carta dos 113 intelectuais contra a Racialização do Brasil, 2009. Pg. 02)

Dizer que:

O princípio constitucional de igualdade consagrado em nossa Constituição Federal de 1988 está comprometido com a justiça distributiva, e o Estado, bem como a sociedade, deve atuar de forma pró-ativa em busca de uma sociedade mais justa e solidária, conforme objetivos fundamentais explicitados no art. 3º da Constituição Cidadã. O seu art. 5º deve ser lido e interpretado de forma sistêmica, observando basicamente a implementação dos objetivos fundamentais do nosso Estado Democrático de Direito, cuja igualdade, antes de tudo, tem caráter incluyente, respeitando as diferenças, excluindo as discriminações odiosas e implantando políticas para acabar com seus efeitos. Assim, de modo algum, a adoção de cotas na universidade com vistas à aplicação de uma melhor justiça distributiva para negros e índios, fere o princípio da igualdade consagrada em nossa Constituição Federal, uma igualdade que antes de tudo é material que deve ser interpretada com o propósito de concretizar os objetivos fundamentais de nosso Estado. (COSTA SANTOS, 2006. p.17)

Não pode ser uma prerrogativa para escamotear-mo-nos do fato de que:

Queremos um Brasil onde seus cidadãos possam celebrar suas múltiplas origens, que se plasmam na criação de uma cultura nacional aberta e tolerante, no lugar de sermos obrigados a escolher e valorizar uma única ancestralidade em detrimento das outras. O que nos mobiliza não é o combate à doutrina de ações afirmativas, quando entendidas como esforço para cumprir as Declarações Preambulares da Constituição, contribuindo na redução das desigualdades sociais, mas a manipulação dessa doutrina com o propósito de racializar a vida social no país. As leis que oferecem oportunidades de emprego a deficientes físicos e que concedem cotas a mulheres nos partidos políticos são invocadas como precedentes para sustentar a admissibilidade jurídica de leis raciais. Esse segundo sofisma é ainda mais grave, pois conduz à naturalização das raças. Afinal, todos sabemos quem são as mulheres e os deficientes físicos, mas a definição e delimitação de grupos raciais pelo Estado é um empreendimento político que tem como ponto de partida a negação daquilo que nos explicam os cientistas. Raças humanas não existem. (Carta dos 113 intelectuais contra a Racialização do Brasil, 2009. p. 03)

O alvoroço que a implantação das cotas raciais causou no Brasil foi muito setorial; Os debates não se intensificaram. Foi nesse clima que o Supremo Tribunal Federal (STF)

recebeu um manifesto a favor das cotas para negros ingressarem no ensino superior. Mais de 700 pessoas, das mais variadas classes sociais assinaram tal documento. Na realidade tratou-se de uma reação a “Carta dos 113 intelectuais contra a Racialização do Brasil”. Essa reação tem como base primeira de aceitabilidade, os 69 caso de Instituições brasileiras, que nos últimos cinco anos, já implementaram o sistema de cotas para negros ingressarem no ensino superior.

Para os ideários do manifesto, o que possibilita a formação de um quadro como esse é uma extraordinária mobilização e uma efervescência de debates ocorridos nos ambientes universitários em *todas* as regiões do país. (pg. 26). Mas, é essas generalizações (“em todas as regiões do país”) que fazem do documento algo muito parecido com defesas de política partidária. Aqui no Amapá, por exemplo, não se teve notícias desses debates. Pelo menos de forma que o povo fosse envolvido, por aqui não houve. Ou seja, não se teve uma apreensão da realidade. As coisas foram absolutizadas e as etapas para se chegar a um consenso de sociabilidade de informações foram internalizadas por apenas uma parcela dos interessados.

Tivemos, de um lado, os críticos desta medida, alegando que a desigualdade e a discriminação racial devem ser corrigidas com políticas públicas mais consistentes, que visem propiciar o acesso de grupos sociais desfavorecidos às mais diferentes oportunidades; e, de outro, os defensores do sistema de cotas, que não vêem nisso qualquer forma de privilégio, mas um tipo de ação afirmativa que visa diminuir as desigualdades e restituir direitos negados, ao longo de anos, a um grupo que teve, incontestavelmente, menos oportunidades e que, portanto, se encontra em desvantagem. “A polêmica maior converge para, onde a maioria dos não adeptos ao programa argumenta que este tende a aumentar a disputa entre brancos e negros, não vê a humanidade como uma raça única, e, por isso o estatuto da igualdade racial, acaba legitimando a segregação”. (JESUS, 2008)

A meta nacional deveria ser proporcionar a todos um ensino básico de qualidade e oportunidades verdadeiras de acesso à universidade. Mas há iniciativas a serem adotadas, imediatamente, em favor de jovens de baixa renda de todas as cores que chegam aos umbrais do ensino superior, como a oferta de cursos preparatórios gratuitos e a eliminação das taxas de inscrição nos exames vestibulares das universidades públicas. Na Universidade Estadual Paulista (Unesp), o Programa de Cursinhos Pré-Vestibulares Gratuitos, destinado a alunos egressos de escolas públicas, atendeu em 2007 a 3.714 jovens, dos quais 1.050 foram aprovados em concursos vestibulares, sendo 707 em universidades públicas. Medidas como essa, que não distinguem os indivíduos segundo critérios raciais abomináveis, têm endereço social certo e contribuem efetivamente para a amenização das desigualdades. Mas a violência não se circunscreve à esfera intelectual. As leis de cotas raciais são veículos de uma engenharia política de fabricação ou recriação de raças. Se, individualmente, elas produzem injustiças singulares, socialmente têm o

poder de gerar “raças oficiais”, por meio da divisão dos jovens estudantes em duas raças polares. Como, no Brasil, não sabemos quem exatamente é “negro” e quem é “não-negro”, comissões de certificação racial estabelecidas pelas universidades se encarregam de traçar uma fronteira. A linha divisória só se consolida pela validação oficial da autodeclaração dos candidatos, num processo sinistro em que comissões universitárias investigam e deliberam sobre a “raça verdadeira” dos jovens a partir de exames de imagens fotográficas ou de entrevistas identitárias. No fim das contas, isso equivale ao cancelamento do princípio da autodeclaração e sua substituição pela atribuição oficial de identidades raciais. (Carta dos 113 intelectuais contra a Racialização do Brasil, 2009. p. 09)

Em termos filosóficos, o sujeito (o homem que conhece) e o objeto (os seres conhecidos) agem e reagem, continuamente, uma sobre os outros. A verdade, o erro, o absoluto e o relativo; nenhum destes sistemas é conclusivo. A busca da “verdade” das cotas, portanto, deveria ser a autocrítica dos negros pelos negros e não de comissões ou pretensões legais que excluem a *Paidéia* em um contexto social como o nosso. Sim, porque, se as cotas forem espreiadas aqui no Amapá como “A” solução para que os negros possam ter vulto social, a *formação do homem como homem e cidadão* [negro] pode ser construída a partir do que se apresenta e não mediante uma análise socialmente planejada. Saber é poder. O “Manifesto cotista” é uma monstruosidade e conceitual.

Ele pretende obrigar todas as pessoas a se classificarem como brancos ou afro-brasileiros nos documentos oficiais, ignorando os milhões que não se consideram nem uma coisa nem outra. A partir daí, ele introduz direitos especiais para os afro-brasileiros na saúde, na educação, no mercado de trabalho, na justiça e em outros setores. Os direitos que o nosso estudo pretende conscientizar, não são apenas os direitos humanos, individuais e coletivos tradicionalmente reconhecidos em nossa tradição constitucional. Outrossim a avaliação do ser pelo ser e não por delegações.

Para Schwrtzman (2007), o que as cotas têm principalmente em vista é um novo direito a reparações, e que deverão ser pagas por outra categoria social – os brancos, inclusive os pobres e os filhos de imigrantes recentes, considerados coletivamente culpados e de antemão condenados pelas discriminações de hoje e de ontem. Abole o princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei e cria uma nova categoria de cidadãos, os afro-brasileiros, definidos de forma vaga e arbitrária como “as pessoas que se classificam como tais e/ou como negros, pretos, pardos ou definição análoga”, presumivelmente relegando os demais, de forma implícita, a uma categoria de branco-brasileiros. Estamos diante de um fato social que teve como característica dominante a generalidade. Algo que passou a existir, independente de nossa consciência individual e que tem demonstrado uma

ação coercitiva nas pessoas do Brasil. Referimo-nos a essa lógica de pensamento onde os sentimentos se generalizam sem o pensar e o sentir.

As cotas raciais para negros ingressarem no ensino superior têm uma objetividade implícita: desconstruir 500 anos de mentalidade racista com uma Ação Afirmativa. Mas dentro das ciências humanas, para se construir uma objetividade plausível com o meio social a que se destinam, todas as ações (políticas ou sociais) precisam agrupar fatos que serão as bases dos prognósticos. O fato de o Manifesto em Defesa da Justiça e Constitucionalidade das Cotas Raciais ser postado como um manifesto pacífico (pg. 29), não anula o fato de que, “guardadas as proporções”, estamos em guerra racial por afirmação e legitimação de direitos. E mesmo se juntarmos os dois movimentos de abertura do ensino superior para brancos de baixa renda e para os não-brancos, (as cotas nas universidades e o Pro - Uni), o prognóstico de que, em cinco anos sermos capazes de colocar quase meio milhão de estudantes negros no mercado de trabalho brasileiro parece bem mais, uma esperança social do que a provável realidade.

Será mesmo possível ainda existir gente acreditando que, para diminuir a desigualdade, tenhamos que criar a “raça”? A Racialização da sociedade já se mostrou inócua no sentido de produzir a igualdade. A cor da pele não deveria ser usada como inconstitucional. Políticas que obrigam os indivíduos a se identificarem racialmente têm o efeito de perpetuar o critério de “raça” na vida pública. Hoje parece haver no Brasil um desacordo com as mais recentes lutas anti-racistas. Barack Obama empolga as novas gerações falando para a comunidade das nações e não para “a comunidade”, repetindo a emoção de Martin Luther King e citando o próprio King em seu discurso da vitória, naquela Chicago que certamente ainda não se livrou da divisão racial que separou bairros, casas, ruas e vidas. O presidente americano não quer separar os norte-americanos para lutar contra a pobreza e a desigualdade; quer políticas preferenciais para os pobres. É justamente nesse momento que o mundo se mostra perplexo e desconfiado sobre a propriedade de leis racializadas que o Brasil começa a adotar. Nos Estados Unidos da América, nação dilacerada pelo ódio racial e pela segregação, as políticas com base na “raça” estão sendo abolidas porque têm o efeito de perpetuar a “raça” na vida pública. Porém, aqui no Brasil, alheios ao debate internacional, há quem queira ainda transformar o País em uma nação dividida, por força da lei, em brancos e negros, criando as “raças”. (MAGGIE, 2008 pg. 908-909).

Para se tratar, coerentemente, da acessibilidade de negros ao ensino superior é preciso um processo de distanciamento do emocional. Afinal, uma Ação Afirmativa do porte das leis de cotas raciais não deveria ser vista como vingança, mas sim como uma oportunidade de homogeneização social. Não no sentido de que todos somos iguais, já discutimos anteriormente isso, mas no sentido de que o que se tem de legislação no Brasil valerá para todos indistintamente de cor. Se as leis constitucionais fossem aplicadas como expostas no papel, “toda criança estaria na escola”, e não só por está ou por ali está enquanto



os pais vão trabalhar ou para não se desligar do programa da bolsa escola. Mas para interagir socializar, viver... Educar-se a si.

Para Maestri (2007), também, a proposta de cotas significa Racialização, e objetiva por fim ao princípio de cidadania unitária, em favor da organização da sociedade em comunidades de ascendência africana, nativa, italiana, japonesa, etc. Vivendo no mesmo território, supostamente separadas por valores distintos, negociando direitos e privilégios através de direções étnicas. Idéia que se contrapõe às divisões sociais e à riquíssima interpenetração étnica brasileira. As propostas de cotas e de Racialização do país, defendida, implementada e financiada pelas, sempre, mais do que suspeitas grandes corporações e organismos internacionais, como a Fundação Ford e o Banco Mundial, dividem e enfraquecem a classe trabalhadora brasileira, formada por negros, pardos e brancos pobres.

O Racismo contrasta com Igualdade Racial e o Manifesto em Defesa da Justiça e Constitucionalidade das Cotas Raciais, confunde-se entre uma série de “boas intenções” e o que realmente contribuiria para a inserção dos negros no mundo dos brancos, não como esbranquiçados, mas como autênticos diferentes e conscientes. Bittar e Almeida (2009) escrevem que a questão da “igualdade de direito” consiste num ponto polêmico, pois alguns autores, contrários à implantação de cotas, apegam-se a esse princípio constitucional alegando que essa política fere a igualdade de direito dos cidadãos. José Goldemberg (2004), sobre isto, assim se manifestou em artigo da Folha de São Paulo:

Com as cotas no sistema educacional, especialmente de forma a assegurar aos pobres e negros condições de permanência e sucesso na escola (uma vez que o acesso está praticamente garantido), a reprovação e o abandono constituirão o verdadeiro gargalo para o ingresso na universidade, pois o percentual dos que logram concluir o ensino médio continuará a ser muito inferior ao dos brancos e orientais [...].Adotar cotas, pura e simplesmente, além da evidente dificuldade de distinguir brancos e negros num país com ampla miscigenação como o Brasil, é uma medida certa para degradar o nível das universidades públicas e que não vai resolver séculos de discriminação econômica e racial. (2004, A3).

O Manifesto aqui em debate, chama de Hipócritas (pg.31) aqueles que se pretendem ao apoio da ação de inconstitucionalidade (ADI), impetrada, no Supremo Tribunal Federal, pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEM) e pelo partido dos Democratas, no dia 28 de abril de 2008. Por ser uma ação que tem como bases o princípio de igualdade, os “pró-cotas”, vêm no documento que ficou conhecido como “113 Cidadãos Anti-Racistas Contra as Cotas Raciais”, mais uma falácia histórica, que tem por verdadeiro objetivo, “escamotear o duro trabalho e as lutas do Movimento Negro” (pg. 33); e, por, destes 113, apenas um ser negro, na verdade a ação não representaria os negros,

outrossim, os interesses dos brancos. Seria, portanto uma contraposição a objetividade do que se propõe; visto que legitimaria o que condena.

O problema é que *essa faca tem dois gumes*. A realidade sócio-histórica do Brasil, no que se refere ao reconhecimento do papel do negro na sociedade, apreendeu uma idéia vaga do que venha a ser a realidade ou a síntese de todas essas discussões. Não se concebeu ainda, por exemplo, que o homem se fez homem pelo exercício do pensamento.

Não se teve plenárias sobre cotas no Amapá. Não há também uma percepção da caoticidade em que essa realidade se apresenta. Em um procedimento racional nem era para haver, deliberados contrários e deliberados favoráveis as cotas; e sem ser muito utópico, esses dois grupos deveriam deter-se em um empenho para, a partir dessa grande dúvida, (o que fazer?), almejar um objetivo que esclarecesse o que foi proposto: As cotas. É preciso observar a necessidade não dos negros e nem dos brancos, mas a necessidade do real (fruto das expectativas de ambas as partes). O compromisso maior ai, não seria o de “quem estar com a razão”, mas sim de que a soma dessas ações gestasse uma política pública diagnóstica que, claro, não alcançaria um resultado global, mas concretizaria um ponto de reflexão onde a postura étnica de cada cidadão seria um confronto ideal entre o que é e o que é possível.

### 2.3 – A Presença Negra no Amapá.

O último tópico desse segundo capítulo é uma paráfrase de um documento amapaense intitulado “A presença negra no Amapá do século XX” (s/d). O motivo da paráfrase deve-se ao fato de ser necessário ter tal documento como base para o desenrolar do tópico, que começam por expor a idéia de que o negro amapaense não é diverso do negro brasileiro em termos de descasos sociais e demais sofrimentos inerentes ao fato de serem negros. Neste nosso contexto, há uma séria relação de poder, que também não é muito diferente das demais regiões do Brasil onde se fez presente a subjugação do “preto pelo branco”. Aqui essas relações são elitistas e o que se lê, não é o que se vê. Por muitas vezes o Estado não se faz presente administrativamente e outro tipo de presença administrativa se manifesta.

O início do que esse tópico pretende tratar remonta a uma história da Amapá desconhecida até por muitos amapaenses, ela não começa com o território; segundo Picanço (1981), nos idos de 1499, sobre as ordens dos reis da Espanha, Isabel de Castela e Felipe de Aragão, Américo Vesúcio, percorreu terras amapaenses e ainda, segundo o mesmo autor, a 30 de janeiro de 1500, outro navegador europeu a serviço dos mesmos reis católicos da

Espanha, Vicente Pinzon, percorre o rio Oiapoque; que alias, até hoje, ainda é conhecido pelo nome do referido navegador.

Assim sendo, o Brasil das outras regiões precisa saber que o nosso país foi descoberto pelo Amapá. Isso pode não ser motivo de orgulho, mas pode corrigir mais uma das tantas inverdades historiográficas que “insistimos” em perpetuar. Não é nosso objetivo fugir do tema proposto, mas uma informação desse porte requer uma comprovação. O autor acima citado afirma em sua obra que tanto Pinzon quanto Vespúcio, documentaram suas rotas navegatórias e esses documentos estão na Biblioteca Pública de Nova York. A carta de Pinzon foi endereçada a Lorenzo di Píer Francesco de Médici, amigo e patrão do navegador e cujo estrato do teor, descrevendo a viagem ao novo mundo, diz:

Por encargo do Rei, partiu de Cádiz em 18 de maio de 1499, com duas caravelas para ir realizar descobertas do lado do ocidente, pelo que se dirigiu as canárias onde fez provisão do necessário para a viagem. Partindo da Ilha Gomera rumo a sudoeste, ao cabo de 28 dias de navegação avistaram terras que estavam distantes de Cádiz 1300 léguas... Conseguiram beber água doce a 25 léguas da terra, fenômeno por eles nunca visto. Fizeram-se de vela para o sul. Deparou-lhes a foz de dois grandes rios. Um vinha do oeste e corria para leste e tinha a largura de quatro léguas; o outro corria do sul para o norte com três léguas de foz. Eram esses dois rios que dulcificavam o mar. Era o estuário do amazonas a sudoeste da ilha de caviana, fazendo alusão ao ramo principal da esquerda e ao outro grande estuário que se dirige de sul a norte e que fica à direita da ilha dos porcos. (PICANÇO, 1981 p. 21)

Como e de conhecimento de muitos, foi um ano depois que esse lado do atlântico ficou mais, concretamente conhecido pelo “mundo”. Pedro Álvares Cabral, oficializou os descobrimentos de Pinzon e Vespúcio. Em 1637, vigorava na Europa a União Ibérica e o rei da Espanha, Felipe IV, governava Portugal. Foi por determinação deste monarca que foi criada A Capitania do Cabo Norte. Era a época das concessões territoriais onde os dois países mais poderosos da Europa, à época (Portugal e Espanha), buscavam a supremacia do mercantilismo e concediam terras em uma espécie de povoação colonial, com o objetivo primeiro de garantir a posse dos territórios conquistados.

Mas os demais países da Europa não aceitavam essa situação e em decorrência disso, não era raro as “invasões” estrangeiras em todo litoral do Brasil. Visto que as concessões não obtiveram os almejos pretendidos, resolveu-se povoar e fundar uma cidade na capitania do cabo norte. Mas, antes da fundação da cidade, o rei de Portugal (D. João V), fundou a província dos Tucuju (nome dado aos primeiros nativos encontrados pelos europeus aqui no Amapá) essa província compreendia os primórdios do que é hoje Macapá, Mazagão e Amapá. A Vila de São José de Macapá, fundada em 4 de fevereiro de 1758 e somente um

século depois recebe foros de cidade. E é a partir deste período que este canto da parte mais verde do mundo começa a receber “ares mais escuros”, em larga escala.

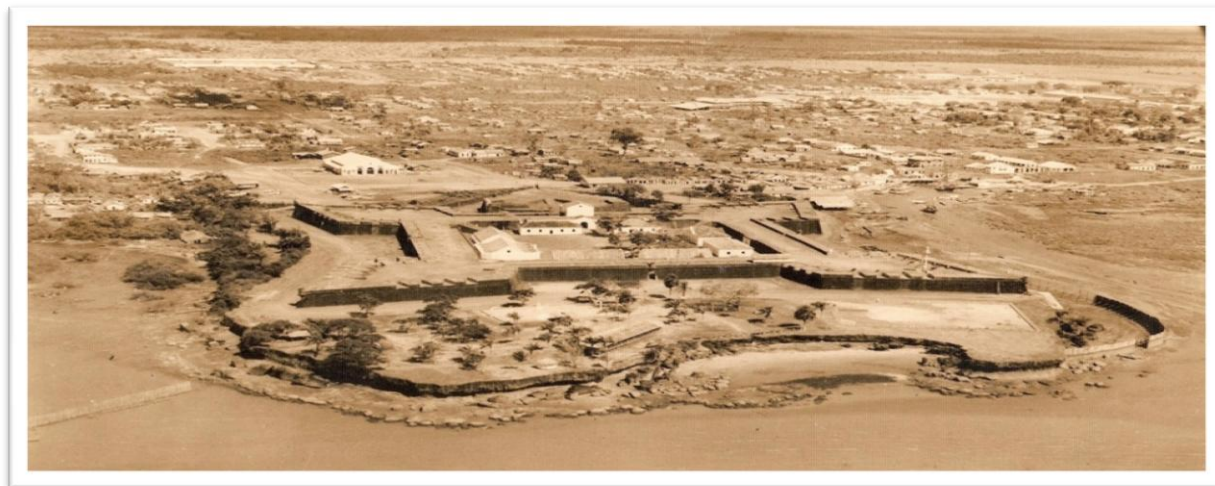
É nos idos setecentistas que os Tucuju percebem dois grandes vultos desenvolvimentistas para a colonização/dominação da antiga província do cabo norte: A construção da Fortaleza de São José de Macapá e a Vinda dos Marroquinos para habitarem/povoarem essas terras. Tanto para a construção da cidade para abrigar “os visitantes”, mas, principalmente para a construção do forte protetor da foz do Amazonas, era preciso muita mão – de – obra. Negros traficados e índios capturados foi a solução encontrada. A origem da presença do negro no Amapá, então, se deve a necessidade de “peças de trabalho braçal” e durante todo o período colonial foi um bem semovente. Tanto que dois séculos depois, 1943, ano em que é finda a província do Grão-Pará e é criado o Território Federal do Amapá, composto por apenas cinco municípios: Oiapoque, Calçoene, Amapá, Macapá e Mazagão. E os negros, como nos demais recônditos do Brasil, continuaram sem relevância social.



1943: O Território Federal do Amapá, composto por apenas cinco municípios.  
Fonte, Biblioteca Virtual Negritude Amapá.  
SEEDE/CEESP/NEER.

Como os negros foram uns dos primeiros moradores estrangeiros do nosso torrão, eles fixaram residências próximas da orla da cidade, visto que a cidade cresceu no entorno da fortaleza, (ver fotografia abaixo) localizada na foz do rio Amazonas.

Quando da chegada da classe administrativa colonial, não lhes pareceu de bom tom aquela “mancha marrom” que lhes era muito próxima. Então os negros foram “convidados a se retirar”, e “Fazer suas moradas lá pras bandas do laguinho”.



Macapá, 1950, a formação da Cidade se deu em torno da Fortaleza de São José de Macapá.  
Fonte: SEEDE/CEESP/NEER

No documento, “A presença... (s/d), há um relato interessante sobre este contexto. Há uma menção ao papel da igreja nesse processo de contribuição para a ninguiceira do negro amapaense. Segundo o documento, os negros dançavam lundum; uma dança insinuante com requebros sensuais, o que para a igreja era, extremamente indecente, e diabólica. Em trecho de carta escrita pelo Padre Júlio Maria Lombard, datada do ano de 1898, ele afirma:

Até que afinal desapareceu o infernal folguedo, a dança diabola do Mar-Abaixo; será uma felicidade salutar aos órgãos acústicos, se ta troamento não soar mais, senão nas profundezas da terra, nos subterrâneos, onde moram monstros, capazes de suporta tamanho ribombo de extravagante música para maneiio tão imoral (...) que os Paes de família, não devem consentir as suas filhas e esposas freqüentarem tão inconveniente e assustado espetáculo dessa dança, oriunda dos cafres, aconselhamos, para darmos belo, edificante e moralizador exemplo de civilização. (LOMBARDE, 1898 p. 04)

A região vivia o “janarismo” que com a intolerância da Igreja Católica pôde convencer os moradores a se retirarem de onde é hoje o centro da capital do Amapá. Borralho (2009) escreveu sobre “Uma África Perto de Casa: A Presença Negra no Amapá”; para ela, a presença dos primeiros negros em Macapá data do século XVII. Estes foram trazidos por ingleses, holandeses e irlandeses. No entanto, a versão mais divulgada é a que faz referência ao século XVIII, quando o Governador do Grão- Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado em 1751, ‘estudou a situação geográfica e fotográfica da povoação de Macapá e escreveu ao D. José I relatando sobre a necessidade de fortificar Macapá. Portanto, o pensamento da autora coaduna com o que entendemos: a presença negra no Amapá, também

está vinculada ao projeto de ocupação da região e da construção de fortificações implicadas ao domínio europeu nas terras do cabo norte.

Com tal intuito é enviado pelo Governador do Grão- Pará e Maranhão (José de Abreu Castelo Branco) um destacamento militar, é fundada a Vila de São José de Macapá e, em 1751, Mendonça Furtado para dar continuidade ao processo de ocupação da vila manda buscar soldados e casais de colonos das ilhas de Açores (arquipélagos amazônicos, do outro lado do rio). Posteriormente, vamos constatar a larga utilização da mão-de-obra escrava na construção da Fortaleza de São José de Macapá, obra iniciada durante o governo de Dom José I (1750-1777), cujo primeiro ministro, o Marquês de Pombal, autorizou sua edificação.

Na concepção do ministro, além de ocupar, era necessário promover a segurança militar da Amazônia, uma vez que a fronteira com a Guiana deixava o lugar a mercê das invasões dos vizinhos franceses e de outros estrangeiros. O que justifica a estratégia portuguesa ao permitir o início das obras que ocorreu durante a administração do então governador do Estado do Grão- Pará e Maranhão, Ataíde Teive em 29 de Janeiro de 1764. Conclui a autora.

Eram basicamente dois os centros urbanos do Amapá, nos anos do referido contexto: Macapá e Mazagão; este último, composto populacionalmente falando, pelos negros “da cidade que atravessou o atlântico”, epopéia muito bem descrita por Vidal (2008). Esses negros, como já dissemos, no início deste tópico, não tiveram “lugar de destaque” dentro da conjuntura social que se configurava. Mas, hoje, não há como negar a contribuição desse povo para nossa estruturação social. Foi assim no Brasil. Foi assim no Amapá. SILVA (2002) diz que a maioria da população macapaense na década de 1940 era composta basicamente de negros e mulatos. A vida dos primeiros negros do Amapá resumia-se a sobrevivência, fosse por força da escravidão, da urbanização ou da ocupação. Aqueles que foram remanejados do centro da cidade, por exemplo, “em nome da urbanização de Macapá” viviam do extrativismo (vegetal e animal).

Um aspecto da presença negra no Amapá, parece já ter ficado bem claro; ela ocorre a partir da necessidade de se povoar o norte do Brasil e garantir a hegemonia portuguesa onde é hoje o “rico torrão do Amapá”. Hoje nosso Estado tem dezesseis municípios, sem dúvidas se comparado aos grandes outros da federação, é um estado pequeno, mas há uma peculiaridade entre estes dezesseis municípios amapaenses: A presença negra se espalhou por todos eles, desde a fundação de cada um: Oiapoque, Calçoene, Amapá, Cutias, Laranjal do Jarí, Porto Grande, Pracuúba, Tartarugalzinho, Santana, Mazagão, Itaubal, Serra do Navio (o mais infra-estruturando deles devido sua origem estar ligada a extração do

Manganês pela ICOMI – Indústria de Comércio e Minérios), Vitória do Jarí, Ferreira Gomes (que tem origem diretamente ligada ao movimento da Cabanagem ocorrido com sua maior expressividade no, hoje, nosso vizinho estado do Pará.

O município surgiu em decorrência do fato de os “esconderijos” dos cabanos refugiados se localizarem, a época, naquele espaço territorial). Amaparí e Macapá, que é a capital do Estado e recebe o sugestivo *nome popular* de “capital morena” e ainda assim:

Em Macapá, apesar de se ter um número expressivo de negros, senão descendentes, a História não se distancia muito do restante do país. A imagem do negro é sempre representada nos livros didáticos e paradidáticos com a imagem do negro açoitado nu, ou como a Tia Anastácia de Monteiro Lobato, que é boa, inculta e serve mais para cozinhar. Isso tudo, tem refletido nos alunos afro-descendentes que, ao freqüentarem o ambiente escolar, quase sempre se sentem alijados, acabando por abandonar os estudos, antes mesmo de concluir o ensino médio. São poucos os que se determinam a enfrentar todas as dificuldades, sejam de origem financeira e/ou preconceituosa, para atingirem seus objetivos. A escola transforma executores de negros em heróis nacionais, em pessoas homenageadas por tais atitudes. Criam, no entanto, verdades que sob a ótica crítica poderiam ser estabelecidas como fortes mentiras, verdades estas, cuja versão afro- descendentes jamais, fora ouvida. Face ao exposto, cria-se um silêncio que só confirma as generalizações, omitem qualquer possibilidade de crítica, construindo sobre o negro uma identidade deprimente. (BORRALHO, 2009 p. 05)

O fator cultural é outra grande marca da presença negra no Amapá. Por aqui, a nossa maior manifestação cultural com viés, genuinamente negro é o Marabaixo; mas isso já foi tratado parágrafos acima e o que nos parece mais salutar nesse momento é um entendimento do fato de ser este o contexto dos dezesseis municípios e as expressões culturais negras, não são respeitadas por uma boa parte da comunidade amapaense, tornando as relações étnicas camufladas e negativas para a comunidade negra.

Isto é: antes mesmo de se falar em cotas raciais para negros no Amapá, era preciso buscar entender, através de estudos como este, por que somos uma “capital morena”, com o negro presente em todas as camadas sociais de nosso Estado, e precisamos de uma Ação Afirmativa para que isso se perceba? O negro é mais que isso e por tudo que fez no e pelo Amapá precisa de uma política pública que reconheça isso de uma forma que vá além da financeira ou da eleitoreira. Para que hoje, por exemplo, possamos nem generalizar e nem departamentalizar as questões inerentes a inclusão e o reconhecimento da importância do negro para o nosso contexto social.

Uma destas questões inerentes a inclusão e o reconhecimento referido acima é, sem dúvidas, as que dizem respeito às terras quilombolas. Depois do “fim da escravidão”, muitos negros amapaenses seguiram o exemplo do restante deles espalhados pelo Brasil; sem

emprego, casa, escola e terra, lançaram-se ao embate da vida, que aqui nas terras tucuju, significou basicamente uma palavra: Desbravamento.

Foram os negros que começaram a, efetivamente, “lotear” geograficamente o Amapá, nas regiões que são hoje os seus dezesseis municípios. O problema é que essas terras nunca foram legalizadas no nome dos remanescentes de nossos primeiros desbravadores e quando começaram a surgir por aqui aqueles que colocam a inteligência a serviço da ganância, houve conflitos. Mas o ponto positivo é que o bom senso tem superado a negatividade desses imbróglis e muitos redutos negros já são protegidos por lei como terras de quilombos. O exemplo maior aqui é o quilombo do Curiaú.

No Amapá existem mais ou menos 37 áreas quilombolas; três são tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que são: Quilombo do Curiaú, Mel da Pedreira e Conceição do Macacoari. E, as comunidades que não estão em processo de titulação estão se articulando para que isso aconteça [como podemos verificar no quadro abaixo]. Em todas estas áreas desenvolve-se a agricultura de subsistência, ou seja, as pessoas cultivam mandioca, milho, feijão e banana, produtos necessários ao seu sustento. Existem algumas comunidades que produzem além da cultura de subsistência. A colônia do Matapí vende seus produtos na capital do Estado, mais precisamente a farinha de mandioca, batata-doce, feijão de corda e arroz. A pecuária é muito presente na economia das áreas quilombolas com a criação de gado bubalino e bovino; existindo também a criação de caprino e suíno. (SEED/CEESP/NEEER. Biblioteca Virtual Negritude Amapá. 2008)

<b>Nº. do Processo</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>
54340.000347/04-43	Carvão	Mazagão
54340.000348/04-98	Lagoa dos Índios	Macapá
54340.000349/04-32	Mazagão Velho	Mazagão
54340.000700/04-95	Rosa	Macapá
54340.001106/05-01	São José do Mata Fome	Macapá
54340.001367/05-12	Ilha Redonda	Macapá
54340.001368/05-67	Ambé	Macapá
54340.000174/06-25	São Pedro dos Bois	Macapá

Fonte: INCRA

Comunidades quilombolas do Amapá em processo de titulação.

A presença do negro no Amapá também tem o viés da saudade. Muitos foram os nomes das grandes personalidades negras nesta parte do Brasil, mas é só agora, com trabalhos como este nosso estudo, que o reconhecimento tem chegado até seus descendentes, pois a eles mesmos é humanamente impossível, visto que só lhes cabe o que já é rotineiro no mundo:



Homenagear alguém postumamente. Listo aqui nossos vultos sociais (Todas as fontes da lista de personalidades aparecerem neste estudo, literalmente, como estão listadas no documento “A presença Negra no Amapá do Século XX”, constante em: SEED/CEESP/NEEER. Biblioteca Virtual Negritude Amapá. 2008) que hoje estão deixando de ser vistos como “macumbeiros”, “macacos” e “carvão” para serem vistos como pessoas, como cidadãos, como negros (as).



**1 - Gertrudes da Silva Gaia:** Pioneira no Marabaixo da Favela, pois quando as famílias foram remanejadas do largo de São João (hoje Praça do Barão do Rio Branco) para o laguinho (área de ressaca cercada por uma palmeira muito típica aqui da região, o buritizeiro).

Dona Gertrudes não aceitou e preferiu morar na Favela; por ter uma filha grávida e doente fez uma promessa a Santíssima Trindade dos inocentes que se a cura-se, iria referenciá-la com o Marabaixo.

Graça alcançada, promessa cumprida e, em meados da década de 1950 o Marabaixo passou a ser dançado na Favela (hoje, bairro de Santa Rita). Mulher forte, corajosa e uma liderança muito grande na comunidade negra.

Dançava, tocava caixa de Marabaixo e cantava os improvisos do “ladrão” (O ladrão do Marabaixo é o canto improvisado e rimado composto pelo cantador, geralmente relacionado ao seu cotidiano. Também chamado dessa forma devido outro cantador se aproximar e “roubar” a vez de cantar seus improvisos).

Graças a ela o Marabaixo difundiu-se para outros cantos de Macapá.

2 -



Mestre Julião, despontou como líder na comunidade negra do Amapá, após a criação do Território Federal do Amapá; à época tinha 54 anos de idade. Os entendimentos com o primeiro Governador do Amapá Janary Nunes, na transferência das famílias negras do largo de São João para o “Laguinho” foram feitos por ele. Foi servidor público municipal, encarregado de zelar pelo Campo de aviação. Formou com Raimundo Ladislau a dupla de maior expressão no Marabaixo do “laguinho”, tendo Ladislau e o irmão Bruno como compositor e Julião como cantador.

3 -



Tia “veca”; Mulher negra forte, de fibra, resistência incomum. Sabia conquistar e preservar uma amizade. Na época do Marabaixo saia com “pires na mão” solicitando a colaboração dos servidores públicos nas repartições governamentais para comprar fogos, bebidas, carne, verduras para a realização do Marabaixo. De uma voz sem igual, tinha o dom do improvisado das almas dos “ladrões de Marabaixo”. Com todo o seu carisma e simplicidade; Venina foi uma mestra para o enriquecimento da Cultura do Estado do Amapá participando, ativamente do Marabaixo, batuque e do carnaval pela sua Escola Samba do coração (Boêmios do Laguinho) na ala das Baianas.

4 -



Mãe Luzia; Nascida em 1854, trabalhava em lavagem de roupa e aprendera fazer parto (“pegar as crianças”) com a mãe dela. Essa atividade passou ser muito importante na cidade (devido a quantidade de médicos ser insuficiente para o número da população e a “crendice popular” de que “parto é com parteira”, aliás, ainda hoje muito presente no interior do Estado), tendo ajudado a nascer centenas de crianças. Ganhou o título de ‘Mãe Luzia’, dado pelo Prefeito Coronel Coriolano Jucá por ter sido parteira dos filhos dele. No ano de 1895 o referido prefeito contratou-a passando a remunerá-la por cada parto que fazia. Além de preservar a vida natural, também preservava a vida cultural. Ao lado de sua casa existia um barracão, onde Mestre Julião Ramos se reunia com os batuqueiros do Marabaixo.

#### *5 - Antônio Figueiredo da Silva:*

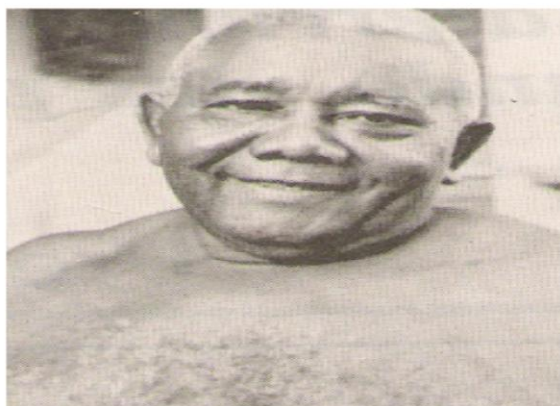
Foi Professor e desempenhou as suas funções no ensino público do Amapá, mais precisamente na zona rural do Município de Macapá, onde dedicou trinta e um anos de sua vida atendendo de forma direta as, hoje, comunidades quilombolas desta Cidade. Por ser nativo das áreas ribeirinhas sabia o quanto era importante a educação escolar para essas

regiões. Foi ferrenho e determinado na sua concepção educacional; por onde passou fez amizades, com seu jeito simples de tratar as pessoas, deixando uma enorme lacuna na educação rural do nosso Estado.



**Antônio Figueiredo da Silva  
(1943 – 2004)**

6-



**Raimundo dos Santos  
Souza**

Raimundo dos Santos Souza, (O Sacaca) ficou conhecido nacional e internacionalmente, devido os seus profundos conhecimentos na manipulação de ervas

medicinais ajudando inúmeras famílias macapaenses a curar doenças através de suas famosas “garrafadas” (uma mistura de ervas medicinal, dentro de uma garrafa). Foi Rei Momo do Carnaval amapaense por muitos anos e hoje é homenageado emprestando seu nome para o Museu do Desenvolvimento Sustentável do Amapá.



Desenho/maquete do Centro de Pesquisas Museológicas Museu Sacaca

O Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável mostra em exposições, os trabalhos realizados pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnologia do Amapá (IEPA), que servem de base ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá PDSA.

O IEPA apresenta exposições interativas, buscando desmistificar tecnologia e ciência enquanto conhecimentos inacessíveis.

Quem visita o museu conhece os trabalhos realizados pelo instituto e tem a oportunidade de vivenciar as realidades das comunidades tradicionais da Amazônia.

Conhecendo essas culturas é possível pensar o desenvolvimento da região, respeitando a Natureza. (Descrição de abertura do site do Museu; Visitado em 03/02/10).

## 7 - “Mãe Dulce”:

Pioneira na prática Umbandista foi a primeira presidente dos Cultos afros no Amapá conglomerando o Tambor de Mina, Candomblé, Pajelança. Levada para o Maranhão

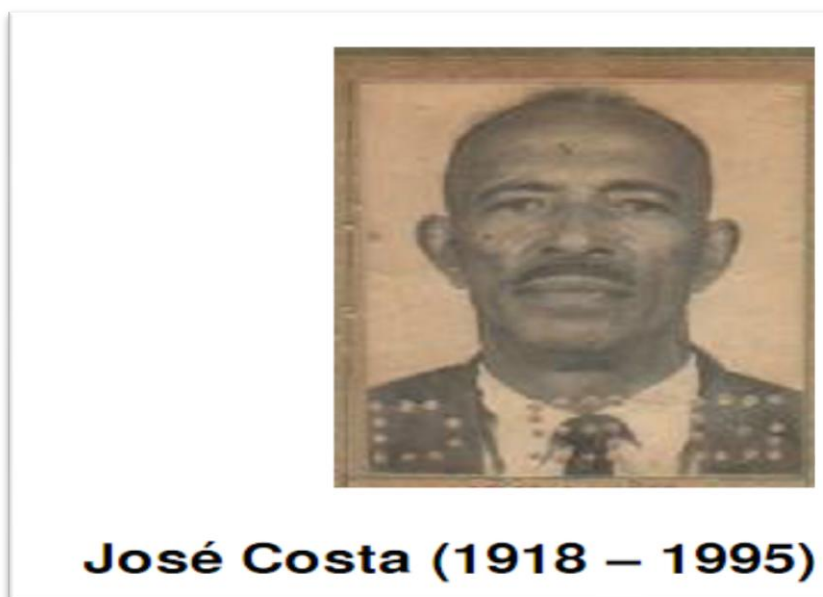
pelo Marido João Batista conhecido por “Piloto”, onde começou a desenvolver suas mediunidades.

Voltando a Macapá foi benzedeira tirando muito “quebranto” (é uma espécie de mal olhado na versão tucuju de ver e viver a vida) de crianças “verdinhas”.

Por ser umbandista, sofreu preconceito por parte da Santa Igreja Católica; a ponto de ser impedida junto com a sua família de entrar na igreja de Nossa Senhora de Fátima do bairro Santa Rita.



8-



Homem forte que durante muitos anos foi quem construiu as “caixas de Marabaixo” usadas nas manifestações culturais da Favela. Na louvação à “Santíssima Trindade dos Inocentes” batia/tocava as caixas de Marabaixo que fabricava junto com o seu irmão “Bibi Costa”; o encontro entre os dois nas rodadas marabaixescas costumavam durar até o raiar do dia sempre regado a uma boa Gengibirra. (Bebida artesanal, com acentuado teor alcoólico, feita da mistura entre a cachaça e um tubérculo comum da região norte, a Gengibre.

9 - José “Vaga-lume” dos Santos: (20/07/1922 – 02/01/1996.



Criado no Rio de Janeiro veio para Macapá para trabalhar na construção de prédios públicos. Trabalhou na obra da Escola Barão Rio Branco (primeira escola a ser construída no Amapá), hospital Geral, Colégio Amapaense, entre outros. Torcedor do Oratório (club de futebol Amapaense); seu passatempo era fotografar. Conhecido como “carioca” ou “Vaga-lume”, era sempre contagiante nas suas conversas. Devoto de São José e jogador da “carioca” (dança/luta que teria sido precursora da capoeira no Amapá); com um grupo de amigos começaram as primeiras manifestações de carnaval em Macapá. Amante do carnaval fundou a Escola de Samba Maracatu da Favela, que nunca deixou de ser a sua grande paixão.

Diante deste relato das nossas personalidades negras e da certeza de que se o mesmo fosse apresentado aquele grupo de jovens que apoiou a hipotética derrubada da Fortaleza de São José de Macapá para a construção de um Shopping Center, nenhum deles saberiam de quem estamos falando ou que importâncias tiveram para nosso Estado. Preliminarmente já podemos concluir que:

Nesse contexto, a cultura do afro descendente, perpassa de geração a geração por um anonimato nos currículos escolares, observando-se apenas, alguns enfoques

comemorativos, em vez de questionador, como é o caso da abolição da escravatura e raramente o dia da consciência negra, além disso, as disciplinas tendem a transmitir a contribuição tradicional do povo africano, como o candomblé, o ritmo, etc., o que a olhos vistos da sociedade tecnológica, não tem nenhum respaldo. Tais questões se consolidam ainda mais, em detrimento da ausência de um posicionamento crítico do professor frente a essa problemática, isto porque, os mesmos em sua formação, não recebem qualquer que seja, uma orientação nesse sentido. Desta forma, o docente assume a responsabilidade de uma sala de aula sem noções dos possíveis problemas a serem enfrentados, seja por meio de brincadeiras ou apelidos, seja pelo olhar ou pelos gestos, e até mesmo pela expectativa de rendimento do professor em relação ao aluno. A solução encontrada pelos mesmos para esses problemas emergentes partem, muitas das vezes, do bom senso, na prática diária, independentemente de qualquer base pedagógica, ou quando não, a tendência é se ignorar o assunto. (BORRALHO, 2009 p. 08)

Também podemos pensar que:

Além disso, poucos são os professores que discutem o preconceito racial didaticamente, mostrando as diferenciações de raças/etnias, sua trajetória histórica, bem como suas contribuições. Nesse tocante, a escolas tem como obrigação em transmitir e perpetuar a cultura, pois ambas estão intimamente conjugadas. Contudo para que se chegue a este propósito, torna-se necessário a (re) elaboração dos currículos, que via de regra, não expressam e nem dão sentido democrático ao pluralismo cultural. Tal ação viria a contemplar o reconhecimento da diversidade cultural inserida na escola, além de primar pela valorização e respeito à manifestação cultural do outro, ou seja, a escolas passaria a trabalhar a interação cultural sobre uma ótica das diversas manifestações culturais locais, de forma a evidenciar seus aspectos repreensivos e discriminatórios, para que haja uma transcendência do regional ao ideal de igualdade e respeito ao outro. (Idem)

O pensamento de Borralho também se reflete no fato de que a criação de ONGs e a necessidade de Políticas Públicas com caráter racial são prova inequívoca de que, assim como no restante do nosso país, a comunidade Negra do Amapá não é aceita de forma harmoniosa pela sociedade e de que, também, não há um respeito plausível aos seus valores, a sua cultura. O respeito aparente é em decorrência desse “modismo cultural” que tomou conta de nosso país, “está na moda” dizer que não somos racistas e que o Brasil é uma democracia racial. Desmitificar isso é o que tenta o Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA), Objetivando promover a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres, sem distinção de etnia, cor, idade, religião ou classe social. Defendendo sempre os direitos dos cidadãos negros. Também a União dos Negros do Amapá (UNA), onde acontece o “Encontro dos Tambores”, na semana da Consciência negra. Momento em que praticamente todas as áreas quilombolas do Estado do Amapá se reúnem durante uma semana com apresentações da cultura negra amapaense. A criação da Secretaria Extraordinária para Políticas Públicas para o Afro-descendente (SEAFRO), que tem por responsabilidade, analisar a situação peculiar de cada comunidade negra e, na medida do possível auxiliá-las nas suas necessidades. E a



criação do Núcleo de Educação Étnico-Racial da Secretaria de Estado da Educação (NEER), são buscas dessa nova compreensão; (SEED/CEESP/NEEER. Biblioteca Virtual Negritude Amapá. 2008)

E, Como dissemos, são provas de que é preciso muito ainda para se falar e harmonia entre as etnias no Amapá. Todos esses órgãos não são prova de que “as coisas estão bem”, pelo contrário, são confirmações de que o movimento negro tem se organizado sim, mas que são só os primeiros passos de uma jornada árdua e longa. Como na formação da sociedade do Brasil central, aqui nas terras do cabo norte o negro, também se fez presente na estruturação social de brasileiros aguerridos, “caboclos fortes” que vencem a sorte de serem considerados índios, no sentido pejorativo e etnocêntrico. Não culpamos quem nos vê assim, afinal:

Quem nunca viu o Amazonas, nunca irá entender a vida de um povo de alma e cor brasileiras, com conquistas, ribeiras e um ritmo novo. Não contará nossa história por não saber e por não fazer jus. Não curtirá nossas festas tucuju. Quem nunca viu o Amazonas, jamais irá compreender a crença de um povo. Sua ciência caseira, a reza das benzedeiras, o dom milagroso. E é só quem avistar o rio Amazonas e souber transbordar de tanto amor, que terá entendido o jeito de ser do povo daqui. (GOMES e MILHOMEN, 2000)

O IBGE, no dia 13/05/2008 -08h55min- divulgou o mapa de distribuição de negros no Brasil com o objetivo de “orientar os gestores públicos, na hora da formulação de políticas voltadas para a igualdade racial, a observarem em que parte de seu estado ou região está concentrada a população negra. O mapa foi montado com base no Censo de 2000, no qual a definição de cor é auto-declaratória. Nele é possível perceber que a população negra no Sudeste e Sul do país fica abaixo dos 40% - com destaque para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde ela fica abaixo dos 25%. Já nas regiões Norte e Nordeste, em praticamente todos os trechos – com exceção das áreas de reservas indígenas – as auto-declarações apontam para mais de 75% de negros. Em grandes trechos do Amazonas, do Pará, do Amapá e em pontos diversos da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins o mapa aponta que os negros são mais de 85% da população. Já em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e sul de Minas Gerais, as auto-declarações indicam que a população negra fica entre 40% e 75% do total. (Fonte: Agência Brasil (ABr). “As políticas públicas voltadas para o negro no Amapá demoraram para ser posta em prática” e reconhecer (no sentido de intervir socialmente), os dados acima. Falta reconhecimento, leitura contextualizada, falta muito mas não é por isso que a presença do negro no Amapá ficará descomtemplada de reconhecimento.

## CAPÍTULO III – MAXIMIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES: Políticas Públicas Para a Educação Inclusiva no Amapá.

### 3.1 - A Inserção de Negros no Mercado de Trabalho Amapaense: Uma Reflexão Sobre os Caminhos e Descaminhos Desta Questão.

A inserção do negro no mercado de trabalho, em todo contexto não africano (e no africano também) em que ele se fez presente, tem uma característica comum; qual seja: ela sempre foi exploratória e desigual, se relacionada aos meandros da questão social que envolvem as relações com os brancos. Traduzindo, historicamente, em quase todo complexo social em que foi preciso qualificar e valorizar as relações de trabalho envolvendo brancos e negros, estes últimos sempre ficaram em desprestígios. Preto e dinheiro parecem ser palavras rivais no Brasil e em contra partida, negro e trabalho (servil e não remunerado) parecem ser sinônimas. Ou seja, a partir de uma análise social e econômica das nossas relações de trabalho, fica evidente uma desigualdade social que além de ser desigual, o é, terrivelmente mais, para as nossas minorias em representatividade. E em uma sociedade de classes isso é muito problemático por que aqueles que não se encaixam nas diretrizes sociais das classes majoritárias, automaticamente vão ter que lutar por “um lugar ao sol”, se preciso, com seus próprios pares. É o que MARX (1897) chama de “luta de classes”, onde os produtores estão privados dos meios de produção; sendo o resultado direto dessas relações um cenário social permeado de contradições. Ricos x Pobres, Fome x Oportunidade, Dor x Saúde, Alegria x Tristeza e Dignidade x Miséria.

A propósito dessas considerações iniciais sobre o primeiro tópico do terceiro capítulo deste estudo, o Professor e Pedagogo João Paulo (2009) escreveu um texto interessante em sua dissertação de mestrado, resultante do projeto de pesquisa que ele desenvolveu e nomeou “*Perspectivas do aluno negro da escola pública sobre o mundo do trabalho*”, como construção integrante do Programa de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional (MINTEG-DR) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), inserindo-se na área de concentração o Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Regional, sob a linha de pesquisa Sociedade, Cultura. Nesse texto o professor diz que:

Marx e Engels (1932), ao analisarem as relações de produção capitalistas, destacam a ação do homem como um poder estranho que o subjuga, ao invés de ser por ele dominada. Com efeito, dentro da ótica do capital, desde o momento em que o trabalho passa ser compartimentado, cada indivíduo tem uma esfera de atividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair; possui, portanto, uma atividade

definida unilateralmente e não pode deixar de fazer se não quiser perder os seus meios de subsistência, tornado-se produto de circunstâncias do modelo econômico. As relações de trabalho institucionalizam-se, assim, a partir da comercialização da força de trabalho, apresentando-a como produto de troca, explorado diretamente pelo capitalista, estruturando os pilares das desigualdades sociais. Dessa maneira, a utilização do marxismo na demonstração das contradições do capital possibilita um suporte importante na análise das relações de trabalho no mundo contemporâneo e, de forma específica, na sociedade brasileira. (PAULO, 2009 p. 25)

Se é assim na sociedade brasileira, pensar que no Amapá isso possa ser diferente não nos parece um raciocínio lógico. Por aqui, a diferenciação sócio-econômica entre os indivíduos também é grande e as relações trabalhistas, mais principalmente, a especificidade em que elas são configuradas, demonstram que o trabalho aqui tem sido, como ao longo da história humana *um objeto de alienação*. Isto porque principalmente o negro, sofre uma relação de trabalho que lhe é, na verdade, socialmente, uma imposição. O significado da palavra relação é pejorativo neste ínterim, por percebê-la, apenas como desigual. Há uma supervalorização de interesse pessoais em detrimento do interesse do outro. Assim, as relações sócio-trabalhistas entre negros e brancos existem aqui no Amapá, mas são desiguais e favoráveis aos últimos citados. Neste âmbito de trabalhos conceitos como liberdade, identidade, cultura e educação estão tendenciados a não envolver minorias; e mesmo aqui os negros sendo maioria numérica, não são em representatividade, e o processo formativo a que se vinculam não expressa a essência devida, posto que são formados a partir de um ideal que reflete os valores sociais da classes dominante e, para esta, como já dissemos, “preto é sinônimo de serviço”, nunca de trabalho.

A educação poderia equilibrar essas forças, mas também é muito caracterizada pelo repassar de informações, longe do aspecto de ser construída. Lembremo-nos que foi só em a dois anos atrás que a nossa Secretaria de Educação (SEED), tem dedicado um setor específico (NEER) para viabilizar a educação de forma que o negro seja incluído no processo formativo de nossas sociedade; e ainda assim, isto é, diante da expressa necessidade de se repensar a educação no Estado do a Amapá segundo os pressupostos da lei 10.639/03, o núcleo não tem prédio próprio, nem data show, nem computador portátil, nem caixa de som, nem microfone, nem carro a disposição do núcleo e tem que promover palestras e seminários, exibir vídeos e se deslocar para as mais de quatrocentas escolas do Estado todo procurando promover a interação entre teoria e prática no que diz respeito a equidade social. É claro que não queremos que isso seja entendido como algo generalizado, não é isso; Mas, se a educação no Amapá, tem pecado em contextualizar o saber com a vivência da população negra que é maioria numérica por aqui, não é a toa que Paulo (2009) pensa que se “não há educação”, há o

momento em que o trabalho começa a ser repartido e cada indivíduo, devidamente de posse de habilidades técnicas para o desenvolvimento de uma atividade específica, incorpora uma *formação unilateral* na sua atividade laborativa, implicando em uma precarização nas condições sociais. Com um modelo produtivo baseado na essencialidade mercadológica, percebe-se a intensificação da exploração do sistema capitalista, principalmente quando se analisa o processo de exploração da *mais-valia*, expressa na precarização das condições de trabalho, cujo objetivo imediato é uma produção com um custo cada vez mais reduzido, o que configura não apenas a exploração do trabalhador, mas a caracterização de um sistema desumano e visivelmente segregador. Conclui o professor.

Temos políticas públicas votadas para a atenuação dessas questões e inclusive uma secretaria de estado (SETE- Secretariado Trabalho e Empreendedorismo) especialmente estruturada, conforme o que transcrevo do site da mesa: O Governador do Estado do Amapá, através da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (SETE) baseado na política de desenvolvimento econômico, tem o compromisso de apoiar os micros e pequenos empresários e trabalhadores informais, com objetivo de mudar a realidade econômica e social do Estado. Para atender essa política, foi criado pela Coordenadoria de Empreendedorismo da SETE, o Programa “Amapá Empreendedor”, com o objetivo de desenvolver, implementar e difundir mecanismos de fortalecimento para sua sobrevivência e desenvolvimento, bem como dos empregados por eles gerados. O Público Alvo são trabalhadores do Setor Informal; Cooperativas e Associações Comunitárias; Micro e Pequenas Empresas, conforme os limites de faturamento bruto anual estipulado pela Secretaria da Fazenda – SEFAZ. A Idade mínima para se cadastrar no programa e de 18 (dezoito) anos mediante uma avaliação psicossocial para identificação do perfil empreendedor e também estar livre de restrições cadastrais junto à rede bancária, SERASA e SPC; é 01 financiamento para cada família.

Ou seja, existe hoje no Amapá um projeto de qualificação profissional, mas em muitos aspectos, não tem ido muito, além disso, é só mais um projeto que busca beneficiar a todos os minimamente educados para tal, só que os negros parecem não estar no mesmo patamar educacional dos brancos (caso contrário, pra que cotas?) e acabam alijados de mais um processo inclusivo social. O contrário disso poderia ser mais bem concebido se o contexto social em que vivemos fosse entendido, por exemplo, segundo a análise de Ubiratan Castro de Araújo, Presidente da Fundação Cultural Palmares, historiador e professor da Universidade Federal da Bahia. Para ele:

A inserção negra no mercado de trabalho no Brasil é marcada pela vulnerabilidade que resulta da desigualdade social. Ela trabalha mais e ganha menos que a população

branca, ocupa postos de serviços mais precários e está mais exposta ao desemprego. Esta evidência emerge da consulta as estatísticas oficiais da Rede Nacional Feminista de Saúde e Reprodutivos no dossiê ASSIMETRIAS Raciais no Brasil: em 2001, a população negra ocupada ganhava 48,6% dos rendimentos aferidos pela população branca ocupada, ou seja, (em média) R\$ 260,00 contra R\$ 535,00 recebidos pela população branca. Em 2001, esse percentual era 48%, ou seja, R\$ 332, 2 contra R\$ 691,9 recebidos pela população branca. No mesmo ano, 17,3% da população negra, maior e ocupada, estava na informalidade, sem carteira assinada, em contraposição a 12,3% da população branca na mesma situação. Também no desemprego os negros são mais atingidos. Ainda em 2001, a taxa de desemprego entre negros era de 6,4% contra 5,3% de brancos na mesma situação. O resultado desse quadro é a maior incidência de pobreza e miséria entre os negros. Dentre os 10% mais pobres os negros representam 69%, enquanto os brancos participam com o percentual de 30,2%. Quando nós mudamos o foco para os 10% de maior rendimento em 2001, os negros participam deste grupo com 8,2% contra 88% de brancos. (ARAÚJO, 2004 p. 14)

Parece então, que se trata de uma questão que envolve dois paradigmas rivais, mas que precisam ser harmonizados: o das perdas acumuladas e o do que fazer para que elas não se acumulem no futuro também. Sobre isso o professor Paulo (2009) pensa que assim sendo, o Estado busca a reforma ou a recondução do capitalismo, a partir de políticas de bem-estar social, (o “welfare state tucuju”) ligadas à concessão de vantagens mínimas aos indivíduos, no sentido de oxigenar a economia, mantendo o modelo político-econômico, sem perspectiva alguma de ruptura. E concordamos com ele; visto que se generalizou por aqui uma predominância do assistencialismo social aos pobres (pretos). Ainda não entendemos que os direitos sociais só se objetivam por meio de políticas públicas que sejam idealizados com e para o público. Não vamos mudar a concepção racista do Amapá sobre os pretos, mas podemos atenuar os valores racionais que os gerem. Como as cotas estão sendo propostas, por exemplo, institucionaliza-se o medo nos brancos. Medo provoca reação e como eles estão na situação, como podemos afirmar que não reagirão.

Até a filantropia está mercantilizada no Brasil; se for lucrativo os filhos matam e vedem as próprias mães, o mundo do trabalho é a face mais cruel do capitalismo; então não é difícil perceber como um ser de cor diferente, cabelo que o vento não move e um produto comercial se viu dentro de um assim contexto sócio-estrutural. Foram 388 anos de desqualificação do trabalho no Brasil; a escravidão fez com que essa idéia de labor para sobreviver fosse encarada por nós como um prato cheio de pus, servido com lesma frita e cascas de feridas cancerígenas como decoração, ou seja, é uma idéia muito indigesta; mas este prato tinha que se comido por alguém, afinal se nem uma formiga operária trabalhar a realeza do formigueiro morre de inanição. Não importa o quanto indigesto foi aquele prato, mas nossos antepassados tiveram que comê-lo e hoje, ainda tem realezas querendo que lambêssemos os beiços. Se tudo o que não envolve mente, caneta e papel e exige força; “é

trabalho de preto”. Araújo (2004) diz que isso se tornou uma idéia no Brasil, ou mesmo uma regra social, onde todo trabalho manual é considerado desqualificado, mesmo sendo evidente a existência de negros artistas, pintores, escultores, compositores etc. Para o referido autor a evidência construída pela escravidão cristalizou-se na cultura brasileira como representação negativa do negro trabalhador, atuando ainda como fator discriminatório do negro no mercado de trabalho. O autor conclui o seu raciocínio dizendo que foi em decorrência disso que herdamos isso de ver sem espanto ou atenção, os negros com menores salários, nos piores postos de trabalho e em sua grande maioria na fila do desemprego.

Neste sentido, há a utilização, por exemplo, de pressupostos ligados à polivalência do trabalhador ou à substituição de atividades rígidas por outras de maior flexibilidade, o que vem, por sua vez, exigir a formação de um trabalhador com capacidades “intelectuais” ou meramente competências unilateralmente voltadas ao atendimento das demandas mercadológicas, capazes de subsidiar suas atividades. A concepção de qualificação como ordem técnica, acaba suplantada por outro padrão de acumulação, que adquire novas configurações no mundo produtivo, que passa a exigir o desenvolvimento da capacidade de educar-se permanentemente e das habilidades de trabalhar independentemente, de criar métodos para enfrentar situações não previstas, de contribuir originalmente para resolver problemas complexos. (PAULO, 2009 p. 33)

As ações educativas, como temos escrito desde o início deste estudo, parecem ser mesmo a melhor possibilidade de se reverter esse quadro, ou seja, é preciso desconstruir toda uma estigmatização de trabalho no Brasil; e aqui no Amapá é preciso atenuar o “paternalismo varguista” com a implementação de Políticas não para promover o governo. É preciso parar de se pensar em reeleição toda vez que se pensa em promover o povo/negro. É preciso desconstruir também este círculo vicioso de se excluir a “pobreza preta” através da rivalidade com a “riqueza branca”. Sim, tudo isso é preciso. Mas... Como? Os mais afoitos gritam logo: “cotas para postos de trabalho”, para que no futuro se pense em igualdade de acesso. As discussões sobre inclusão social do negro no mercado de trabalho no Amapá precisam ter metas sim, mas daí pensar que uma reserva diferenciada de vagas para emprego, também é necessária, parece que vai gerar mais oportunismo do que inclusão; visto que parece ter chegado um momento, como nos diz Mananga (2001) em que movimentos sociais descobriram que o único caminho para o acesso do negro à “posição superior” é através de uma política pública. Se contar apenas com a boa vontade do cidadão, nada vai acontecer.

Para muitos pró-cotistas, a Universidade é um gargalo de seleções que impede os negros de terem bons postos de trabalho. Seriam partes de um processo maior dentro das Políticas Públicas, ou seja, um movimento “enegrecer X o “embranquecer” lá da época colonial, que oportunizaria uma melhor colocação do negro no mercado de trabalho. E a

pergunta que ecoa sem poder calar é muito parecida com aquela inerente as cotas raciais para educação; qual seja: Que padrão, “racista”, vai promover a igualdade racial sendo *obrigado* a colocar uma atendente negra na recepção de seu hotel ou na gerência de sua empresa? Cotas não resolvem os problemas nem de pobres e nem de negros seja no Amapá “ou” no Brasil.

Essa idéia de *ressarcir* um problema histórico sofrido pelos negros no Brasil, de longe promove a igualdade (não étnica, mas de direitos e deveres, de cidadania), e essa é a principal reivindicação que deveria nortear qualquer política pública, igualdade. O Presidente do Movimento Negro Socialista, José Carlos Miranda (2009) diz que a situação do racismo e dos negros pobres não sofreu destaque, no que tange a mudanças, com a aplicação dessas políticas nos países mais ricos do mundo, vamos ser otimistas e dizer que vai mudar aqui por que? E a história mundial nos mostra que toda vez que os governantes tentaram diferenciar seus governados por religião ou cor da pele, o resultado foi tragédia. (Faixa de Gaza, África do Sul, EUA...). É preciso pensar Políticas Públicas para todas e não para negros, se todos tiverem acesso igual de oportunidades, as cotas deixam de fazer sentido, conclui Miranda. Já Bittar e Almeida (2008) pensam que:

A adoção do sistema de cotas consiste numa ação afirmativa de superação de desigualdades, na direção da conquista da igualdade material ou substancial que é fruto do que se pode chamar de segunda geração de direitos fundamentais, pois ela absorve e amplia o direito processual. Não basta, segundo esse novo paradigma de organização dos poderes públicos, garantir um Estado que seja cego para distinções arbitrárias. É insuficiente vedar que a lei condene o indivíduo com base no grupo em que este se insere segundo padrões naturais ou culturais. Faz-se necessário, implementar, por meio da lei e de instrumentos de políticas públicas, a igualdade de oportunidades, *ainda que seja necessário estipular benefícios compensatórios a grupos historicamente discriminados*. Este novo paradigma direciona-se a uma noção mutante e militante da igualdade, uma vez que se percebeu a ineficácia do zelo por uma igualdade meramente formal e abstrata, além de estática, que na maioria das vezes aprofunda e perpetua as desigualdades presentes na sociedade. Da ótica ultrapassada do indivíduo genérico, desprovido de cor, sexo, idade, classe social entre outros critérios, agora se busca o indivíduo específico “historicamente situado”, objetivando extinguir ou diminuir o peso das desigualdades impostas econômica e socialmente. A consagração normativa dessas políticas sociais representa, pois, um momento de ruptura na evolução do Estado moderno.

Mas, aqui pelo nosso Estado tais rupturas não têm, ainda, muita visibilidade e com ou sem cotas o Mercado de Trabalho amapaense, no que tange a empregos estáveis é ocupada por autodeclarados brancos. Somos 75% de negros em um estado com apenas dezesseis (pequenos) Municípios, e os negros, estão excluídos dos postos de trabalho que fazem referência a recepção e atendimento ao público no setor privado. Cotas mudariam isso? Duvidamos. Já comentamos que a outorga, a imposição e o “autoritarismo legal”, a nosso ver,

fomenta e não atenua o racismo e, por conseguinte a desigualdade racial. E quando se fala em cotas para reparar ou atenuar velhas mazelas sociais é preciso que tenhamos uma coisa bem clara em mente, elas “não dormem no ponto”. Enquanto estamos buscando soluções cotistas para as velhas, milhares de novas se fazem presente.

### 3.2 – A Inclusão do Negro no Contexto Educacional Amapaense e as Perspectivas de Educação aos Afro-descendentes.

A cor de pele das pessoas nunca poderiam servir de critérios para distribuição da justiça. Isso é racismo as avessas; visto que privilegiamos uns em detrimentos de outros. Mas, penso que em nosso estudo já foi discutida, fizemos referência dela aqui, ao nos encaminharmos para o último tópico deste trabalho, por que, também, nos encaminhamos para uma questão fundamental no entendimento da idéia que deu origem a esse estudo. Somos um dos países mais miscigenados do mundo. Mais de 180 milhões de pessoas diferentes entre si. Cotas separam os brasileiros por “raças”, mas isso é muito problemático em uma miscigenação. Por exemplo, uma reportagem do Jornal Nacional mostra que o cantor carnavalesco neguinho da Beija-Flor e a ginasta Daiane dos Santos são, geneticamente, brancos; O primeiro tem 67,1% de descendência européia e a segunda 37,5% de descendência africana (ver site da pesquisa nas referências deste estudo). Logo, se um dia seus descendentes quiserem fazer uso de cotas raciais não vão poder. Cotas, sem conceber o conceito de educação, gera mais exclusão. O fenótipo e o Genótipo da população do Brasil estão, portanto, imbricados de tal forma que até para se auto-declarar negro ou branco é preciso cuidado.

Aqui no Amapá, quem sabe buscando esse entendimento, a UNIFAP, criou um sistema de acesso ao ensino superior que nos parece um ponto muito positivo nos debates (ainda que incipientes) sobre o entendimento das cotas raciais; trata-se do Cursinho de Pré-Vestibular Para Negros, Participantes de Cultos Afro-descendentes e Pessoas Comprovadamente Carentes. O CPV-Negros. É um projeto de extensão da Universidade Federal do Amapá e já conta com sete anos de existência, alcançando mensuráveis resultados na inclusão de pessoas nos cursos superiores da própria universidade e faculdades do Estado. O fato de ser desenvolvido dentro da universidade por alunos dos cursos regulares e por ser eminentemente gratuito faz do CPV uma opção de preparação para o ingresso na educação superior. Por que pensamos ser esse um ponto positivo nos debates se, aparentemente, ele é segregacionista e divide brancos e negros do mesmo jeito? A questão aqui é que o CPV-



Negros, pela análise que fizemos, evidentemente; busca, antes de um preparo para o curso superior, trabalhar a consciência de pertencimento do negro a uma etnia (ou raça como querem os cotistas). Elaborado pelos professores (as) Arthur Leandro, Mariana Gonçalves, Alexsara Maciel, Márcia Jardim e Pedro Carvalho, o projeto foi apresentado como Pré-requisito no Concurso Nacional “*Cor no Ensino Superior*”, que faz parte do Programa da Cor na Educação Brasileira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A luta pelo fim do racismo e de seus efeitos nocivos sobre toda a sociedade não é uma novidade. Desde o início do século 20, as organizações do movimento negro brasileiro – como a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro e uma série de publicações que ficou conhecida como Imprensa Negra – chamavam a atenção para a necessidade de se adotarem políticas direcionadas à garantia de direitos desse segmento da população. Na segunda metade do século, o tema da educação adquiriu mais visibilidade e consolidou-se como pauta do movimento, juntamente às denúncias da existência do racismo e das desigualdades raciais. Cada vez mais, essas questões vêm orientando as ações das organizações do movimento negro perante o Estado para a implementação de políticas de combate à discriminação racial. Um fator importantíssimo para a democratização do acesso ao ensino superior foi o surgimento dos cursos pré-vestibulares comunitários direcionados a jovens negros (as) e de baixa renda, a partir da década de 1980. Esses cursos oferecem não só uma formação acadêmica ao alunado, mas também um espaço crítico de reflexão e formação política em aulas específicas, nas quais são debatidas as desigualdades sociais e suas causas. (Ibase, 2008. p. 39)

Quando falamos em conscientização negra nos pressupostos do CPV, estamos nos referindo, dentre outras coisas a integração entre os movimentos sociais amapaenses, no que se refere a busca de uma representatividade melhor e maior do negro em terra nortistas. Por exemplo, foram parceiros neste projeto duas grandes frentes do movimento negro no Amapá: *O Movimento Mocambo* (criado em 1992 a partir da necessidade de aglutinação de jovens negros estudantes da UFPA - Universidade Federal do Pará- em Belém e depois se estendeu a outros estados da região amazônica. Esse movimento tem por objetivo organizar negros e negras para a luta contra a discriminação sócio-racial incentivando-os a construção da identidade étnica da população negra e implementar programas de pesquisas, estudos e ações sócio-educativas que visem valorizar as tradições históricas da cultura e resistência a desigualdade racial sobre o povo negro da Amazônia. Aqui no Amapá o movimento chegou em 1998 e desde então vem, sistematicamente, trabalhando com a juventude negra e socialmente excluída, através de promoções culturais);

E a Federação dos Cultos Afro-Brasileiros do Amapá – FCAB – (fundada em janeiro de 2001, lida com a organização dos terreiros dos iniciados e dos sacerdotes das religiões afro-ameríndias no estado do Amapá. O papel primeiro da federação é esclarecer ao público em geral o como do funcionamento desses cultos, tentando distanciá-los da

interpretação corrente de que se trata de “coisa do diabo”) – tanto as informações sobre o “movimento mocambo” quanto sobre “a Federação dos Cultos Afro-Brasileiros do Amapá”, foram retiradas, do texto escrito que da sustentação teórica ao CPV-Negros - Outro ponto referente a conscientização, são os objetivos específicos do projeto CPV. Quais sejam; Primeiro: A qualificação de pessoas economicamente carentes. Segundo: A qualificação de negros e de participantes de culto afros. A amplitude de abrangência do projeto também tem um viés de conscientização quando ele não se restringe a um contexto social e a uma perspectiva de inclusão; São parceiras no projeto a UNIFAP-AP, a UFPA-PA, e a UEAP-AP. No Amapá, os dois maiores municípios em contingentes populacionais (Macapá e Santana) estão envolvidos e aos poucos se percebe relevâncias no que tange a identificação das pessoas com a identidade negra brasileira. Então por que na introdução desse texto foi dito que “não se tem posicionamento certo da UNIFAP, quanto as questões cotistas? É por que se sairmos nas ruas, de cada 100 pessoas, talvez uma saiba da existências de tais políticas.

Embora em contextos discriminatórios diferentes, no Brasil, a questão fundamental que se coloca é a mesma enfrentada por americanos e indianos, a de promover o ingresso dos excluídos nas universidades. Esta questão não parte do vazio, mas sim da constatação de que os negros não são representados, ou seja, não são visíveis nas universidades de boa qualidade. No caso brasileiro, a questão da inclusão do negro é muito bem ilustrada estaticamente pelas pesquisas mais recentes do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Do total dos universitários brasileiros, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes orientais. Sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros. Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros. A questão concreta que se coloca a partir desses números é: Como fazer para aumentar o contingente negro no ensino universitário, ou superior de modo geral, tirando-o da situação de 2% em que se encontra [depois de 121 anos de abolição da escravatura], em relação ao contingente branco que sozinho, representa 97% de brasileiros que, provavelmente, terão um diploma universitário? Ou seja, como melhorar a representação do negro no ensino superior, visando tanto a melhoria das oportunidades de ingresso e permanência como a diminuição das desigualdades acumuladas durante 400 anos? (PACHECO e SILVA, 2007 p. 11)

Diante destes dados, não podemos afirmar que uma Ação Afirmativa resolveria o problema (já estamos fartos de dizer isso); parece evidente que precisamos desencadear ações reflexivas do negro enquanto cidadão. Para a coordenadora do CPV-Negros, Ísis Renata (2009), é preciso que se entenda, antes de cotas, a necessidade de uma contribuição para a prática da produção intelectual nos negros e não para eles. Como vimos no primeiro capítulo, tem-se a tendência nacional de achar que o negro é inferior só por que é negro. E muito dos afro-descendentes se conformaram com isso, diante da realidade que lhe “bate a porta” e é quase tal qual a afirmação acima: “o negro é inferior porque é negro”. Voltando ao raciocínio

da acima mencionada coordenadora podemos entender que o Amapá seguiu alinha dos demais estados do Brasil e ainda hoje, principalmente no que se refere a intelectualidade formal, há por aqui, também, o que ela chama de “peculiaridade” referente à etnia do povo brasileiro; ou seja, hierarquizamos saberes, assim como hierarquizamos pessoas.

É uma maneira, quem sabe, de se perceber que as políticas de cotas raciais nada têm a ver com inclusão. Por exemplo, se uma pessoa ganha cinco mil reais por mês e for negra, seus filhos têm direito a cotas, mas se for branco e ganhar um salário mínimo por mês, não tem direito. A Idéia de ser comprovadamente carente para entrar na seleção do CPV-Negros, é justificável por ai; e tem mais uma coisa: se somos 75% da população do Amapá, a cor da pele é o de menos para o cursinho, brancos pobres também entram, afinal, os negros, por esta estatística, já são a maioria da população amapaense (ainda que não da população inclusa). Somos uma estrutura social multirracial, um estado ainda muito conservador, mas que, contraditoriamente, ao termo, parece estar perdendo a manutenção de valores inerentes a ordem social a que fomos formados.

No Amapá, persiste também esse senso comum de que o catorze de maio ainda não acabou. Parafraçando o texto escrito que embasa o CPV-Negros, Ísis Renata pensa que, por aqui, aliado ao descaso com a inclusão da população negra, somos uma população que aprendeu a achar “normal” certa “simpatia” que temos por inerências racistas. Foram, aliás, essas inerências que nortearam, por exemplo o a política de colonização da Amazônia: “*terra de povo inferior, carente de deus e de civilidade*”. Nós não nos livramos disso ainda; pelo que se percebe a “olho nu” é que a população amapaense ainda pensa carecer ser mais clareada para ter seu lugar sob o sol do equador. O Negro amapaense só não é totalmente excluído da organização social por que somos a maioria populacional, mas ainda alijamos, negligenciamos, e marginalizamos nossas população negra, conclui Isis. Por isso, com o CPV-Negros, o que se quer é representatividade coerente dos negros na sociedade e não um “apartheid” nas “*terras das bacabas*”.

Todos têm direitos iguais na República Democrática. O princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos é um fundamento essencial da República e um dos alicerces sobre o qual repousa a Constituição brasileira. Este princípio encontra-se ameaçado de extinção por diversos dispositivos dos projetos de lei de Cotas (PL 73/1999) e do Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198/2000). O PL de Cotas torna compulsória a reserva de vagas para negros e indígenas nas instituições federais de ensino superior. O chamado Estatuto da Igualdade Racial implanta uma classificação racial oficial dos cidadãos brasileiros, estabelece cotas raciais no serviço público e cria privilégios nas relações comerciais com o poder público para empresas privadas que utilizem cotas raciais na contratação de funcionários. A nação brasileira passará a definir os direitos das pessoas com base na tonalidade da sua pele, pela "raça". (FOLHA On-Line, 04/07/2006 - 04h33 p. 01)

E nessa perspectiva, é bom não esquecermos que:

A história já condenou dolorosamente estas tentativas. Os defensores desses projetos argumentam que as cotas raciais constituem política compensatória voltada para amenizar as desigualdades sociais. O argumento é conhecido: temos um passado de escravidão que levou a população de origem africana a níveis de renda e condições de vida precárias. O preconceito e a discriminação contribuem para que esta situação pouco se altere. Em decorrência disso, haveria a necessidade de políticas sociais que compensassem os que foram prejudicados no passado, ou que herdaram situações desvantajosas. Essas políticas, ainda que reconhecidamente imperfeitas, se justificariam porque viriam a corrigir um mal maior. Esta análise não é realista nem sustentável e tememos as possíveis conseqüências das cotas raciais. Transformam classificações estatísticas gerais (como as do IBGE) em identidades e direitos individuais contra o preceito da igualdade de todos perante a lei. A adoção de identidades raciais não deve ser imposta e regulada pelo Estado. Políticas dirigidas a grupos "raciais" estanques em nome da justiça social não eliminam o racismo e podem até mesmo produzir o efeito contrário, dando respaldo legal ao conceito de raça, e possibilitando o acirramento do conflito e da intolerância. A verdade amplamente reconhecida é que o principal caminho para o combate à exclusão social é a construção de serviços públicos universais de qualidade nos setores de educação, saúde e previdência, em especial a criação de empregos. Essas metas só poderão ser alcançadas pelo esforço comum de cidadãos de todos os tons de pele contra privilégios odiosos que limitam o alcance do princípio republicano da igualdade política e jurídica. (IDEM)

A Inclusão do Negro no Contexto Educacional Amapaense requer a percepção da sociedade amapaense isenta da ideologia separatista proposta pelas cotas raciais entre seus membros. A idéia de que precisamos de cotas para incluir o negro no sistema educacional perpassa por um falseamento da democracia e pela legitimidade de uma hierarquia social da qual o negro ocupa sempre os últimos degraus. Os elaboradores do projeto do CPV, escreveram no corpo do texto o seguinte: relativo à temática que é desenvolvida agora em nosso estudo; “Persistimos em uma falsa democracia onde, ao negro é dado a oportunidade de ser livre ou de ser branco”. É a igualdade de oportunidade que está faltando para todos os amapaenses e não a racialidade. Isso, a igualdade de oportunidade, precisa ser pensada como estratégia de integração e não como privilégios de um sobre o outro estrato da população. Quando o CPV usa a carência econômica (e não, especificamente, a racial) como critério de seleção de candidatos, é por perceber que negros não precisam de “ajuda”, o que precisamos é de oportunidade; para não termos que nos declarar “pardos” negando uma auto-aceitação de que somos negros a pesar da miscigenação.

No caso do Amapá a situação se agrava pelo isolamento que a população desse estado sofreu durante quase cinquenta anos de situação ditatorial. O Amapá enquanto uma unidade da federação foi criado em 1943, quando Getúlio Vargas separa uma parte do Estado do Pará para criar o Território Federal do Amapá (TFA), como parte da Política do Estado Novo para defesa das fronteiras brasileiras. O modelo de preservação territorial implantado primava pela ocupação militar da

fronteira, situação que permanece até a posse do primeiro governador civil do estado (João Alberto Capiberibe). [Mas é no contexto varguista] que a segregação racial chega ao Amapá como parte das políticas públicas implementadas por Janary Nunes (primeiro governador do TFA), que aprofundou e oficializou essa segregação promovendo aquilo que Fernando Rodrigues (1998) caracteriza como limpeza étnica da frente da cidade de Macapá. Uma cidade que na época possuía aproximadamente 1.300 habitantes, dos quais 40% eram negros e proprietários dos terrenos de onde é hoje o centro da cidade. Janary os transfere para os bairros Lagunho e Favela, ao mesmo tempo que institui a divisão racial do trabalho, onde posições de comando eram ocupadas por brancos, cargos intermediários por mestiços e aos negros foi destinado os serviços gerais, principalmente de limpeza pública. (PROJETO CPV-Negros, 2002, p.08)

O Estatuto da Igualdade Racial ainda é um mistério para a maioria dos amapaenses, e em uma pesquisa feita pelo Instituto Data Folha ficou provado que essa não é uma tendência tucuju. 64% dos entrevistados desconhecem ou estão mal informados sobre tal documento. São apenas 9% os brasileiros que conhecem bem a proposta do senador do Rio Grande do Sul (Pedro Paím) que tem como objetivo primeiro combater a discriminação racial no Brasil através da criação de cotas para negros nas universidades públicas. Na pesquisa referida acima, ficou comprovado também que não são só os amapaenses que confundem as coisas ao versarem sobre cotas.

Por exemplo, a maioria dos entrevistados disse ser a favor das cotas, mas quando perguntados sobre o fato de alguém entra na universidade tirando a vaga de quem obteve mais pontos que esse alguém, essa mesma maioria achou um absurdo. Ora, e não é exatamente isso o que as cotas fazem. Não interessa se você tirou cem pontos na prova, se nasceu com a “cor errada” para a situação, vai ficar de fora. Entra um cotista que tirou 50 pontos. São 65% favoráveis a cotas raciais e 87% que concordam com a seguinte frase; “Deveriam se criadas cotas nas universidades para pessoas pobres e de baixa renda, independentemente da raça”. 78% dizem o contrário e concordam com essa outra frase: “as vagas nas universidades devem ser ocupadas pelos melhores alunos, independente da cor raça ou condição social”. Ainda tem aqueles que concordam com a afirmação que diz: “reservar cotas para negros nas universidades pode gerar atos de racismo”, estes somam 55% dos entrevistados.

A maioria dos declarados negros no Amapá são favoráveis as cotas, mesmo não tendo dados estatísticos para comprovar essa informação, quem mora aqui percebe claramente essa vertente. Mas um “dado” especial nos chamou atenção, estes negros, favoráveis as cotas somam a maioria absoluta dos que não tem renda fixa, se houvesse uma separação entre os empregados e os trabalhadores negros informais, o numero de favoráveis a cotas dentre os primeiros mencionados seria bem “insignificante”; isso pressupõe que há uma necessidade gritante de *conceituar cotas no Amapá*, antes de mais uma universidade pública implantar o

sistema. Há, também, uma necessidade de debate junto a sociedade alvo das cotas. “Todos” os brasileiros querem o fim das desigualdades raciais. Isso é inegável, mas nós temos que admitir duas coisas na luta em direção disso; Primeiro: ainda não sabemos como fazê-lo e segundo cotas não são “a” solução e nem reparam injustiça alguma, muito pelo contrário, promovem-nas. Ou seja, é uma lei que promove injustiça quando obriga os brancos (que nada tem a ver com o que seus antepassados coloniais fizeram) a pagarem pelos erros daqueles. As injustiças sociais continuam contra os negros no Brasil. Temos leis atuais; que se punam os culpados e não a sociedade como um todo.

O professor Demétrio Magnoli (2009) fala que isso seria chegar para os brancos e dizer: vocês serão responsabilizados pelo que os senhores de engenho fizeram para aos negros e para os negros se diz vocês serão vingados pelo que os pais destes brancos lhes fizeram no passado. Imaginemos uma confusão dessas na mente de dois alunos pobres, amigos e que vivem lá no Infraero II (Bairro periférico da cidade de Macapá). O problema não é entre ricos e pobres e nem entre negros e brancos; é entre todos e acaba não sendo entre ninguém por que não há uma referencialidade educacional que atenuem os *interesses de raças* que são instituídos pelas cotas.

A invenção de raças oficiais tem tudo para semear esse perigoso tipo de racismo, como demonstram exemplos históricos e contemporâneos. E ainda bloquear o caminho para a resolução real dos problemas de desigualdades. Qual Brasil queremos? Almejamos um Brasil no qual ninguém seja discriminado, de forma positiva ou negativa, pela sua cor, seu sexo, sua vida íntima e sua religião; onde todos tenham acesso a todos os serviços públicos; que se valorize a diversidade como um processo vivaz e integrante do caminho de toda a humanidade para um futuro onde a palavra felicidade não seja um sonho. Enfim, que todos sejam valorizados pelo que são e pelo que conseguem fazer. Nosso sonho é o de Martin Luther King, que lutou para viver numa nação onde as pessoas não seriam avaliadas pela cor de sua pele, mas pela força de seu caráter. (FOLHA On-Line, 04/07/2006 - 04h33 p. 03)

A percepção de um amapaense como tal, fica comprometida com o sistema de cotas implantado na educação. Gostem uns e outros não, os habitantes das terras tucuju somos um povo miscigenado. Que a educação no Amapá é elitista, no sentido de que não é, suficientemente, inclusiva não se discute; agora, levar uma fotografia para provar que é negro e se escrever no vestibular por cor cotas, a partir desses parâmetros, não ajuda a atenuar esse elitismo. Acaba criando sim, outra elite “para fazer frente a que está aí. Isso não é um debate que nos encaminhe a democracia racial. Construir uma categoria (negros) dentro de um Estado de Índios, cafuzos e caboclos, como é o caso das Terras do Cabo Norte, perpassa pela incoerência e pela “hipocrisia educacional”. Se vamos promover as raças é melhor

institucionalizamos logo o racismo. Não se trata de uma premissa maniqueísta ou de que a inteligência só permeia um viés das questões raciais no Brasil. O lado oprimido também pensa, e é por isso que achamos melhor descamufalar o racismo a cotizá-lo em um meio termo que revela dentre outras coisas o descompromisso histórico que o Brasil tem para com os negros.

O maior extrato da classe operário-trabalhadora deste país pertence à população negra. As cotas raciais não representam os interesses dessa classe e isso afeta diretamente os anseios da comunidade por que é aí que se concentram os denominados negros seguidos de mais outro povo que recebe uma nomenclatura comum, aliás, aos desvalidos do Brasil: “pobres”, não no sentido de não ter dinheiro, mas, mais no sentido de não ter perspectivas de, honestamente, obtê-lo. É por isso que as cotas, apresentadas como solução para inclusão educacional do negro no Brasil, e vistas como sinônimos de Igualdade se dirigiram automaticamente ao negro que, no mínimo, já concluiu o segundo grau e aqui no Amapá, estes são minoria, ou seja, logo as cotas não darão acesso ao negro ao ensino superior, mas a uma parcela da população na qual eles estão inseridos, dividindo-a. A busca por liberdade, igualdade e fraternidade, no sentidos cotista dos termos, doutrinariamente, promove a imobilidade social. O que nos leva a perceber que, fundamentalmente, essa objetivada mobilidade social dos negros por meio de cotas raciais, não diminui sequer a distância entre pobres e ricos brasileiros.

A maioria absoluta do povo negro e pobre do país mais poderoso do mundo, não teve mobilidade social com as cotas e ainda que hoje o presidente norte americano seja um negro, não é um negro pobre. Essas Ações Afirmativas já foram testadas em muitos países e como já dissemos, não geraram os benefícios esperados para os negros. Por que estão sendo importadas agora para o Brasil (sem a devida discussão) com pompa e felicitações governamentais? *Cotas sociais* poderiam incluir os negros amapaenses no contexto educacional e trabalhista, se houvesse um meio de acabar com o vestibular e promover igualdade de acesso ao ensino superior para todos; mas, a partir do momento em que colocamos a “raça”, como meandro dessas “eleições”, ocorre a racialização e esta é muito perigosa para o Brasil, como já explicamos anteriormente. O termo “pardo” respondido ao recenseador do IBGE é, na verdade, a vergonha de não saber assumir o que se é.

Diferentemente da maioria das propostas a favor das "cotas", que privilegiam a dimensão compensatória desta medida no plano material, a ênfase de minha perspectiva está no potencial transformador da medida no plano simbólico, como instrumento de combate ao racismo. Isto é, ao invés de acionar as "cotas" como política de inclusão social direta, dando acesso à renda através da entrada imediata

na Universidade, o objetivo precípua da medida seria provocar uma mudança nas *atitudes* dos atores, para que se tornem mais críticos à discriminação e ao filtro da consideração. Estimulando assim maior preocupação com o respeito aos direitos de cidadania dos negros, e ampliando, indiretamente – mas de maneira mais efetiva – as oportunidades de participação do grupo na renda e na vida pública do país. A idéia seria de que o estabelecimento de um percentual mínimo de vagas para negros nas Universidades públicas faria com que a discriminação racial, e a sua inaceitabilidade numa sociedade democrática, fosse dramatizada periodicamente (quando da realização dos vestibulares), viabilizando a internalização do problema através da mobilização dos sentimentos dos atores em segmentos expressivos da sociedade e contribuindo, assim, para a re-articulação entre esfera e espaço públicos no Brasil, pelo menos no que concerne à crítica a nossas práticas cotidianas de discriminação cívica contra negros e cidadãos desprivilegiados de uma maneira geral. (OLIVEIRA, 2003 p. 25)

Para Maciel (2001), esse desprestígio está ligado, também ao nosso isolamento geográfico e cultural do restante da nação brasileira (Há quem de graças a Deus por isso), mas a professora diz que tal fato faz com que não nos conheçamos direito e em decorrência disso, não exijamos nossa cidadania, fazendo exatamente o que desejam nossos governantes: Continuemos desorganizados e absorvendo a ideologia pregada por eles. A prova disso é que só se fala em movimento negro no Amapá, quase um século depois dessas lutas terem iniciadas no Brasil. Ainda segundo o pensamento de Maciel, e como nos disse Isis algumas linhas acima, isso tem uma especificidade, por que a política janarista não era vista como preconceituosa, até por que os laços parentescos e fraternos permeavam quase toda a população local. Mas a autora chama atenção para o fato de tal política não ter previsto qualificação para os negros (educacional ou profissional); é só em 1991 que os negros do Amapá podem sonhar com o ensino superior (criação da UNIAP). Mas é nesse ano também que acontece a criação da Zona Franca de Macapá e Santana, fato este que acarreta a vinda de muito mais negros para cá em busca de melhores condições de vida.

Com esse crescimento populacional (desordenado) as perspectivas de educação mudaram e o negro que estava quase sendo visto como gente, passou a ser sinônimo de marginalidade e violência. A exclusão sócio-educacional que sofrera ao longo de sua presença no Amapá, agora é visível a olho nu, assim como a exclusão intelectual. O que temos então é uma estratificação social e uma composição estatal embasada em um processo desenfreado de imigração onde a educação passou a ser “coisa de dotôr”, diz a professora. Então, deve ser por esses fatores que estão querendo confundir inclusão social com segregação racial. Mas, o fato de esses meandros terem feito parte de nossa vida “pós-moderna”, não significa uma imediata implantação de cotas raciais sem antes ter promovido uma conscientização para conceituação do que o tema envolve. É rumo a essa conscientização que, dentre os estudos desenvolvidos



no Amapá muitos pensadores tem dirigido o foco de suas ações e pesquisas para o tema “negritude”. São exemplos disso:

Arthur Leandro, Mestre em História da Arte, que utilizou um o seu trabalho para construção de um lugar de liberdade; Mariana de Araújo Gonçalves, Mestre em História Social, que defende a utilização da memória e da história de Macapá como arma para as lutas do presente através dos desfiles das escolas de samba. Alexsara de Souza Maciel, também Mestre em História Social que reconstruiu a história da primeira entidade do movimento negro (UMA: União dos Negros do Amapá) no nosso estado; João Simões Cardoso Filho mais um Mestre em História Social que analisou a associação dos amigos de Yemanjá e o festival anual promovido pelos paraenses; Nilza Campos que trabalha com a história da comunidade negra do Curiaú, onde o Marabaixo tem destaque, também por ser objeto de estudo da teses de doutoramento em Antropologia da Região, de Socorro Oliveira e de Antropologia Cultura de José Maria da Silva. Nas questões específicas de educação [além de mim], Eugênia Foster tem trabalhado as políticas públicas do Amapá referentes ao combate ao racismo e a discriminação nas escolas. Iraci Barroso, Raimundo de Lima Brito, Márcia Jardim... (PROJETO CPV-Negros, 2002, p.11)

Enfim, há toda uma gama de estudiosos, senão daqui por natureza, mas por vínculos afetivos e trabalhistas, que estão muito interessados em fazer com que os negros do Amapá entendam que o processo de intelectualidade começa bem antes do ingresso na Universidade. O grande problema, nesse sentido, tem sido o compartilhar dessas informações, principalmente para o público alvo. O interesse dos estudiosos nos parece óbvio no que tange a essa divulgação, mas ainda é muito presente a coisa da “exclusividade”, do “meu” e de que “só eu posso falar”. Um exemplo disso (pode ser que não) talvez ocorra quando da leitura de nosso estudo; certamente vão existir aqueles que dizem ser “essas mal traçadas linhas”, plágio do trabalho de fulano ou de sicrano. Não defendemos o Plágio, muito pelo contrário, combatemo-lo, não podemos banalizar as coisas, mais não podemos negar que esse “quê” de “só meu” ainda é muito forte entre nós amapaenses. Aliás, mesmo não sendo esse o momento mais adequado, aproveitamos para deixar claro que este é um estudo destinado ao público negro do Amapá e quem dele quiser fazer uso produtivo e coerente deve sentir-se a vontade sem temer represálias.

Mas voltando a questão de que a intelectualidade começa antes do gesto (hediondo) de se raspar a cabeça, alguns gestores e educadores do Amapá, como vimos poucas linhas antes, já têm uma preocupação fixa nesse sentido. Dois exemplos merecem destaque: O primeiro (já mencionado) é o caso da escola Aracy Miranda de Mont’ Alverne, localizada na zona sul da cidade, onde aconteceu, em 2008, o I Fórum de Debates Étnico-Racial no qual foi apresentada a Proposta Curricular para atender a Lei 10.639/2003, O fórum foi encaminhado pelo professor Alci Jackson, historiador interessado nas causas étnicas

raciais, discutindo e construindo propostas curriculares para contemplar a legislação vigente. Levando essa discussão para as unidades escolares da rede pública com o intuito de aumentar os debates combativos a discriminação étnico racial em nosso estado. O outro caso é mais antigo (2001) e foi percebido na escola Estadual José de Anchieta, através da projeto “Cor de Ébano” envolvendo um conjunto de ações inerentes a pluralidade racial no Amapá.

A cultura da Capoeira, do Hip-Hop, palestras, mostra de filmes e documentários sobre populações socialmente excluídas. Ou seja, são atitudes que visão uma preparação não segregacionista, mas plural e não no sentido amplo do alcance do conhecimento mais no sentido de que todos os excluídos tenham oportunidade de competir. A demais escolas públicas do Amapá estão seguindo esse exemplo: Ruth de Almeida bezerra, José Leóves, Raimundo Barbosa, Benigna Moreira de Sousa e agora, todas as demais que receberam o Kit “A Cor da Cultura”, distribuído pela SEED, através do NEER, têm não só a oportunidade, mais o dever de promover políticas sócio-educacionais que elevem o pensamento dos educando além da mera contemplação da vida.

### 3.3 - Como a UEAP recebeu a proposta de implantação da política de cotas para negros ingressarem no Ensino Superior?

A Universidade do Estado do Amapá (UEAP) foi criada através da Lei nº. 0969, de 31/03/2006, que autoriza a sua criação, e Lei nº. 0996, de 31/05/2006, que a institui. É regida, principalmente, pelos instrumentos normativos: Estatuto e Regimento Geral. Foi criada com a missão de atuar na formação de técnicos em nível superior, contribuindo com a capacitação de profissionais para o mercado de trabalho e com o processo de desenvolvimento do estado do Amapá, elevando o nível sociocultural da população amapaense e da Amazônia.

O objetivo geral da instituição é promover o ensino superior, desenvolvendo o conhecimento universal, com especial atenção para o estado do Amapá e para a Amazônia; A UEAP tem como objetivos mais específicos realizar pesquisas e estimular atividades criadoras, valorizando o indivíduo em seu processo evolutivo, incentivando o conhecimento científico relacionado ao homem e ao meio ambiente além de participar e colaborar com as políticas de desenvolvimento do estado do Amapá. A estratégia de atuação está ligada a uma alternativa necessária ao processo de formação de profissionais de ensino superior a partir do seu foco central, que é potencializar a biodiversidade encontrada no nosso estado, transformando-a em oportunidade de negócios; gerar riqueza e renda com o intuito de beneficiar as populações locais, mantendo níveis satisfatórios de conservação do meio

ambiente. A UEAP surge como um instrumento para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico que permite a geração e difusão de novos conhecimentos e tecnologias, visando a melhoria dos produtos naturais locais.

A Universidade também possui um Núcleo de Educação Inclusiva (NEI), coordenado por um Comitê gestor constituído de professores, técnicos e alunos com necessidades especiais; o NEI foi Implantado para possibilitar o atendimento aos acadêmicos com necessidades educacionais especiais nas diversas áreas existentes na Instituição. Este Núcleo tem a função de acompanhar e orientar os profissionais que atuam diretamente com os acadêmicos inclusos. Articula cursos de Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) para toda a comunidade acadêmica, visando a aplicabilidade da real inclusão, intermedia e orienta os docentes que atuam nos cursos freqüentados por acadêmicos com necessidades educacionais especiais. Viabiliza a contratação de profissionais que atendam a especificidade de deficiência, para o acompanhamento adequado do acadêmico.

Orientando-os para a adaptação dos equipamentos da Instituição, com identificação em Braille. Atendendo permanentemente ao acadêmico com necessidades educacionais especiais, viabilizando a aplicação e implementação pedagógico inclusiva, planejando e apresentando dados que permitam a garantia de recursos de acordo com as deficiências dos acadêmicos inclusos; também coordena e orienta a elaboração de material didático para atender os acadêmicos com necessidades educacionais especiais. (Todas as informações sobre o histórico da UEAP foram copiadas do site da Instituição). Grosso modo, a instituição segue uma tendência nacional onde:

A promoção de estudos, pesquisas e materiais para a formulação de políticas de combate à discriminação étnico-racial na educação básica e no ensino superior e de inclusão social; figura entre os objetivos primordiais do Programa Diversidade na Universidade, criado em 2002. Esse empenho do governo federal, centrado na constituição de base conceitual, prevê diversas atividades, a exemplo de diagnósticos quantitativos e qualitativos sobre o cenário do acesso, da permanência e da conclusão na educação média e superior da população negra; de mapeamentos de estratégias e programas para promoção do acesso e permanência nos ensinos médio e superior; bem como, análises de programas, políticas, estratégias e práticas bem-sucedidas de combate à exclusão e à discriminação étnico-racial. Meta ambiciosa... Durante o segundo semestre de 2004 e o primeiro semestre de 2005, um grupo de pesquisadores (as) selecionados (as) pela Coordenação-Geral de Diversidade e Inclusão Educacional foi a campo para realizar pesquisas sobre a população afro-brasileira no ensino médio nas cinco regiões do Brasil, com foco nos seguintes temas: 1) Expectativas de inserção no mercado de trabalho para jovens negros e negras no ensino médio; 2) Afro-brasileiros e religiosidade no ensino médio; e 3) Educação formal e informal nas comunidades negras rurais. Cada linha de pesquisa materializou-se em cinco trabalhos, totalizando quinze pesquisas. Os (as) pesquisadores (as) mapearam e sistematizaram dados quantitativos e qualitativos em pelo menos 45 escolas de todo o país. Antes de apresentar as respostas? reflexões oriundas das pesquisas, é interessante; sobre alguns aspectos relativos ao desenho e à

capacidade de investimento das políticas sociais no Brasil, que contam anualmente com cerca de R\$ 200 bilhões para diferentes áreas. Esses valores indicam a existência de uma rede de proteção social que se iguala, em muitos aspectos, à de países com política social ativa e constante. Por esse prisma, a política social brasileira pode ser considerada moderna, abrangente, descentralizada e diversificada. (BRAGA, SOUZA e PINTO, 2006 p. 08)

Desde a criação a UEAP sempre trabalhou com cotas para ingresso de pessoas ao ensino superior. Mas não eram cotas raciais; tratava-se de um programa, nos moldes do CPV, onde tinha acesso às vagas reservadas, todos os oriundos da escola pública e comprovadamente carentes. Foi a partir de 2008, com a LEI Nº. 1258 / 18/09/2008, que isso se configurou em política de Ação Afirmativa e desde então os Negros, podem ser privilegiados com um acesso ao ensino superior de maneira diferenciada dos declarados brancos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Amapá aprovou e eu, nos termos do art. 107 da Constituição Estadual, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. A Universidade do Estado do Amapá – UEAP, reservará em cada processo seletivo, cota de ação afirmativa para estudantes afro-descendentes. Parágrafo único. Será reservado aos estudantes de que trata esta Lei, o número de vagas igual ao percentual de candidatos afro-descendentes inscritos no processo seletivo por curso e turno. Art. 2º. Os candidatos a serem beneficiados pela cota estabelecida por esta Lei deverão apresentar no ato da inscrição para o processo seletivo, declaração ou histórico escolar, comprovando terem cursado o ensino fundamental e médio em escola pública e firmar declaração probatória de afro-descendência. Art. 3º. A identificação do interessado deverá ser feita através de declaração firmada, sob pena da Lei, pelo próprio candidato à vaga na universidade. Art. 4º. É facultado à Universidade Estadual do Amapá (UEAP) conceber e implantar mecanismos eficazes para subsidiar a permanência e o progresso acadêmico dos estudantes beneficiados até o final do curso, de forma a garantir a máxima paridade entre os seus percentuais de ingresso nos cursos e os de diplomação. Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará no que couber, a presente Lei. Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá um prazo de duração de 50 (cinquenta) anos. Macapá - AP, 08 de setembro de 2008. ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA. Governador; Referente ao Projeto de Lei n.º 0040/08-AL. Autor: Deputado Keka Cantuária. (Publicada no Diário Oficial do Estado nº 4338, de 18.09.08)

Mesmo assim, e ao contrário do que possa parecer, não tem gerado a problemática que gostaríamos; faltou debate e conscientização por parte dos “idealizadores” locais no que se refere a privilégios, direitos, deveres e privações. Para começar, então a responder a pergunta que encerra os tópicos deste nosso estudo sobre as políticas públicas em educação, parecem estar um pouco camuflados os motivos que levaram a implantação, sem discussão, das cotas raciais na região do Brasil, que como já vimos, concentra 75% de seus habitantes com a cor negra. Já vimos, também, que a controvérsia destas políticas está no fato de usarem a categoria “raça” para critério de classificação, “ferindo de morte” a prerrogativa de que vivemos em uma democracia racial.

Então vamos começar a resposta pelo pronunciamento “oficial” da instituição e de acordo com o que podemos ler linhas acima, quando copiamos do site da UEAP os objetivos gerais e específicos de sua criação. As cotas raciais foram criadas por que, assim como no restante do Brasil, no Amapá, também houve um desequilíbrio entre as oportunidades de ascendência social entre brancos e negros. Esse desequilíbrio pende para o lado dos negros, principalmente no âmbito educacional. Novamente se compararmos o Amapá com os estados onde se fez presente o trabalho de cunho escravista e explorador sobre os negros, a percepção nos parece nítida: eles ficaram marcados pelo desprestígio e merece que se faça algo no sentido de prestigiá-los pelo que desenvolveram em nossa estruturação social. Como é no ensino superior que esse desequilíbrio se faz mais presente, a Instituição resolveu atenuar isso seguindo o exemplo de várias outras pelo país e instituiu cotas para negros ingressarem no ensino superior. Como já foi explicado na introdução deste estudo, seria bom que já tivéssemos alguma turma formada com membros cotistas, ouvir deles suas experiências e perspectivas, poderiam nos levar (em análise local) bem mais além de nossas conjecturas.

No Brasil o termo ação afirmativa é muito recente e desconhecido para grande parte dos brasileiros, tanto em termos de concepção, quanto em suas múltiplas formas de implementação. O que pretendemos demonstrar é que existe uma ‘cegueira racial’ que impede, ou dificulta uma discussão profunda sobre as relações raciais brasileiras e, mais que isso, inibe ou tenta impedir a implementação de políticas públicas com base na raça. Essa situação se agrava se não temos um sólido campo de discussão sobre as ações afirmativas na esfera científica. (LOPES e BRAGA, 2007 p. 50)

Ou seja, a UEAP recebeu a política proposta de cotas com alvíssaras, mas não deixou claro, por exemplo, se são temporárias. E em que isso seria importante? Bem, se partirmos do princípio da temporalidade das cotas raciais na Instituição é preciso que consideremos até quando elas durarão, ou vieram . Por que, nos parece que a implementação das cotas é uma coisa muito mais fácil de fazer do que a (dê) implementação. Se for até compensar o passado discriminatório sofrido pelos negros, estaremos lidando com juízo de valor. Uma “pessoa”, por exemplo, pode achar que precisa de seiscentos anos para compensar as “perdas sofridas”; quinhentos pelos quinhentos e mais cem de “juros”; enquanto que muitas pessoas podem achar que dez anos de cotas resolvem. Se partimos então para idéia de que os amapaenses vão se contentar com o fim das cotas quando elas tiverem acelerado o processo de igualdade, entre negros e brancos, no que diz respeito a diferença e a diversidade, teremos outro problema: Agora, além do juízo de valor vamos lidar com a noção de indivíduos em si, isto é; a igualdade de oportunidades em um Estado capitalista, em uma das mais exploratórias

concepções do termo, não um valor supremo. Há uma resistência “natural” a igualdade de oportunidade no mundo do capital.

Não se pode negar que essas políticas de Ações Afirmativas têm sempre um viés partidário por trás. Muitos amapaenses acham, por exemplo, que a Universidade Estadual do Amapá é uma realidade hoje em nosso estado, graças à ação de “um”, determinado político (cujo nome eu me reservo ao direito de não revelar), só por que foi ele que idealizou o projeto; e não de uma coletividade de esforços que vão desde a idealização (na verdade uma “tendência” que todos os estados da federação têm que ter) até a configuração do projeto junto com todos os demais políticos federais, estaduais e municipais que representam o nosso estado, sem deixar de falar no maior de todos esses agentes, que, aliás, sem ele o projeto nem existiria: o povo. Ainda acreditamos muito nos políticos e nos esquecemos de dar créditos a política ao nos considerados agentes ativos destes debates. Cor, renda, sexo, oriundade escolar precisam ter peso no acesso ao vestibular por parte dos negros, mas não ao ponto de achar justo um candidato que “não passou”, passar e outro que passou, “não passar” no vestibular. E nessa pauta de “reivindicações”, os brancos já se sentem excluídos; pois parece que por aqui as cotas, também, tiveram um quê de oportunismo político partidário demagogo, mudando a cor (pluricultural) da concepção que se tinha da universidade. Pós-cotas, elas devem ficar mais escuras. Há clientela e público para cotas raciais no Amapá, o que ainda não ficou comprovado é se há viabilidade e fucionabilidade na concepção genuína do termo.

Lembramos aqui, mais uma vez, que raças humanas não existem do ponto de vista genético ou biológico (Templeton, 1999). Apenas 5% da variação genômica humana ocorre entre as chamadas "raças". Ademais, somente 0,01% do genoma humano varia entre dois indivíduos. Em outras palavras, toda a discussão racial gravita em torno de 0,0005% do genoma humano! Por outro lado, mesmo não tendo o conceito de raças pertinência biológica alguma, ele continua a ser utilizado, na construção social e cultural, como um instrumento de exclusão e opressão. Independente dos clamores da genética moderna de que a cor do indivíduo é estabelecida por apenas um punhado de genes totalmente desprovidos de influência sobre a inteligência, talento artístico ou habilidades sociais, a pigmentação da pele ainda parece ser um elemento predominante da avaliação social de um indivíduo e talvez a principal fonte de preconceito. Tendo em vista a nova capacidade de se quantificar objetivamente, por meio de estudos genômicos, o grau de ancestralidade africana de cada indivíduo, pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas? Poderia parecer que sim, mas a nossa resposta é um enfático NÃO. A genética moderna pode oferecer subsídios para as decisões políticas e que o perfil genético da população brasileira certamente deve ser levado em conta em decisões políticas. Por outro lado, a genética não pode arrogar-se um papel prescritivo explícito. Analogamente, a informação genética sobre a estrutura da população brasileira deve ser considerada apenas como um subsídio para o processo de tomada de decisões. Não compete à genética fazer prescrições sociais. A definição sobre quem deve se beneficiar das cotas universitárias e das ações afirmativas no Brasil deverá ser resolvida na esfera política, levando em conta

a história do país, o sofrimento de seus vários segmentos e análises de custo e benefício. (PENA e BORTOLINI, 2005, p. 73)

A UEAP, então, recebeu a política de cotas como um meio de promoção da igualdade racial, mas não atentou para o fato de que pode ocorrer o contrário. Depois do ingresso por cotas surge a questão da permanência, (Transporte, Livros, Xerox, Seminários, Pressão Social...); os cotistas estão cercados de uma carga de responsabilidade para a qual não foram preparados quando ouviram falar de cotas. O temor é que os cotistas da UEAP saiam de lá com um diploma na mão e dois ou três conteúdos na cabeça. Não por desleixo ou Ignorância, outrossim, pelo fato de que quem os ajudou a entrar não deu um suporte básico para que o mesmo pudesse sair. Até esse esclarecimento, sobre a permanência de um aluno cotista no ensino superior é problemático; o que vão fazer? Vale refeição? “Bolsa-auxílio” para todos os cotistas? (com sanções é claro; tem muita falta? Perde a bolsa. Ficou retido em alguma matéria? Idem... Parece que um cotista tem que purgar em estado de permanente tensão). É muito complicado. Primeiro por que, apesar de sermos um estado com características paternalistas, não somos ricos e ariscar “adotar” um aluno até o mesmo sair da universidade pode gerar um ciclo vicioso de acomodações nos pretensos acadêmicos. Afinal o Estado cumpriria o seu papel de sustentar e formar os seus tucujuenses. Isso é qualquer coisa a mais que utopia. Agora, e nesse sentido, não podemos nos dar ao luxo de sonhar.

A nossa vontade é que dê tudo certo, mas qualquer pessoa com uma educação mediana sabe que pode dar tudo errado. O Amapá e nem os amapaenses desejam ver, qualquer um de seus acadêmicos relegados a própria sorte, abandonados por um sistema que se dizia de inclusão. LOPES e BRAGA (2007) chamam atenção para o que aconteceu no Estado da Bahia, na UFBA (Universidade Federal da Bahia). Elas dizem, (citando uma entrevista com um aluno do curso de Ciências Sociais) que por lá existem programas de permanência na Instituição para auxiliar os alunos cotistas, mas, não são programas estruturados, há várias políticas, cada uma com cinquenta estudantes mais ou menos; e se não der certo, azar do estudante. As políticas de auxílio são isoladas e os estudantes não se encontram nos objetivos que elas propõem. Mais corretamente, os estudantes dependem da benevolência de financiadores. Isso, em um espaço elitista como é a universidade, é o mesmo que alijar os negros do processo de inclusão; afinal eles estão no ensino superior se sentindo mais inferiores do que quando estavam fora. Não objetivamos também uma dicotomia entre o número dos que entram por cotas e o número dos que permaneceram na UEAP; acontece que aqui se pensou primeiro no acesso e nem se pensa ainda como se dar conta desse acesso.

As políticas formais de permanência, se bem estruturadas, podem, de fato, garantir a educação de qualidade aos estudantes. Do contrário, a associação de gênero, raça e classe social contribui para uma seleção perversa, no interior do sistema de ensino, em que os estudantes de determinados segmentos vão sendo eliminados em um processo que Bourdieu e Passeron (1973) denominam “mortalidade escolar”. Essa mortalidade, vista desde o ensino médio, se torna mais intensa na medida em que progride em direção aos níveis mais avançados do sistema de ensino, que são os mais almejados e, por isso mesmo, alvos de disputas mais acirradas. Para Bourdieu (1998), os mecanismos de eliminação que atuam durante a carreira escolar expressam mais claramente seus efeitos nefastos no ensino superior, reflete-se, assim, ‘nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos’. Vale acrescentar que isso depende da cor e da classe social. Nesta nova estrutura que se apresenta nas universidades brasileiras, qual seja: o sistema de reserva de vagas, se não temos uma sólida política de permanência, podemos ter um sistema falido daqui a quatro ou cinco anos, em que pese o fato de mais uma vez as vítimas serem culpadas pelo processo; ou seja, os alunos negros (ingressos pelo sistema de reserva de vagas) podem ser culpabilizados por *não terem sabido responder às oportunidades que lhes foram dadas*, assim como foi feito no período pós-abolição. (LOPES e BRAGA, 2007 p. 64)

Se as "cotas" assim concebidas vierem a ter o mesmo sucesso das faixas de pedestre em Brasília, onde ao produzir o gesto convencional os transeuntes não apenas param o trânsito para atravessar as ruas com segurança, mas têm a cidadania renovada neste "rito" de afirmação e reconhecimento de direitos, a distribuição periódica das "cotas" poderá vir a ser concebida, num futuro próximo, como um rito de celebração da cidadania (OLIVEIRA, 2003). Mas tem outro lado essa questão; Pode parecer uma coisa meio de “Matrix”, ou de “Teoria da Conspiração”, mais não é tão absurdo assim conjecturar a existência de uma probabilidade administrativa onde entender cotas raciais como um meio para se chegar a um fim: qual seja.

Em vez de incluir e oportunizar, estigmatizar e incapacitar negros, por meio de uma justificativa bem plausível: a oportunidade foi dada, eles é que não souberam aproveitar. Se um que seja dos alunos que entraram por cotas na UEAP, fracassar; pode ter sido por contrair Gripe Suína, Malária, ou Dengue (pode ser que quando você estiver lendo não, mas eram as doenças “da moda” em Macapá, na época da feitura deste estudo), mas, é muito provável que alguém diga que foi por incapacidade mental, ou seja, “burrice mesmo”. No Amapá as Universidades, de modo geral, não têm sequer as informações básicas sobre as condições raciais de seus pretensos alunos. Isso é problemático no sentido de que não temos uma situação racial harmoniosa em nosso estado. Os bens sociais são alcançados de maneiras bem diferenciadas entre a população amapaense e, por aqui, graças as cotas, como dizem LOPES e BRAGA (2007), os negros já começaram a *aparecer* nos cursos universitários de



maior prestígio dentro do Estado, mas não se tem idéia de por quanto tempo eles conseguirão *permanecer* em tais cursos.

Não queremos que haja uma banalização dessas políticas, pois elas se referem a um dos conceitos mais elementares para o desenvolvimento de uma sociedade: A Educação. É bom que o Amapá, através da UEAP, tenha a prerrogativa de inclusão social dos desprestigiados; mas, com certeza não vai ser bom se essa prerrogativa ficar só no que se tem apresentado até hoje. Somos uma sociedade racialmente desigual e não é o ato de negros entrarem na universidade que vai mudar isso. Sem *educação básica de qualidade* nós podemos tirar todos os ditos “brancos” da UEAP, deixar (e colocar mais) só os ditos “pretos” e a desigualdade, o racismo e exclusão vai permanecer entre pobres e ricos. Tais políticas careciam de conscientização antes de serem aplicadas; os habitantes do “lindo torrão do Amapá” precisariam ter debatido que a maioria das metas do programa de reserva de vagas são para longo prazo, mesmo quando a realidade racial de nosso estado nos aponta prazos curtos. Os recursos humanos, financeiros e materiais são escassos por aqui, e ninguém sabe se a próxima administração estadual vai dar a mesma atenção que esta (2004-2010) deu à educação. Então podemos dizer que a UEAP recebeu e implementou cotas raciais para negros ingressarem no ensino superior, mas por um ato de coragem, (“pela fé”, como dizem os protestantes daqui), do que com a plena convicção de que promoverá os pressupostos inclusivos a que se propôs.

A educação inclusiva, como já foi tratado no início deste texto, pressupõem o desenvolvimento do ser enquanto humano. É demérito “ajudar” alguém, da forma que as cotas raciais “ajudam” os negros. Não há desenvolvimento humano aí; eles são levados a crer em algo irreal. Não há inclusão. Não terão apoio material, não terão apoio pedagógico e tão pouco um processo acadêmico satisfatório frente ao mundo capitalista em que vivemos. Fazendo referência, novamente, ao processo cotista do estado da Bahia, se tem notícias de que pro lá, para “permanecer” nos cursos, o programa de assistência foi “bolado” pelos próprios cotistas e consistia em fazer “visitas” aos colegas residentes, na hora do almoço; ou seja, o programa de residência universitária da UFBA, garante a refeição de seus residentes, (pelo menos até 2007, ano em que foi realizada a pesquisa, garantia) então a saída era a “humilhante pirangagem” por comida, desenvolvida pelos cotistas. Mais uma vez: Não vemos desenvolvimento humano nisso. Mas os defensores das cotas logo saíram com a explicação: o que chamamos de humilhação, na verdade são “*estratégia informais para a manutenção das faculdades*, envolvendo toda uma *rede de solidariedade* de amigos, vizinhos e parentes que se cotizam para compra de matérias, alimentação e auxílio transporte... sentimos vontade até de

chorar... de raiva, de pena, de nojo, de ódio; não se sabe ao certo, mais que sentimos vontade sentimos.

E não podemos esquecer que, segundo norma do art. 23, inciso V, da Constituição Federal, "é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionarem os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência". Disciplinando esta regra de colaboração entre as entidades federativas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) emprega a locução sistemas de ensino, compreendendo os sistemas de ensino de âmbito federal, estaduais e municipais. No que se refere aos níveis de ensino, a mesma LDB procede a seguinte demarcação: educação infantil, que contempla as crianças de 0 a seis anos, atendidas em creches e pré-escolas; educação básica, compreendendo os níveis fundamental (primário e ginásial), de caráter obrigatório e gratuito, com duração mínima de oito anos; e médio (colegial), com um ciclo de três anos; educação de jovens e adultos, destinada aos jovens e adultos privados do acesso ao ensino na idade regular; educação profissional; educação superior; e educação especial. Dicção do art. 205, da Lei Maior, consigna que "a educação é direito de todos e dever do Estado". (RAMOS, ADÃO e BARROS, 2003. P. 14)

Assumindo a responsabilidade do estado, não estaremos fazendo outra coisa senão legitimarmos uma realidade de "faz de contas" onde, por exemplo, mais de 14.000 inscritos no vestibular 2009 da UEAP, 201 se escrevem por cotas e apenas 5 (cinco) conseguiram aprovação. Lembremo-nos de que pode haver desistências até o final do curso. Veja os quadros demonstrativos abaixo:

## Dados Gerais do Vestibular

### Aprovados por Tipo de Vagas

Descrição	Qtde	%
Aprovados oriundos da Rede Pública	299	76,86
Aprovados oriundos da Rede Privada	80	20,57
Portadores de Necessidades Especiais	5	1,29
Afro-Descendentes	5	1,29
<b>Total de Aprovados</b>	<b>389</b>	<b>100</b>

### Resumo das Inscrições por Tipo de Vaga

Tipo de vaga	Total de Inscritos	%
Afro-descendentes	201	1,40
Indigenas	22	0,15
Portador de necessidade especiais	49	0,34
Rede privada	1.454	10,12
Rede publica	12.638	87,93
Treineiros	9	0,06
<b>Total geral de inscritos</b>	<b>14.373</b>	<b>100</b>

Já este ano (2010), tivemos “uma melhora”, observe:

## Resumo das Inscrições do Vestibular UEAP 2010

Tipo de Vaga	Total	%
AFRO-DESCENDENTES	274	1,57
INDIGENA	58	0,33
PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS	51	0,29
REDE PUBLICA	14.750	84,43
TREINEIRO	162	0,93
UNIVERSAL	2.175	12,45
<b>Total</b>	<b>17.470</b>	<b>100,00</b>

### Candidatos aprovados por tipo de vaga

Nº.	Tipo de Vaga	Nº Aprovados	%
1	Rede Pública	365	77,83
2	Universal	91	19,40
3	Afro Descendente	8	1,71
4	PNE	3	0,64
5	Indígenas	2	0,43
	<b>Total</b>	<b>469</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Universidade do Estado do Amapá Pró-Reitoria de Graduação.  
Divisão de Processo Seletivo.

Isso demonstra que a política de cotas para negros ingressarem no Ensino Superior é apenas uma versão simplificada do documento afirmativo, sobre inclusão sócio-educacional amapaense, que falta redigirmos.

## CONCLUSÃO

A Educação Inclusiva, nos moldes que aqui estudamos, sem dúvida, não é a que devesse ser conceituada como a que nós queremos. Mas, especificidades significantes são observáveis, no que diz respeito a configuração que a educação atual apresenta em nosso estado e no restante do nosso país; justamente por, quase sempre serem ignoradas pela maioria dos nossos administradores sociais, as políticas públicas para educação tomaram ares alheios a nossa vontade. Quando observamos a política de cotas para negros ingressarem no Ensino Superior, de uma perspectiva político-social-cultural, percebemos que se trata de um contexto de pilares oportunistas e que propõe paliativos sem ações gerenciais que mudem substancialmente a fisionomia do complexo educacional que nos é vigente. Neste estudo, também percebemos que a política de cotas raciais, de forma genérica, tem um quê de assistencialista, ou seja, em vez de corrigir a concretização de um ideal a que se propõe, ela pauta mais interesses particulares que coletivo; *o que comprova a nossa hipótese* de que, como foi proposta, a política de reserva de vagas para negros, nos vestibulares, visando inclusão e diminuição da discriminação racial, foi só mais um número que veio a ser somado na “adição de questões sociais” que “se pretendia” atenuar.

Não foi, de forma alguma, com esse estudo, nossa intenção, propor “A” solução para a questão-tema destes debates; muito menos fazer apologia ao radicalismo. Todavia, o momento é hoje e a hora é agora de darmos importância para o debate de mais este processo histórico em nosso Estado. Pensar ações mais enérgicas e menos contemplativas para o absurdo da exclusão social em nosso país é uma urgência. Mas não justifica o que se vêm fazendo Brasil a fora. A construção da implantação da política de cotas para negros acessarem o ensino superior na UNIFAP, por exemplo, dependerá da atitude que os negros tomarem hoje, construindo a história desta população, tão carente de estudos desta natureza. Desenvolver este estudo, por diversos fatores, não foi algo facilmente realizável, mas, quando de sua concretização, mesmo em parte, nos sentimos gratificados, não só por está concluindo mais uma pós-graduação, como também contribuindo para o desenvolvimento da historiografia amapaense. Um dos nossos objetivos, quando começamos estas linhas, foi ampliar o estudo sobre o acesso pelas cotas ao Ensino Superior. Estamos conscientes de que muito faltou para analisar, principalmente o ponto de vista dos discentes e docentes vinculados da única instituição pública que trabalha como cotas em nosso Estado, mas os motivos disso não ter ocorrido foram expostos na introdução.

Entendemos, também, que algumas questões não foram satisfatoriamente esclarecidas, contudo, ficamos certos de que cooperamos com, pelo menos, o alcance de dois dos nossos objetivos (*Procurar fazer a comunidade negra amapaense entender que não é só para colocar negros e pobres dentro da universidade que as políticas de cotas raciais foram criadas e Formular um conceito de Cotas Raciais e disponibilizá-lo para leitura e debate junto às entidades do movimento negro amapaense*), com uma peça neste enorme quebra-cabeça que é discutir Educação Inclusiva em um “Estado de excluídos”; Esta peça é o debate. E é justamente esta certeza que nos faz crer, ser e continuar sendo contra a política de cotas para negros da forma como ela tem sido implementada, alardeada e camuflada. A idéia de conceituar cotas como dar vagas de “mão beijada” para negros (incapazes) é ridícula e precisa ser revista para não se ter uma pedagogia da hipocrisia institucionalizada por aqui; Sim por que é isso que o Estatuto da Igualdade Racial vai fazer: os negros passariam a nos digladiarmos entre nós mesmos, com o objetivo maior de sermos *melhores* do que os brancos.

O que legitimaria a idéia vigente na classe dominante de que somos inferiores e confirmaria a segunda hipótese de que o negro seria estigmatizado com a implantação deste estatuto em nosso Estado, do jeito que vem sendo proposto. A idéia pode ser boa, mas a sua praticidade nos é indigesta. Não é porque a população negra precisa de ascensão social que ela vai ser “dada”. Estamos lidando com inclusão social e igualdade educacional, não com segregação racial. Como seria igual uma sociedade que inclui uns excluindo os que nasceram com a “cor errada” para cotas. Sim, porque se for oferecida cotas para negros; brancos, amarelos e índios ficam de fora. E quem garante que os beneficiados não serão apenas os negros elitizados que, aliás, “deixam de ser negros” (no sentido de não serem tratados como tais) quando ficam ricos.

Se efetivada no Amapá, como pressuposto benefício em reparo aos tempos de descaso pelo qual o negro passou, *essa política pode mudar a cor da universidade, mas não mudará a realidade social de nosso Estado*. Elas não estimulam mudanças apesar de estarem relacionadas a elas. O que precisa ser entendido, também, é que mudanças nem sempre são positivas. Somos na maioria negros no Amapá, mais mudar por cotas não fará com que desapareça esse “daltonismo” social que insiste em ver os negros só se eles se mudarem e sejam iguais aos brancos. As cotas não podem mudar a invisibilidade que o negro sofre; por que se repararem as injustiças sócias que os brancos do passado fizeram aos negros os brancos atuais é que serão injustiçados; nem todo branco é racista e tão pouco culpado pelo que nós negros sofremos. No Amapá, tanto brancos como negros, sendo pobre, não se vê na tevê, não se escuta no rádio e nem se enxerga nas revistas (na maioria das vezes ele se percebe nos

jornais... infelizmente, nas páginas policiais). As discussões estão começando, mas já há por aqui uma mistificação do que seriam as conseqüências da implantação do estatuto da desigualdade racial; e são essas mistificações que tentamos evitar. Não se trata do fim das desigualdades, nem do racismo e tão pouco de inclusão. Isso é mito. Os negros precisam de ajuda sim, mas de “ajuda de base”. Não entendemos como um excluído a vida toda, principalmente, no quesito educação, vai incluir-se, de uma hora para outra, logo no ensino superior. Isso é o que nós classificamos como começar a construir uma casa pelo teto... Sem base, a queda é só questão de tempo.

Insistimos na melhoria de toda escolarização. A cor não delega um talento. Se for oportunizada uma educação de qualidade a cor das universidades mudará por direito e por “mérito”. É à base de nosso país que esta mal alicerçada e não o “telhado”. A forma de “ensino” que temos (repasso de conteúdos), na verdade trás falta de conhecimento. Seria melhor derrubar essa “casa”, do que pintá-la buscando esconder todos os seus defeitos. *Para haver uma igualdade racial e social é necessário mudar o sistema e não criar outros sistemas racistas.* Sem falar naqueles que tentarão se aproveitar da situação tendo avôs europeus e sendo pardos, com razão, reivindicarão a democracia racial para “não terem dificuldades” na aquisição das vagas, uma vez que, esta, política de cotas lhes garante a vantagem na hora de competir com os demais estudantes.

O sistema de inclusão proposto pelo estatuto da igualdade racial trata o problema de forma errada. O mais previsível rumo ao sucesso seria tratá-lo por meio de uma política mais positiva de incentivo para que as instituições aumentem a inclusão em todas as áreas sociais (segurança, saúde, emprego e renda... Aí cabendo, na formulação dessas propostas, a participação maciça dos pretensos “cotistas”. A sociedade amapaense desconhece o grau de gravidade da situação. Não basta assinar documentos de inclusão, o nosso Estado precisa assumir um compromisso, através de políticas públicas que possibilitem, igualmente, as melhorias de base educacional da população negra. Mais uma vez dizemos: não se constrói uma casa pelo teto. É duvidoso, e acreditamos que até ingênuo, por acreditar-se que o acesso a uma educação superior seja suficiente para garantir a ascensão da classe negra; quem foi que disse que um diploma universitário protege-nos de uma empresa que tenha políticas administrativas racistas?

A função das cotas deveria se primeiro de informar para só depois cotizar. Não se percebe uma autoconsciência das pessoas “beneficiadas” pela reserva de vagas no ensino superior. É mais latente o “ar de desforra”, como que nos desse o maior prazer ver os brancos alijados do acesso ao ensino como paga pelo que seus antepassados fizeram. Essas

prerrogativas que envolvem a educação inclusiva é uma leitura equivocada da sociedade em que vivemos. Estamos tão presos demais ao modismo e ao imediatismo que a criticidade sobre essas benesses do governo fica comprometida. Não lemos criticamente o processo de implantação de cotas na UEAP e não nos demos conta de que há uma violência gritante nos parâmetros que envolvem a dignidade humana. Tudo bem que as desigualdades não se devem apenas aos desequilíbrios educacionais entre brancos e negros, mesmo com essa certeza, cremos que investimentos maciços na educação de base atenuariam, consideravelmente, esse panorama (dês) igualitário que temos entre brancos e negros; e quando falamos na inclusão social consciente, nos reportamos para uma educação mais consciente de si mesma e por assim sendo, mais inclusiva.

O negro amapaense ainda está construído o “suporte legal” para suas reivindicações. Não entendemos ainda por que um motorista de ônibus canadense, por exemplo, tem suporte e “peito” para pedir melhores condições de trabalho e educação para os filhos e um motorista de ônibus amapaense nem sonha com tais reivindicações. Sob a lógica capitalista isso é fácil de explicar. O patrão canadense, não tem um exército de reserva caso o motorista resolva ir embora. Por aqui, se ele resolve ir, recebe um abraço, “uma tapinha” nas costas e um, silencioso, “já vai tarde”. Mas por que temos tantos “motoristas reservas”? Em uma palavra: Educação.

O estudante que conclui o ensino médio amapaense, na rede pública, em sua esmagadora maioria, não está pronto para “encarar” uma faculdade. Infelizmente. Assim como não adianta acharmos que vamos resolver o problema da saúde construindo mais hospitais, também não vai adiantar acharmos que vamos resolver os problemas sociais do Brasil na base da mesma ilusão. Os nossos alunos precisam começar a interpretar a vida antes da universidade. Para um negro de uma sociedade racista, isso tem carga dobrada, pois além de lutar para viver com os estereótipos que ao longo dos anos lhe são presentes, precisa provar também que pode. Já nos surpreenderam dizendo que temos que dar uma grande festa na conclusão desse curso, por que não é todo negro que consegue chagar até aqui. Isso é uma verdade; mas pensamos ser mais coerente dar uma festa maior do que a que nos proporão, quando ninguém mais se admirar por um negro ser capaz de conseguir as mesmas coisas que os brancos conseguem; e sem cotas.

Impressiona o que ouvimos das pessoas quando lhe perguntamos o que vão fazer no próximo feriado. A resposta esmagadora é: “Nada”, ou, “vou ficar em casa assistindo televisão (ou seja, intelectualmente, vai continuar com a primeira resposta). Isso é assustador. A desculpa é que por aqui as coisas são muito paradas e “não se tem nada pra fazer mesmo”;

Parece que para viver a vida, não conta conversar, beijar na boca, olhar as nuvens, ler um livro, caminhar na beira-rio (aqui, ainda não tem muito assalto. Da até para levar os filhos no “lugar bonito”), dançar, ir para a igreja, jogar “Fut-lama”, pescar Tralhoto no Trapiche Eliezer Levi, ir ao Museu ver os artesanatos Maracá e Cunani, ao Teatro das Bacabeiras ver “Os Cabuçús”, ao Cine Macapá, comer um espetinho na frente do Mercado Central, beber uma cuia de açaí “lá no Val”, ir ao projeto botequim, ir à Fortaleza de São José, tomar banho de rio no Maruanum, no Curiaú ou um sorvete de Tucumã na sorveteria Jesus de Nazaré... Como dizia Raul, “nós temos uma porção de coisas grandes para conquistar e não podemos ficar parados”.

Ou seja, como vamos lidar com cotas se chegamos a um ponto de percepção da vida cotidiana que despreza as atividades mais elementares para um todo social ser considerado organizado. Nossos alunos podem pensar cotas como um meio de assegurar seus futuros, mas não devem perder de vista que estamos vivendo a “pedagogia do botão”. Tudo o que você quer hoje em dia, basta apertar um botão que você aprende. É assim com o celular para marcar a balada, com o controle remoto para ver o big brother e com o micro pra esquentar a pizza. Agora, não se inventou ainda um botão que você aperte e os textos da prova de amanhã sejam lidos e interpretados, não se inventou um botão que apertado nos faça saber o sentido da vida, tão pouco outro que nos prepare para vida como ela é e não como possa no big brother ou no Gugu ou ainda no “topa tudo por dinheiro”. Neste contexto e para essa clientela é viável cotas raciais? Nós temos que conceituar esse programa primeiro, para nós mesmos. A maior vitória na educação é fazer o aluno perceber que a vida lhe pertence e não há qualquer pertencimento, a qualquer realidade sem educação.

De novo, mesmo com cotas as desigualdades sociais vão permanecer no Brasil. A mesma carroça que levava os negros da senzala para a lavoura é o mesmo ônibus que leva nossos assalariados para o centro onde desenvolvem suas funções laborais com o mesmo viés exploratório que se tinha na escravidão. Já tivemos a experiência de participar de uma entrevista de emprego onde o requisito primeiro que o candidato (jovem) deveria preencher era não ser estudante. Hoje os negros não são mais amarrados ou colocados no tronco para levar chicotadas; Pelo menos não literalmente, mais a coerção que o mercado capitalista impõe é tão fulminante que um pai de família amapaense, no final do dia, parece estafado tal qual o negro que saiu do tronco. Nossa sociedade precisa de mais subsídios educacionais pra não aplaudir e chamar de Herói um atirador de elite que cumpre o seu dever, ao explodir com um projétil de AR-15, o crânio de um ladrão, seqüestrador, desgraçado e jovem negro... Brasileiro. Uma sociedade que precisa matar seus membros não está bem e aprova maior



disso, para nos foi os gritos de satisfação de nossos vizinhos quando o fato descrito acima passou a luz do dia, em nossas televisões.

Aquele jovem, não o queríamos a menos de cem metros de nós. Mas ele era um efeito colateral que o nosso sistema educacional fez. Tudo isso, anestesia as emoções e faz com que a violência assuma várias características sem perder os mesmos danos adicionais. Vivemos em um contraste social onde o conceito de educação (mercantilizada) foi distorcido. A maioria das políticas de ajuda aos jovens amapaenses que estão em “situação de risco” é, na verdade, um meio de conscientizá-los de que não podem “dar certo na vida” como os ditos normais. Eles mesmos já dizem que estão no programa de auxílio, para se livrar das drogas, da marginalidade... Mas isso não é inerente ao negro. Isso não é “coisa de preto”. Infelizmente nossos futuros universitários, sem a educação básica de qualidade, já se sentem geneticamente modificados para o crime; Cotas não mudam isso, pois não produzem indivíduos livres e pensantes. Elas produzem produtos de uma ideologia social aos “ajustáveis”. Quando se pretende remediar “quinhentos anos em cinco”, vamos ter o mesmo efeito do “salte” do presidente Kubistchek, atolaremos o Brasil em mais uma dívida social e não remediaremos nada.

Já não somos pretos nem brancos. Há muito Pai de Santo branco por ai; idem no que diz respeito a mestres de capoeira; hoje, copiar o que acontece em outros países, com referencia as cotas, por exemplo, mesmo que lá tenha dado certo, é beber o remédio que curou a hérnia de uma pessoa quando nosso mal é glaucoma. Escolas superiores só foram admitidas após a chegada da corte no Brasil em 1808. Portugal nunca permitiu educação de qualidade em suas colônias, muito menos Inclusiva. No Brasil, desde o início, só estudou dignamente quem fazia parte da minoria privilegiada que acumula para si, desde aquele período, a maior porcentagem das riquezas do País. Então, dizer que cotas corrigem esses erros, também é demagogia. E que a sociedade amapaense não perceba essa demagogia é o motivo dessas linhas. A consequência principal disso tudo pode ser a inexistência de um poder verdadeiro que possa ser chamado de público, ou seja, falta-nos algo que possa ser a garantia de igualdade de todos perante a lei. Sim, porque a efetivação da política de cotas tem servido para que a grande maioria da população que, realmente, necessita continue excluída de um sentido de nacionalidade onde o Estado está comprometido com o poder privado.

Uma Educação Inclusiva, reflete, diretamente na vida das pessoas que envolve, pois leva ao conhecimento dos princípios que fundamentam as práticas sociais e o respeito às normas democráticas. Trata-se, agora, de discutirmos como os docentes de ensino superior e suas entidades representativas podem contribuir para a alteração das situações de

discriminação racial e exclusão social presentes em nosso estado. E esta, parece, deixar de ser uma questão teórica ou metodológica, para se transformar em uma questão de valores éticos e morais que implementamos ou não através de nossa prática pedagógica e política. O conhecimento das diferenças sociais torna-se primordial, a partir do momento que se pretende a valorização das especificidades de cada setor e, dependendo das perspectivas que essas situações são analisadas, pode-se ter um determinante a ou não inclusão sócio-educacional.

O problema social da educação não inclusiva no Amapá parece pertencer a um tipo qualquer de outra história, caracterizada pela falta de vontade política na estruturação da sociedade. Estudando a antiguidade clássica, na Grécia, por exemplo, aprendemos que os Espartanos só se tornavam magníficos guerreiros, porque desde os sete anos de idade, eram educados para aquele fim. No mundo contemporâneo, todos os fundamentalistas, Xiítas, nordestinos ou os “nossos caboclos”, são a essência do que são, porque, recebem uma educação que os encaminha a ser o que os seus contextos exigem. Se assim é, nestes termos, não é absurdo pensar, ou mais corretamente, fica mais fácil pensar que se nossas crianças negras, receberem a mesma educação da classe, economicamente, majoritária, elas seriam integrantes frutos da liderança de nosso País.

A nossa educação está em crise desde que os portugueses chamam a estas bandas do Brasil. A forma como nossa sociedade foi organizada sempre foi desigual no acesso, na produção e na distribuição dos bens naturais e da cultura. Com a educação não foi diferente. O Brasil colonial apresentou visíveis peculiaridades, mas a principal delas foi uma radical subordinação à elite europeia que era o centro do poder definidor nacional. Se os negros não são inferiores, porque não lhes é oferecida educação desce desde o maternal. Se aos negros não existe aquilo que lhes daria condição de igualdade; estão a dizer que somos um país de afro-descendentes, é mera demagogia. A despeito da óbvia má fé dos “coitadinhos” que querem se “dar bem” sem esforço, criando secretarias e cargos públicos para serem ocupados pela elite mulata e negra do Amapá.

Quando, algumas linhas acima, falamos de um posicionamento crítico, queremos dizer que a reivindicação pela Educação Inclusiva não se limita ao acesso a universidade, as pessoas precisam saber que essa não é uma discussão isolada. Essa discussão é, sobretudo, sobre o combate das desigualdades sociais e raciais no Brasil, e é neste sentido que as pessoas devem se posicionar. Isso quer dizer que em um Estado como o Amapá, onde é aviltante o tamanho das desigualdades entre seus habitantes, não se pode fechar uma questão como essa, numa “simples canetada”. Não defendemos que *essas políticas devam ser “varridas do mapa educacional amapaense”*, muito pelo contrário, elas devem servir de sustentáculo as bases

que permitem o acesso do negro a educação, bem como garantia dos pressupostos da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), criada pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva em 21 de Março de 2003. Em 2001, mas especificamente no dia 08 de Setembro, se realizou em uma cidade da África do Sul (Durban), a Terceira Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. A ONU promoveu tal conferência. (Re) citamos isto, porque, ali, o Brasil comprometeu-se, intencionalmente, com a luta contra a discriminação racial e a Democratização da igualdade social entre o povo brasileiro de maneira geral. Como acreditamos que Amapá também faz parte do Brasil, o ensino superior daqui não pode ser considerado privilégios de alguns, entrar na faculdade não deve ser questão, apenas, de mérito para alguém, mas também, uma questão de direito. Não é preciso “apelar” para a genética, no intuito de provar que “raça” é um conceito importante. Repetindo: *É ilusão pensar que as cotas resolvem o problema da exclusão.*

Vejam, a título de exemplo, uma análise resumida do contexto histórico formador de nossa sociedade. Calcula-se que, desde o início do tráfico negreiro, em 1850, tenha entrado no Brasil cerca de quatro milhões de escravos. O processo abolicionista só começou a ser discutido em 1884, sendo o nosso país o último, de tradição cristã, a “libertar” seus escravos. Só que, aos ditos “libertos”, não foram dadas nem escola, nem terras, nem empregos. A população negra teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão social e frequentemente precisou fazê-lo por rotas originais, que, na verdade não exigem diplomas universitários para inclusão social (esporte, música, dança). Aqui para nós, *do ponto de vista da representação política, não significou a mudança devida.* O nosso país (e, reservada as proporções, o nosso Estado, também) ainda é um paraíso das oligarquias onde os negros continuam a ser coagidos sócio educacionalmente. A transparência e os reais objetivos das Ações Afirmativas que se propõem para o Amapá, só serão assegurados mediante a participação dos pretensos “cotistas” em discussões de responsabilidade sociais. Isso não se faz sem conhecimento de causa, leitura e estudo.

É importante que o indivíduo, o grupo social, a comunidade e a sociedade sejam protagonistas de suas histórias, que aprendam a escrevê-las construindo, coletivamente, os projetos de vida, por acreditarem que a gestão democrática não é aquela que “ajuda” discriminado e/ou denominado de incapacitados aqueles que não têm acesso a “administração elitista” de um contexto social. Mais uma vez: a política de cotas deveria ler o mundo a que se destina, ou seja, conceber o ato anterior a leitura da palavra. É preciso possibilitar, sim, que os desprivilegiados alcancem o sentido da vida em coletividade; a preocupação é no “como” isso

tem sido buscado. É preciso que se compreenda a necessidade não de “*dar o peixe, mas sim, de ensinar a pessoa a pescar*”. A construção de novos espaços onde os menos favorecidos sejam percebidos enquanto integrante-contribuinte-contribuintes-construtores de um todo organizado onde pensar de forma autônoma saiba saber pensar e, sobretudo, saber intervir. As políticas de afirmação devem compreender o real valor do ser humano, numa visão holística, os interesses dessas políticas devem ser os interesses dos que delas necessitam; e não de uma dessas “comissões especiais” que, por muitas vezes, nem houve o público alvo e quer achar que pode decidir por eles. Fica parecendo a “proteção” que o governo federal tem dado aos indígenas, confinando-os em uma área delimitada, não pelos índios, mas por aqueles “caras-pálidas” que entendem assim ser melhor para os nativos.

Já passa 121 anos da Declaração da Abolição da Escravatura e a equidade racial como condição obrigatória para promover e qualificar o processo de educação inclusiva no Brasil é mais mito que realidade. Muitos avanços são incontestáveis, mas a ‘Democracia Racial’ ainda nos parece uma utopia. Há uma ideologia da contravenção racial no nosso país. Não raramente, ficamos impactados com a pluralidade dessas políticas, sem, no entanto, praticidade convincente alguma. O ser humano passa a ser livre quando usa a razão numa prática ideológica comprometida com os seus e pautada pelo respeito. São políticas como as das cotas que deveriam estabelecer os vínculos das relações interpessoais com a comunidade local, regional que englobam. Isto é, trata-se de uma discussão sobre o fato de que *é preciso que a população a quem essas políticas se destinam tenham condições para permanecer, com sucesso, e sair com sucesso do ensino superior.*

Democratizar a universidade pública, no Amapá, não pode se restringir ao estudo sobre os aspectos sócio-econômicos de nossa sociedade. Caso sigamos essa tendência, cairemos na mesma cilada das políticas de caráter universalistas (como a igualdade jurídica, por exemplo) que historicamente temos observado e que, já constatamos, não atingem a todos e nem resolvem o problema da pobreza, da desigualdade social e racial, uma vez que tratam as desigualdades como um bloco único, e em um país miscigenado isso é problemático. Há quem diga que o cidadão não participa desses debates porque não sabe que pode participar. Aos que cientes do direito de participar de todo processo de construção política, àqueles que não se eximem de suas concepções e a quem continuar esse estudo, se ainda não atentou, atente, novamente, para o fato: a Política de Cotas Para Negros Ingressarem no Ensino Superior é apenas uma versão simplificada do documento afirmativo, sobre inclusão sócio-educacional amapaense, que falta redigirmos.

## REFERÊNCIAS

AFROUEB. Ações Afirmativas, Igualdade Racial e Construção de uma Nova Cultura Universitária EDUNEB. 2008.

AMARAL, Rita. Educar para a igualdade ou para a diversidade? A socialização e valorização da negritude em famílias negras. São Paulo, NAU-USP. 2006.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. O Negro no Mercado de Trabalho. Projeto Especial de Qualificação Social e Profissional da População Afro-Brasileira. Fundação Cultural Palmares. 2004.

ARRUDA, Roldão. Intelectuais fazem livro contra política de cotas. O Estado de S. Paulo 06 de maio de 2007.

BARBOSA, Paulo Corrêa. Quilombos - Espaço de Resistência de Homens e Mulheres Negros. MEC. 2005.

BASTIDE, Pierre. O Candomblé da Bahia. São Paulo: Companhia das Letras 2001.

BICUDO, Virgínia Leone "Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo". REVISTA DE SOCIOLOGIA, vol. IX n.13. São Paulo, 1947.

BITTAR, Mariluce. ALMEIDA, Carina E. Maciel de. MITOS E CONTROVÉRSIAS SOBRE A POLÍTICA DE COTAS PARA NEGROS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR. GT: Políticas de Educação Superior / n. 11. Agências Financiadoras: CNPq; FUNDECT. 2008.

BORRALHO, Márcia. BREVE OLHAR SOBRE A SITUAÇÃO DO NEGRO NO SISTEMA EDUCACIONAL MACAPAENSE: Uma África Perto de Casa: A Presença Negra no Amapá, IMMES. 2009.

BRAGA, Maria Lúcia de Santana. SOUZA, Edileuza Penha de. PINTO, Ana Flávia Magalhães. Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. (organizadoras). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRANDÃO, Leci. IN. O Plano: Diversidade na Universidade e a Construção de uma Política Educacional Anti-Racista. Brasil. UNESCO. 2007.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Plano Nacional de Políticas da Igualdade Racial. Brasília. 2006.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Racismo na História do Brasil: mito e realidade. São Paulo, Ática. 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Jorge de. Usos e abusos da Antropologia em um contexto de tensão racial: O caso das cotas para negros na UNB. Brasília: Horizontes Antropológicos, 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. A encruzilhada dos labirintos: os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHARTER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro. Difel/Bertrand Brasil, 1988.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias. Tradução Lídia Cristina. 8ª ed. 4ª Imp. Rio de Janeiro: Agir, 2002.

Cotas Raciais. Reportagem do Jornal Nacional. Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=6rI4XqK2H\\_w&feature=related](http://www.youtube.com/watch?v=6rI4XqK2H_w&feature=related). Acessado em 06/02/2010.

Cotas raciais: por que sim? / uma publicação do Ibase. – 3.ed. – Rio de Janeiro : Ibase, 2008.

DURAND, Gilbert O Imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem, ENNES, F. C. M. Capoeira: Herança educativa de um povo. In: Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte. Caxambu – MG, 2001.

EDWARDS, Jonathan. A genuína experiência espiritual. São Paulo: PES, 1993.

FERNANDES, Florestan. A integração de negros na Sociedade de Classes/vol. 1 e 2. São Paulo, Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan. O Negro no Mundo dos Brancos. 2ª Ed. Revista, São Paulo: Global, 2007.

Folha on-line. Manifestos Contra e a Favor das Cotas. São Paulo. 04/07/2006 - 04h33.

FOSTER, Eugênia. Lei 10639 – Obrigatoriedade do Ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira: Por uma leitura crítica da prática pedagógica de professores. SEED. 2009.

FREYRE, Gilberto Vida Social no Brasil nos meados do século XIX, Rio de Janeiro, Editora Artenova, 1922.

GOMES, Joãozinho e MILHOMEM, Val. Jeito Tucuju. AMCAP. 2000.

- GALBERTO, Márcio Alexandre M. Quem tem medo da cor das cotas. Minas Gerais. 2007.
- GOFF, Jaques Le. O maravilhoso e o cotidiano no mundo medieval. In. Rioux, JP e Strinelli, J. F (org.). Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1988.
- GOMES, Nilma Lino. Palestra realizada no dia 09 de Maio de 2003, no auditório da Reitoria da UFMG, durante o seminário “Ampliação do acesso à Universidade pública: Uma Urgência democrática”. 2003.
- GONÇALVES SILVA, Petronilha Beatriz. IN. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.
- HASENBALG, Carlos & SILVA, Néelson do Valle Estrutura Social, Mobilidade e Raça. São Paulo e Rio de Janeiro. Vértice e IUPERJ 1988.
- HUGHES-WARRIGTON, Marnie. 50 grandes pensadores da história. São Paulo: contexto, 2002.
- IBGE. Pesquisa Nacional por amostragem de domicílio (PNAD 2004). *Disponível em <http://www.ibge.gov.br>*. Capturado em 2007.
- Instituto Data Folha. Pesquisa Sobre o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Am6xIhY9frA>. 22/07/2006.
- KALINA, Silva Vanderley. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo. Contexto, 2005.
- KANT, Immanuel. A religião nos limites da simples razão. Tradução Ciro Mioranza, 2ª ed. São Paulo: Escala.
- KLEIN, Carlos Jeremias. A espiritualidade protestante norte-americana na perspectiva de Paul Tillich. São Paulo: s/n. 2002.
- LOMBARDE, Padre Júlio Maria. IN: A Presença Negra no Amapá do Século XX. SEED/CEESP/NEEER. Biblioteca Virtual Negritude Amapá. 2008.
- LOPES, Erasmo. Cultura e influencia negra no Brasil In. História e Cultura. 2008.
- LOPES, Maria Auxiliadora. BRAGA, Lúcia de Santana. (Orgs.). Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior. MEC/SECAD: UNESCO, 2007.
- MACIEL, Alexsara de Souza. Conversa Amarra Preto: A Histórica Trajetória da União dos Negros do Amapá (1989-2000). UNICAP, 2001.

MAGNOLI, Demétrio. *Uma Gota de Sangue – História do Pensamento Racial*. São Paulo. 2009.

MARTINS, José de Souza. *Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo*. Londres. 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1897.

MOREIRA, GILBERTO PASSOS GIL. Músico, compositor, cantor, político, intelectual, integrante do Movimento Tropicalista. Ministro da Cultura do Brasil. 2008.

MOURA, Alessandro de. *Quilombos e favelas no Brasil*. UNESP, 2007.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. *Para Entender o Negro no Brasil de Hoje: História, Realidades, Problemas e Caminhos* autores: Editora global, 2008.

MUNANGA, Kabengele. *Ao mestre com carinho*. São Paulo: Global Editora, 2001.

NOGUEIRA, Oracy. "Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem". In: *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*. São Paulo, 1954.

OLIVEIRA, Luciano Rodrigo de. *O Trato Pedagógico da questão racial no cotidiano Escolar. Projeto Akomabu*. NEER. 2008.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. *Racismo, Direitos e Cidadania*. UnB. 2003.

PACHECO, Jairo Queiroz e SILVA, Nilza da. (Orgs.). *O Negro na Universidade: O Direito a Inclusão*. Brasília, Fundação Cultural Palmares. 2007.

PALHETA, Jane Margareth Penante. "A importância da implementação da Lei 10.639/03 nas Escolas da Rede Estadual: Avanços, Retrocessos e Perspectivas". SEED/AP. 2009.

PAULO, João. *Perspectivas do aluno negro da escola pública sobre o mundo do trabalho*. MINTEG-DR. Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). 2009.

PENA, Sérgio D.J. BORTOLINI, Maria Cátira. *Pode a Genética Definir Quem Deve se Beneficiar das Cotas Universitárias e Demais Ações Afirmativas?* São Paulo. 2005.

PEREIRA, João aptista Borges "A cultura negra: resistência de cultura à cultura de resistência". In: *DÉDALO*, n.23, São Paulo, 1984.

PRAXEDES, Walter. *O movimento docente e a proposta de cotas para negros no ensino superior*. São Paulo. File//A:\\. 2001.



Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

Projeto de Lei 506/2003. Nova disciplina sobre o sistema de cotas para ingresso nas universidades. Rio de Janeiro, 2003.

RAMOS, Marise Nogueira. ADÃO, Jorge Manoel. BARROS, Graciete Maria Nascimento. (Orgs.). Diversidade na Educação: reflexões e experiências. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

Rede Nacional Feminista de Saúde e Reprodutivos. Dossiê ASSIMETRIAS Raciais no Brasil: Belo Horizonte. Rede Feminista de Saúde, 2003.

REIS, Maurício Jorge. Desafios e conquistas. IN: Revista Palmares. Ano V, nº 5. Agosto – 2009.

REVISTA, Ciência hoje. Cotas e o Vestibular o que pensar? Rio de Janeiro: SBPC, 2005.

REVISTA, Espaço Acadêmico – Ano II- nº 23. Sobre Brancos Desonestos e negros “de alma branca”. São Paulo. 2003.

RODRIGUES, Fernando. História do Amapá. Da Autonomia Territorial ao Fim do Janarismo. Macapá. 1998.

ROMÃO, Jeruse. História da Educação do Negro e outras histórias/Organização. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do Político. Revista Brasileira de História. São Paulo: AMPUH/contexto, volume 15, nº 30, 1995.

RUSSO, Renato. Que país é Esse? IEM. 1987.

SANTOS, Sales Augusto dos. (Org.) Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas/Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para Todos).

SANTOS, Thomaz Aroldo da Mota. Cotas complementares: Ampliação do ensino superior público e inclusão de negros e pardos. Instituto de ciências biológicas da UFMG. Minas Gerais, 2003.

SILVA, José Deuzimar das Dores. Margens e Representações Sociais do Curiaú. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2002.

SILVA, Rodrigo. Mitos: O Brasil é um País Pacífico. 2009.

TEMPLETON, A. R. "Human Races: A Genetic and Evolutionary Perspective". *Am. Anthropol.*, n. 100, 1999, pp. 632-650. [ [Links](#) ]

TORO, José Bernardo. Os códigos da modernidade. trad. e adaptado por Antônio Carlos da Costa. Colômbia: Fundación Social, 1997.

VALENTE, Ana Lúcia. Ser Negro No Brasil Hoje. 11ed. Ver. Ampl. São Paulo: Moderna, 1994.

VIDAL, Laurent. Mazagão, A cidade que Atravessou o Atlântico. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2008.

VIDEIRA, Piedade Lino. Marabaixo, Dança Afro-descendente: Significando a Identidade Étnica do Negro Amapaense. Coleção Diálogos Intempestivos. UFC. 2009.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Tradução Pietro Nasseti, 2ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2007.

WELFORT, Francisco C. (org.). Os Clássicos da Política. VI. 01. São Paulo. Editora Ática. 2005.

[http://www.cienciamao.if.usp.br/tudo/exibir.php?midia=mcc&cod=\\_centrodepesquisasmuseologicasacaca](http://www.cienciamao.if.usp.br/tudo/exibir.php?midia=mcc&cod=_centrodepesquisasmuseologicasacaca).

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)